

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**Instituto de Letras-IL**

**Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução-LET**

**Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução**

**Júlia Cristina Valverde da Silva**

**UMA ANÁLISE CRÍTICA DE MANUAIS DE ATUAÇÃO DE INTÉRPRETES EM  
CONTEXTO DE REFÚGIO COMO BASE PARA UMA REFLEXÃO SOBRE A  
FORMAÇÃO EM INTERPRETAÇÃO COMUNITÁRIA**

Brasília-DF

2023

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**Instituto de Letras-IL**

**Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução-LET**

**Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução**

**Júlia Cristina Valverde da Silva**

**UMA ANÁLISE CRÍTICA DE MANUAIS DE ATUAÇÃO DE INTÉRPRETES EM  
CONTEXTO DE REFÚGIO COMO BASE PARA UMA REFLEXÃO SOBRE A  
FORMAÇÃO EM INTERPRETAÇÃO COMUNITÁRIA**

Dissertação de mestrado submetida ao programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre em Estudos da Tradução.

Orientadora: Professora Dra. Sabine Gorovitz

Brasília-DF

2023

## Referência bibliográfica e Catalogação

VALVERDE DA SILVA, Júlia C. *Uma análise crítica de manuais de atuação de intérpretes em contexto de refúgio como base para uma reflexão sobre a formação em interpretação comunitária*. Brasília, Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Universidade de Brasília, 2023, 184 p. Dissertação de mestrado.

Documento formal autorizando reprodução desta dissertação de mestrado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos. Foi passado pela autora à Universidade de Brasília e encontra-se arquivado no acervo da Biblioteca da Universidade de Brasília. A autora reserva para si os direitos autorais de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

VALVERDE DA SILVA, Júlia C.

Uma análise crítica de manuais de atuação de intérpretes em contexto de refúgio como base para uma reflexão sobre a formação em interpretação comunitária / Júlia Cristina Valverde da Silva; orientadora Sabine Gorovitz. -- Brasília, 2023.  
185 p.

Dissertação (Mestrado em Estudos de Tradução) -- Universidade de Brasília, 2023.

1. Interpretação comunitária. 2. assistência linguística. 3. refúgio. 4. sociolinguística interacional. 5. análise do discurso assistida por corpus. I. Gorovitz, Sabine, orient. II. Título.

**Folha de Aprovação**  
**JULIA CRISTINA VALVERDE DA SILVA**

**UMA ANÁLISE CRÍTICA DE MANUAIS DE ATUAÇÃO DE INTÉRPRETES EM  
CONTEXTO DE REFÚGIO COMO BASE PARA UMA REFLEXÃO SOBRE A  
FORMAÇÃO EM INTERPRETAÇÃO COMUNITÁRIA**

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre em Estudos da Tradução.

Orientadora: Professora Dr<sup>a</sup>. Sabine Gorovitz.

Brasília, 20 de junho de 2023.

**Banca examinadora:**

**Presidente:** \_\_\_\_\_

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sabine Gorovitz.  
(Universidade de Brasília - UnB)

**Membro interno:** \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Julio Cesar Neves Monteiro  
(Universidade de Brasília-UnB)

**Membro externo:** \_\_\_\_\_

Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Teresa Dias Carneiro  
(Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro-PUC-RIO)

**Membro suplente:** \_\_\_\_\_

Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Alice Maria de Araújo Ferreira  
(Universidade de Brasília - UnB)

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a escrita deste trabalho:

Minha mãe, a primeira pessoa que sonhou com a UnB.

Minhas amigas Yara, Lourrane e, especialmente, Maia, que parece sempre ter as palavras certas.

Meu “primão”, Thales, por sempre me interromper quando eu mais precisava.

Minha companheira de mestrado, Luana Oliveira, com quem troquei palavras de incerteza e conforto.

Minha orientadora, Sabine Gorovitz, por sua incrível disponibilidade, paciência e incentivo e por ter sido a pessoa que me apresentou ao mundo da interpretação e dos direitos linguísticos.

A profa. Elisa Teixeira, que vem me incentivando desde o TCC e que, quando menos espero, me pergunta como estou passando e sempre oferece uma palavra amiga.

Todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da UnB, em especial aqueles com quem cursei disciplinas: Alba Escalante, Julio Cesar, Patrícia Costa, Flávia Cristina e Alessandra Harden.

Meus amigos peludos, nos quais sempre encontro tranquilidade e paz: Summer, Hachi e Akira.

## RESUMO

As constantes reconfigurações das mobilidades humanas pressupõem reflexões de como assegurar os direitos fundamentais consignados em tratados internacionais e em legislações domésticas, um deles sendo o direito linguístico. Entre outras garantias, esse direito visa assegurar que pessoas com pouca ou nenhuma proficiência na(s) língua(s) oficial(is) de um país tenham acesso a serviços básicos por meio da intervenção de um profissional da interpretação, o chamado “intérprete comunitário”. Dentre esses falantes excluídos dos sistemas de assistência, encontram-se as pessoas refugiadas, que, em muitas situações, além de particularmente vulnerabilizadas, não conseguem interagir por falar línguas distintas dos agentes que prestam essa assistência. Frente a tamanho desafio, faz-se necessária a implementação de uma verdadeira política de assistência linguística, tributária da criação de um sistema integrado de formação, certificação e credenciamento de profissionais da mediação linguística. Se poucos são os países que oferecem cursos especializados na área, muitos deles contam, para pautar a atuação dos intérpretes comunitários, com manuais e códigos de ética elaborados sem o necessário embasamento em estudos linguísticos e, ainda menos, em reflexões especializadas sobre tradução/interpretação. Nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo investigar alguns desses materiais - manuais, guias e códigos de ética - em língua inglesa, a fim de identificar como os conceitos de língua, tradução e interpretação se manifestam e quais representações deles emergem. Com base nos resultados dessa análise linguística, objetiva-se também iniciar uma reflexão sobre a formação dos intérpretes comunitários em contextos brasileiros de migração e refúgio. Para entender como se configuram as situações de interação mediadas por intérpretes comunitários, tomamos como paradigma teórico e metodológico postulados da Sociolinguística Interacional que focam a dinâmica das interações verbais e a agência dos participantes envolvidos na interação, notadamente dos mediadores. Os dados foram tratados com base na análise do discurso assistida por corpus, que permitiu identificar a predominância de uma visão idealizada e fantasiosa da atividade de tradução e do papel do intérprete comunitário, representações manifestadas linguisticamente por meio de palavras como “neutralidade”, “imparcialidade” e “precisão”, entre tantas outras. Percebe-se, que, embora produzidos por países com histórico de acolhimento de imigrantes e dotados de serviços de assistência linguística um tanto quanto consolidados, os manuais veiculam conceitos reducionistas e essencialistas de uma suposta transparência e invisibilidade da atividade tradutória. Contrapondo-nos a esses pré-conceitos, propomos uma reflexão inicial sobre a formação do intérprete comunitário pautada na dialogia da situação e na reflexividade do intérprete, protagonista de relações humanas inegavelmente desiguais.

**Palavras-chave:** Interpretação comunitária; assistência linguística; refúgio; sociolinguística interacional; análise do discurso assistida por corpus; formação de intérpretes.

## ABSTRACT

The constant changes in human migration flows bring to the forefront of discussion how to safeguard fundamental rights enshrined in international treaties and domestic legislations, such as an individual's linguistic rights. Such a right aims to ensure that people with little or no proficiency in a country's official language can access essential services through professional interpreting provided by a "community interpreter". Among those who are prevented from accessing social services due to little language proficiency are the refugees who, apart from being particularly vulnerable, are unable to communicate with service providers because they speak a language other than that spoken by the agencies whose services they seek. Faced with such a challenge, it is necessary to implement language assistance policies that could be translated into an integrated interpreter's training, certification, and accreditation system. Even though few countries provide specialized interpreting training, most of those that do have some type of training framework depend on manuals and ethical codes written without due consideration of linguistic studies or specialized reflections on the nature of translation and interpretation. Against such a backdrop, this research aims to look into some of such materials-manuals, guides, and codes of ethics - written in English, in order to identify how language, translation, and interpretation concepts are understood and portrayed. Based on the results derived from such a linguistic analysis, we aimed at reflecting on the training of community interpreters in refugee and migration contexts. In order to understand how interpreter-mediated interactions unfold, we adopted the theoretical and methodological framework of Interactional Sociolinguistics, which focus on the verbal interaction dynamics and on the agency of all participants, including that of the mediators themselves. The data were collected and analyzed drawing on corpus-based discourse analysis concepts, which enabled us to identify idealized and impractical understandings of the translation activity and the interpreter's role. Such understandings were linguistically translated into the use of words, among others, such as "neutrality", "impartiality" and "accuracy". Even though some of the materials were written in countries that have a history of hosting immigrants and of implementing language assistance services, they convey limited and essentialist concepts of the translation activity, taking it to be a transparent and invisible process. Against such concepts, we propose a preliminary reflection of interpreter training based on the dialogical and situated interaction and on the interpreter's agency, a protagonist of undeniably imbalanced human interactions.

**Keywords:** Community interpreting; language assistance; refugee; interactional sociolinguistics; corpus-assisted discourse analysis; interpreter training.

## Lista de figuras

Figura 1- Níveis de análise do modelo de competência em I.C .....	58
Figura 2- Concordância da palavra “refugee” centralizada na ferramenta AntConc .....	77
Figura 3- Lista de palavras-chave no software AntConc .....	78
Figura 4- Lista de colocados que co-ocorrem com “interpreter” no corpus de estudo .....	79
Figura 5- Lista de “clusters” (agrupamentos lexicais), em que palavra de busca (“refugee”) aparece à esquerda .....	80
Figura 6- Dados sobre refugiados e solicitantes de refúgio entre 2009 a 2021 .....	82
Figura 7- Capa do material “Interpreting in humanitarian negotiations” .....	88
Figura 8- Capa do “Handbook for Interpreters” .....	89
Figura 9: Capa do “Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters” .....	89
Figura 10: Capa do “Procedural Standards for Refugee Status Determination under UNHCR’s Mandate Chapter 2 Interpretation in: UNHCR RSD Procedures” .....	89
Figura 11- Layout inicial do “Interpreter Handbook” .....	90
Figura 12: Layout inicial do “Guidelines for working with interpreters for counselling & health care staff working with refugees” .....	90
Figura 13- Capa do “Interpreting in a refugee context” .....	91
Figura 14- Capa do “Interviewing- Working with an interpreter” .....	91
Figura 15- Layout inicial do “Language interpreting and translation: migrant health guide” ..	91
Figura 16- Capa do “Community Interpreting Resource Handbook” .....	92
Figura 17- Capa do “Volunteer Interpreter and Translator Training Guide” .....	92
Figura 18- Capa do “Guidance: Code of conduct: interpreters working for UK Visas and Immigration” .....	92
Figura 19- Interface do software de análise de corpus-AntConc .....	93
Figura 20- Palavras-chave do corpus de estudo-1 .....	95
Figura 21- Palavras-chave do corpus de estudo- 2 .....	96
Figura 22- Colocados da palavra-chave "interpreter" .....	97
Figura 23- Colocados da palavra "interpreting" .....	98
Figura 24- Colocados da palavra "interpretation" .....	99

## **Lista de tabelas**

Tabela 1- Lista de frequência do item "interpretar" com alguns padrões recorrentes.....	100
Tabela 2- Lista de frequência do item "interpretar" com alguns verbos modais recorrentes .	104
Tabela 3-Lista de ocorrências de termos relacionados a normas de prática.....	107

## **Lista de quadros**

Quadro 1-Descrição do corpus de estudo de acordo com os critérios de Sardinha (2004) .....	83
Quadro 2-Quadro descritivo do corpus de estudo .....	85
Quadro 3-Dados de fatores extralinguísticos.....	111
Quadro 4- Quadro com dados com categorias de fatores linguísticos analisados.....	124

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....</b>	<b>20</b>
1.1 BRASIL, PLURILINGUISMO EM XEQUE.....	20
1.2 REFUGIADOS NO BRASIL .....	23
1.3 POLÍTICAS E DIREITOS LINGUÍSTICOS NO BRASIL.....	28
1.4 POLÍTICAS DE TRADUÇÃO E ASSISTÊNCIA LINGUÍSTICA .....	32
1.5 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ASSOCIADAS A PROCESSOS DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO .....	38
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....</b>	<b>41</b>
2.1 INTERPRETAÇÃO COMUNITÁRIA EM CONTEXTOS DE REFÚGIO.....	42
2.2 FUNDAMENTOS DIDÁTICOS DA FORMAÇÃO DO INTÉRPRETE .....	49
2.2.1 Abordagens didáticas ao ensino de intérpretes orientadas pelo conceito de competência.....	53
2.3 ABORDAGEM SOCIOLINGUÍSTICA DA INTERPRETAÇÃO COMUNITÁRIA 60	
2.4 ANÁLISE DE DISCURSO ASSISTIDA PELA LINGUÍSTICA DE CORPUS.....	68
2.4.1 Métodos e modelos de tratamento quanti-qualitativo da AD e da LC .....	73
<b>3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>81</b>
3.1 DESCRIÇÃO DO CORPUS .....	81
3.2 ANÁLISES PRELIMINARES: DESCRIÇÃO QUANTITATIVA DOS DADOS ..	93
3.2.1 Lista de palavras/ palavras-chave para identificar domínios semânticos centrais 94	
3.2.2 Lista de colocados para explorar o comportamento textual dos termos-chave ..	96
3.2.3 Lista do concordanciador para explorar padrões prevalentes em contexto .....	99
3.2.4 Interpretação dos dados preliminares .....	102
3.3 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO DE FATORES LINGUÍSTICOS E EXTRALINGUÍSTICOS.....	109
3.4 CONCLUSÕES SOBRE AS ANÁLISES: PERCEPÇÕES SOBRE LÍNGUA E PAPEL DE INTÉRPRETES.....	141
<b>4 CONCEITOS DE TRADUÇÃO E IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE INTÉRPRETES.....</b>	<b>148</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>161</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>166</b>
<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>178</b>
<b>ANEXO A.....</b>	<b>184</b>

## INTRODUÇÃO

Segundo dados do Alto Comissariado da ONU para Refugiados (2022)<sup>1</sup>, há atualmente 89,3 milhões de pessoas em deslocamento forçado, cerca de 27 milhões de refugiados e 4,5 milhões de solicitantes de refúgio no mundo. Essas estatísticas, apesar de impressionantes em grau numérico, não são muito representativas se não forem acompanhadas de maiores contextualizações, especialmente quanto às possíveis consequências dessas movimentações globais, que trazem à tona a necessidade de estruturas de recepção nos países de acolhimento, cuja ausência pode acarretar uma série de privações de direitos.

No caso do Brasil, em 2019, o país testemunhou o maior número já registrado de solicitações de refúgio, com cerca de 83.000 pessoas que entraram com esse pedido (SILVA *et al.* 2020, p.12). Nos dois anos subsequentes, houve uma queda nas solicitações, que pode ser atribuída às restrições de entrada no país por conta da pandemia da COVID-19. Apesar dessa diminuição, 28.899 pessoas solicitaram refúgio em 2020, um número expressivo se considerarmos que 9 anos antes, em 2011, o Brasil só havia registrado 1.465 pedidos (SILVA *et al.*, 2021, p.9).

A todas as pessoas deslocadas, independentemente do status de permanência em um país, são asseguradas garantias fundamentais inscritas em instrumentos internacionais, um deles sendo a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados e o Protocolo de 1967, dos quais o Brasil é signatário. Assim, compromete-se a observar as recomendações desses dispositivos, entre as quais está a garantia de acesso a tribunais, educação básica, trabalho, documentação, saúde e programas sociais.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos também descreve o caráter indiscriminatório dos direitos nela encerrados e prevê o direito ao refúgio a todas as pessoas:

Artigo 2

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua,

---

<sup>1</sup> Refugee Data Finder. Disponível em: <https://www.unhcr.org/refugee-statistics/>. Acesso em 23 jun. 22.

religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Artigo 14

Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países. (ONU, 1948)

Com base nesse pano de fundo e num cenário de constantes reconfigurações de fluxos migratórios mundiais, surgem questionamentos de ordem pragmática, tais como, que tipos de estruturas e planejamentos políticos são implementados para a recepção da população migrante e como e/ou se os refugiados têm acesso efetivo aos direitos aos quais aludimos acima ao chegarem ao país de acolhida, principalmente nos casos em que essa população não é proficiente na língua do país. Com efeito, levando em consideração que um dos primeiros e principais desafios dessas pessoas ao chegar ao país de destino é a questão da língua, especialmente na sua relação com as instituições provedoras de serviços dos quais necessitam, muitas vezes emergencialmente, coloca-se no rol dessas políticas a centralidade do serviço de assistência linguística. Essa assistência deveria ser provida por profissionais qualificados, os chamados intérpretes comunitários, cuja atuação, como veremos, remete tanto a questões de língua e de cultura quanto a conceitos de justiça social e equidade (BANCFROT, 2015, p. 217).

Segundo Marjory Bancroft, pesquisadora do campo de ensino de interpretação comunitária, (2015, p. 217, tradução nossa), há um certo consenso entre profissionais da área sobre o que constitui a tarefa do intérprete comunitário, que é o de “facilitar o acesso a serviços comunitários para indivíduos que não falam, leem, escrevem ou entendem a língua em que o serviço ocorre bem o bastante para ter acesso significativo a ele sem intérpretes”<sup>2</sup> A autora defende que os direitos elementares aos seres humanos são quase impossíveis de serem preservados se os meios linguísticos de acesso a esses direitos, como intérpretes qualificados e formados, não existirem. Em linhas similares às de Bancroft (2015), Gentile (2012, p. 158) entende que a questão de direitos humanos inevitavelmente traz os intérpretes à discussão. Ou seja, o direito de falar a língua primeira em circunstâncias em que ela é distinta da língua oficial de um país, sobreposto ao direito de acesso às estruturas institucionais desse país,

---

<sup>2</sup> facilitate access to community services for individuals who do not speak, read, write or understand the language of service well enough to have meaningful access to that service without interpreters.

subentende o direito à assistência linguística, por meio da atuação de um intérprete. Dessa forma, torna-se explícita a relação entre intérpretes qualificados e a preservação de direitos linguísticos de pessoas com pouca proficiência na língua em que matérias institucionais são resolvidas.

Quando nos referimos a direitos linguísticos (ou direitos humanos linguísticos), falamos do direito de pessoas ou grupos preservarem, usarem livremente e passarem para gerações seguintes suas próprias línguas e culturas (MILAMBILING, 2019, p.208). De uma perspectiva internacional, é a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, de 1996, (também conhecida por Declaração de Barcelona) que estabelece que direitos linguísticos são necessários para corrigir assimetrias linguísticas, assegurar o respeito e desenvolvimento de todas as línguas e garantir a manutenção de relações sociais harmoniosas (Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, Comentários Preliminares, 1996). A mesma declaração destaca que, de um viés político, conceber uma forma de organizar a diversidade linguística é uma forma de permitir a participação efetiva de comunidades linguísticas dentro do contexto contemporâneo das sociedades.

Ainda de acordo com Joyce Milambiling, pesquisadora nas áreas de preservação de línguas minoritárias e direitos linguísticos, (2019, p. 208), o propósito da declaração, que é o de encorajar uma estrutura política para diversidade linguística pautada no respeito, é compatível com um conceito de justiça social em que todas as pessoas e comunidades merecem oportunidades e direitos políticos, econômicos e sociais iguais. O artigo 3º da declaração indica, como um dos direitos inalienáveis e, portanto, que podem ser exercidos em qualquer situação, o “direito de usar a própria língua nas instâncias privadas e públicas”<sup>3</sup>. Milambiling (2019, p. 212) destaca a desvantagem socioeconômica enfrentada por migrantes que não têm acesso a atividades realizadas em suas próprias línguas e destaca que comunidades de línguas minorizadas<sup>4</sup> são prejudicadas quando não podem usar a língua que mais conhecem ou com a qual se sentem mais confortáveis. A mesma autora enfatiza, ainda, a urgência da preservação de direitos linguísticos, principalmente frente a maiores

---

<sup>3</sup> the right to the use of one’s own language both in private and in public.

<sup>4</sup> Adotaremos o termo “minorizada(o)” já que ele sugere que a minorização não é inerente, mas efeito de uma ação de um grupo sobre outro e de restrições de uso e funções de determinadas línguas.

movimentações migratórias e à necessidade de migrantes e refugiados, que podem não ter acesso a serviços básicos por conta de marginalização linguística, que se traduz em marginalização social, política e econômica (MILAMBILING, 2019, p.213).

Diante disso, entende-se que a questão de direitos linguísticos pode se estender, para além da questão da presença de intérpretes, à esfera legislativa em políticas que visem à proteção de grupos linguisticamente minorizados como indígenas, surdos, migrantes e pessoas refugiadas. Os direitos linguísticos de tais populações podem ser manifestados em políticas linguísticas empregadas pelo Estado a fim de regulamentar e facilitar o acesso às estruturas oficiais. Políticas linguísticas também podem se manifestar por meios implícitos, na ausência de medidas tangíveis para regulamentação do uso de uma língua, e por meios explícitos (BAGNO, 2017, p. 350), ou seja, legislativos.

Nesse cenário, pensar a tradução/interpretação como uma política linguística subentende reconhecer que o papel das instituições na definição de políticas de tradução não é acidental. Esse papel envolve a decisão sobre o que traduzir (ou não traduzir), a atuação do tradutor e as expectativas dos usuários em relação à tradução (LAMBERT, 1994, p. 20). Assim, conforme Reine Meylaerts (2011, p.165), professora e estudiosa dos Estudos da Tradução, argumenta, as políticas de tradução podem ser definidas como um conjunto de normativas jurídicas que regulam a tradução no âmbito público, seja na educação, em questões legais, nas instituições políticas, na mídia, na administração pública e são meios pelos quais o governo delimita o acesso ou a exclusão de indivíduos à vida e aos serviços públicos. Dessa maneira,

Políticas de tradução ao redor do mundo são fundamentais para facilitar (ou dificultar, no caso da não-tradução) o direito democrático de cidadãos de se comunicarem com as autoridades. Além do mais, são uma parte integrante de políticas linguísticas, isto é, das normas jurídicas que regulamentam o uso da língua no âmbito público. Toda política linguística pressupõe uma política de tradução: a determinação de normas institucionais de uso linguístico pressupõe determinar o direito à tradução nessas mesmas instituições em uma sociedade democrática <sup>5</sup> (MEYLAERTS, 2011, p. 165, tradução nossa.)

---

<sup>5</sup> Translation policies worldwide are in other words instrumental in furthering (or hindering in the case of non-translation) citizens' fundamental democratic right to communicate with the authorities. They are moreover an integral part of languages policies, i.e., the set of legal rules that regulate language use in the public domain. Any language policy presupposes a translation policy: determining the rules of institutional language use presupposes determining the right to translation within these same institutions in a democratic society.

É em meio a questões de criação de políticas públicas como as debatidas aqui que a interpretação comunitária vem ganhando destaque em termos de pesquisa e formação em anos recentes. Essa área de especialização, que lida com a interpretação que ocorre predominantemente em contextos intranacionais (HALE, 2015, p.66), em órgãos e instituições de um dado país, visa a proporcionar acesso a serviços a pessoas com pouca ou nenhuma proficiência na língua em que tais serviços são prestados.

Como nicho da interpretação comunitária, a interpretação para a população refugiada, foco da presente pesquisa, tem chamado particular atenção nos últimos dez anos (cf. PÖLLABAUER, 2013; CREZEE; JÜLICH; HAYWARD, 2013), considerando a importância da prestação de serviços linguísticos para a essa população. De fato, ilustrando a centralidade desse serviço, é a partir da interpretação dos relatos de solicitantes de refúgio que oficiais de elegibilidade elaboram seus pareceres, que será um dos elementos centrais para a decisão acerca da elegibilidade dos solicitantes de receber a proteção nacional do refúgio. Tendo em vista esse caráter de essencialidade, a questão da formação de profissionais se impõe. Se todos os autores do campo convergem quanto à necessidade de profissionalização do intérprete comunitário, nem todos são unânimes no que se refere ao que seria uma formação de qualidade, as competências essenciais e os componentes curriculares fundamentais para tal formação. Dentre os principais pesquisadores que buscaram explorar questões curriculares e objetivos de ensino-aprendizagem de futuros tradutores, citemos Kelly (2005, p. 23) que elenca uma série de fatores a se considerar ao delimitar questões de formação: as necessidades sociais da comunidade, os padrões profissionais, as necessidades mercadológicas, as políticas e limites institucionais e o perfil do corpo discente e docente.

Mas, para além desses critérios, sobressai o tópico relativo à ética e aos limites do papel do intérprete comunitário em sua correlação com questões didáticas de ensino e formação. Essa é a questão que chama nossa atenção nesta pesquisa, tornando-se objeto de análise. Diferentemente da interpretação de conferência, é relativamente recente o reconhecimento da centralidade da interpretação comunitária como área de estudo e pesquisa, o que também se traduz na escassez de cursos de formação e na aparente falta de consenso

sobre o que constitui uma formação adequada. Para suprir essa carência, órgãos<sup>6</sup> envolvidos no atendimento à população refugiada e imigrante em diferentes países têm buscado elaborar guias e manuais de atuação assim como códigos de ética, que, embora com base em experiências concretas, não condizem com os fatores que circunstanciam a atuação do intérprete comunitário, a exemplo dos frequentemente citados conceitos de fidelidade e equivalência. Com efeito, os documentos aparentemente têm sido elaborados com base em representações de senso comum que sugerem que o intérprete deveria ser neutro e invisível e ater-se à mera transposição de significados de uma língua para outra.

Esta pesquisa trata justamente da investigação dessa hipótese, questionando em que medida os materiais que compõem o corpus de análise ilustram essa visão de senso comum em relação ao papel do intérprete, como eles impactam a atuação e a autopercepção desses profissionais e quais são os possíveis caminhos para uma formação sensível às necessidades nacionais.

Além disso, como argumenta Sandra Hale (2007, p. 105), doutora em linguística forense, há nesses materiais uma clara disparidade entre a alta exigência quanto à atuação dos intérpretes e a falta de formação, de assistência institucional e de condições de trabalho. Ao analisar 16 códigos de ética de diferentes países, Hale (2007, p.109-112) constata que os princípios prevalentes nos corpora investigados são os de confidencialidade, imparcialidade e precisão, sendo os últimos descritos em linhas similares a “livre de interpretações, opiniões ou influência pessoal” e “transmissão exata da mensagem do texto fonte, sem adições, omissões ou embelezamentos”.

Cecilia Wandensjö (1998, p. 55), pesquisadora do campo dos Estudos da Interpretação, ao tratar de maneira geral da formação de intérpretes, também destaca que, apesar de diferirem em alguns aspectos de composição, cursos geralmente enfatizam questões éticas com base em princípios de imparcialidade, neutralidade e distanciamento. Essas noções centrais aos códigos, e expressos em guias e manuais de orientação a intérpretes, levam a questionamentos de ordem tradutória e interacional. Isto é, a aceção tradutória subjacente a códigos como os descritos acima vende uma visão superficial de tradução/interpretação, em

---

<sup>6</sup> Órgãos como ACNUR, *Administrative Appeals Tribunal* da Austrália, *Finnish Immigration Service*, *Immigration and Refugee Board of Canada*, *NSW Health Care Interpreter Services* e vários outros.

que o processo interpretativo nada mais é do que transferência de mensagem, que é decodificada por um intérprete supostamente neutro, e recodificada sem sofrer alterações ou interferências.

Esse tipo de compreensão reducionista dos atos de traduzir e interpretar se encaixam no que Wandensjö (1998) define como uma visão monológica de língua, cognição e comunicação, em que o intérprete é entendido como uma espécie de conduto, ou canal, por onde a mensagem passa e chega inalterada aos interlocutores. O monologismo procura construir a língua como algo independente de sujeitos, isto é, os atos de fala seriam resultantes da intenção de um falante, que não seria afetado pelas demais pessoas presentes. No entanto, como argumenta John Gumperz (1982, p. 1), pioneiro no campo da Sociolinguística, a comunicação é uma atividade social que exige os esforços coordenados de dois indivíduos ou mais, isto é, a comunicação se constitui quando uma resposta surge de um ato de fala e sustentar a comunicação exige mais do que conhecimento gramatical necessário para decodificar mensagens curtas isoladas (GUMPERZ, 1982, p.1).

Tendo isso em consideração, urge a definição de critérios que impliquem na elaboração de elementos curriculares adequados às características dos diferentes contextos e das diferentes situações de interação mediadas por intérpretes comunitários. Essa urgência justifica-se ainda por não ser raro, como bem indicam Furmanek e Tipton (2016, p. 11), que intérpretes de instituições governamentais e organizações comunitárias derivem seus entendimentos éticos da prática profissional quase que exclusivamente de códigos de conduta ou de códigos de ética. Segundo as autoras, a orientação e aplicação indiscriminadas de códigos de conduta podem transformar os princípios neles inscritos em soluções “prontas”, baseadas em regras pré-estabelecidas em que a neutralidade predomina (FURMANEK; TIPTON, 2016, p. 11), um fator que pode cegar intérpretes quanto às consequências de suas ações (BAKER; MAIER, 2011, p. 3). Por isso, Baker e Maier (2011, p. 3) advogam em favor de uma formação de intérpretes em que professores não imponham estratégias ou determinados cursos de ação. Segundo as autoras, a formação deve fazer com que estudantes reconheçam que praticamente todas as decisões profissionais podem ter consequências éticas, principalmente se considerarmos que essas decisões impactam a vida de indivíduos, sejam quais forem os contextos (BAKER; MAIER, 2011, p. 3).

Considerando que os princípios éticos, normativos e prescritivos, manifestos em alguns modelos didáticos de formação de intérpretes comunitários se estruturam em conceitos reducionistas de língua, tradução e comunicação, bem como em expectativas idealizadas,

podendo favorecer práticas pouco reflexivas que levam à manutenção de sistemas de poder que desfavorecem grupos já minorizados, esta pesquisa de mestrado visa a analisar criticamente a composição de guias e manuais de orientação existentes, identificando os conceitos relacionados à tradução/interpretação e atuação de intérpretes neles subjacentes e verificar sua adequabilidade para um modelo de formação de intérpretes comunitários no Brasil. Ademais, ao investigar o contexto de produção de tais manuais, procura-se identificar se/e de que forma o histórico de recepção e de políticas linguísticas desses países se manifesta linguisticamente nos materiais.

Partimos da premissa de que o estabelecimento de modelos de formação de intérpretes comunitários deve levar em consideração, entre outras coisas, o contexto e as configurações sociais em que os encontros ocorrem, as relações assimétricas de poder entre usuários e prestadores de serviço (KAINZ, PRUNC, SCHÖGLER, p. 9-13) e a reflexão crítica sobre os modelos normativos dos códigos de conduta, em vez de meios de formação com enfoque apenas em habilidades linguísticas e culturais. Com base nesse pressuposto, o trabalho inicia-se com uma contextualização do refúgio no Brasil, focando as tendências migratórias nacionais, as estruturas de acolhimento e os órgãos responsáveis pela recepção dessa população. Além disso, esse panorama perpassa algumas iniciativas em emergência que visam a suprir o déficit de serviços linguísticos subsidiados pelo governo e a garantir os direitos linguísticos consignados por instrumentos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Para identificar os princípios que norteiam os manuais e guias, lançaremos mão da linguística de corpus, sempre com base em fundamentos da Sociolinguística Interacional, linha de análise segundo a qual as interações são sempre co-construídas pelos participantes. Ademais, a análise e correlação das variáveis (linguísticas e extralinguísticas) servirá para verificar em que medida esses instrumentos normativos e prescritivos, que hoje norteiam o trabalho do intérprete comunitário, manifestam uma visão monológica e transferencial do ato tradutório. Para tanto, serão levantadas e sistematizadas as categorias discursivas reveladoras dessas representações essencializadas de tradução/interpretação, língua e comunicação. O dito corpus de estudo é composto por doze (12) manuais/guias de diferentes órgãos e agências estrangeiras e/ou internacionais produzidos entre 2009 e 2021.

Num segundo momento, com base nos resultados da análise linguística, serão discutidos e contextualizados fundamentos acerca da formação de intérpretes em contextos de refúgio sob o viés da Sociolinguística Interacional.

# 1 CONTEXTUALIZAÇÃO

## 1.1 BRASIL, PLURILINGUISTO EM XEQUE

Perdura ainda hoje a crença de que o Brasil seja um país monolíngue, falácia arraigada no histórico colonial do país. Como aponta Bueno (2013, p. 37), acadêmico que estuda as representações discursivas de imigrantes no Brasil, a língua é um dos principais meios simbólicos para a formação de nações e o estabelecimento de fronteiras entre elas. Nesse sentido, a língua nacional teria o papel de estabelecer os limites identitários de uma comunidade que se contraporiam aos de outras (BUENO, 2013, p.37). Corroborando tal pressuposto, Haugen (2000, p.113), pesquisador nas áreas de bilinguismo, contato linguístico e Sociolinguística, ao discorrer sobre o uso da língua-padrão<sup>7</sup>, esclarece a relação entre língua, autoridade e prestígio ao dizer que:

As línguas nacionais têm oferecido acesso ao título de membro de uma nação, uma identidade que dá à pessoa o ingresso a um tipo novo de grupo, que não é apenas parentesco, governo ou religião, mas uma mistura inédita e peculiarmente moderna dos três. O tipo de importância atribuída a uma língua neste contexto tem pouco a ver com seu valor enquanto instrumento de pensamento ou persuasão. É primordialmente simbólico, uma questão de prestígio [...]

A partir de sua leitura de Haugen (2000), Bueno discute que a fixação de uma identidade a uma língua contribui para a veiculação dos valores identitários a ela associados e acaba, por consequência, eliminando variações e diferenças que se posicionam contrárias à identidade nacional. Essa aversão à alteridade expressa na imposição de uma língua única pode ser considerada um projeto político para encobrir, segundo Bueno (2013, p.38), as tensões sociais, étnicas, culturais e linguísticas que compõem qualquer sociedade. Nesse contexto, a unicidade linguística supostamente proporcionada por uma língua nacional ou única impõe limitações entre os de fora (imigrantes, refugiados, indígenas, comunidades minorizadas) e os que “detêm” essa língua e se veem nela representados. Oliveira (2000)

---

<sup>7</sup> Segundo Haugen (2000, p.107), a língua-padrão é uma variante necessariamente escrita. Partindo de Bagno (2017, p. 310), a língua-padrão, ou norma normativo-prescritiva, é um conceito tradicional, idealizado por gramáticos, com vistas ao controle da representação da língua escrita, sendo tudo aquilo que não se adequa ao que é prescrito qualificado como erro. A língua padrão é a norma codificada nas gramáticas e distancia-se da realidade dos usos linguísticos.

defende que, para além da crença em si, a aceitação acrítica do suposto monolinguismo no Brasil foi central para que houvesse consenso entre as maiorias por uma política de repressão a outras línguas.

O plurilinguismo no Brasil, além de ser representado pelas várias expressões regionais, também se mostra presente nas mais de 200 línguas indígenas, nas línguas de comunidades de imigrantes, na Libras e outras línguas de sinais, e nas línguas afro-brasileiras faladas em quilombos (OLIVEIRA, 2009, p.18). A diversidade linguística data desde antes do início da colonização portuguesa, no século XVI, quando, segundo estatísticas de Rodrigues (1996, p.23 *apud* OLIVEIRA, 2000, p.2), cerca de 1.078 línguas indígenas eram faladas no atual território brasileiro.

Apesar de drasticamente reduzidas em número, as línguas indígenas ainda compõem o cenário linguístico do Brasil. O mesmo não se pode dizer das muitas línguas africanas trazidas pelas pessoas forçadamente retiradas de suas terras para serem escravizadas (CARBONI, 2017, p. 7). A manutenção das línguas africanas foi impossibilitada por diversos fatores, entre os quais, conforme Carboni *et al.* (2017, 8-9), estão o modo de produção escravista colonial, a instabilidade dos núcleos familiares, a baixa expectativa de vida e a chegada de novos escravizados que desconheciam os eventuais códigos linguísticos advindos das línguas africanas. Isso não significa, no entanto, a ausência de marcas dessas línguas no português brasileiro e de seus falantes na história de formação do Brasil. Exemplos da africanização do português do Brasil são trazidos por Lélia Gonzalez (2020, p. 90), antropóloga e ativista do movimento negro, quando a autora fala do “pretuguês”, marcado, entre muitos outros traços, pelos cortes dos infinitivos verbais, encurtamento dos pronomes, prosódia específica, rotacismo e pelas palavras que se mantêm no vocabulário corrente.

Os resquícios de processos e políticas que fizeram com que apenas 15% das línguas indígenas originalmente faladas no Brasil sobrevivessem afetou outros grupos, como os de imigrantes a partir do século XIX. Como indica Bueno (2013, p. 36), a preocupação prevalente na política migratória brasileira foi a questão da assimilação ou da nacionalização das populações migrantes (BUENO, 2013, p. 36). Assim, a presença do imigrante em um cenário forçadamente monolíngue representa uma interferência na “identidade homogênea” artificial (*ibid.*, p. 38). Essa política migratória do Brasil, atrelada a um projeto de branqueamento eugenista, era pautada pela preferência por determinadas nacionalidades, como a de ibéricos (portugueses e espanhóis) e italianos, por conta da suposta similaridade

cultural, e a de outros conglomerados europeus. Ainda de acordo com Bueno (2013, p. 36), essa preferência por determinadas nacionalidades e fenótipos como marca migratória, afetou notadamente a imigração de asiáticos, como a de japoneses. As tentativas de assimilação traduziram-se em algumas ações, como as adotadas pelo governo varguista, com a obrigatoriedade do ensino de português, o fechamento de escolas de comunidades estrangeiras (em especial as de alemães, italianos e japoneses) e a proibição do uso de línguas estrangeiras em espaços públicos.

Com base nesse panorama, retomamos Oliveira (2000, p. 7) para concluir que a identidade brasileira idealizada a partir da relação direta entre língua portuguesa e nação brasileira constitui uma forma de excluir grupos étnicos e linguísticos da nacionalidade ou, ainda, de conformá-los à força ao formato “genuinamente” brasileiro.

Essa tentativa contradiz o perfil sociolinguístico brasileiro, cujo plurilinguismo e diversidade são representados pelas línguas indígenas, pelas muitas expressões regionais do próprio português, pela Libras e as várias línguas de sinais e pelas línguas de imigração. Essa diversidade linguística constitutiva da formação do país, embora represente um rico patrimônio cultural, é posta em xeque pelas relações de poder entre seus falantes e pela forma como essas línguas são administradas (BERGER, 2021, p.120). Tal como as políticas migratórias, as línguas são passíveis de legislação e intervenção governamental. Por isso, é preciso pensar quais políticas e ações podem ser implementadas para reverter o apagamento, o silenciamento e a invisibilização de certas línguas em favor de outras.

Tendo em perspectiva esse cenário de um plurilinguismo historicamente ignorado e rechaçado, percebe-se que a intervenção de intérpretes sempre se fez necessária frente à diversidade de comunidades linguísticas brasileiras ao longo dos séculos. Essa necessidade se faz ainda mais premente se somarmos a essa diversidade sociolinguística do Brasil as novas comunidades de imigrantes.

No caso das línguas estrangeiras faladas no Brasil pelas populações refugiadas que hoje compõem o cenário sociolinguístico brasileiro, antes de nos debruçarmos sobre as políticas linguísticas no Brasil que possam favorecê-las, convém apresentar alguns dados sobre o grupo heterogêneo que compõe essa comunidade, as novas legislações migratórias que consolidam os direitos dessa população e os trâmites burocráticos do reconhecimento da condição de refugiado no Brasil.

## 1.2 REFUGIADOS NO BRASIL

O aumento de situações coercivas em alguns países da América Latina se reflete nas estatísticas de solicitação de refúgio recebidas pelo Brasil, que se tornou um dos principais países latino-americanos de destino, movimentação e refúgio (JUNGER *et al.*, 2022, p. 46). Desde o ano de 2017, verifica-se uma taxa crescente no número de solicitações para reconhecimento da condição de refugiado, que atingiu o pico em 2019, quando foram registrados 82.552 pedidos no Brasil (SILVA *et al.*, 2020, p. 12). Essa alta tendência de solicitações não se manteve em 2020 e 2021, anos em que foram registrados 28.899 e 29.107 solicitações, respectivamente. Essa estabilidade entre os dois anos e a queda em relação a 2019 estão diretamente relacionados à pandemia da COVID-19 e às medidas de restrição que limitaram a entrada e circulação de imigrantes no Brasil. Importa ressaltar, no entanto, que apesar da diminuição registrada nos últimos dois anos, as estatísticas de 2020, por exemplo, superam em 1.872% as taxas de solicitação de refúgio em 2011, quando o Brasil recebeu apenas 1.465 pedidos. Além desses dados numéricos, Cavalcanti, Oliveira e Silva (2022, p. 16) mostram uma tendência de crescimento no número de pedidos de solicitação de refúgio feito por mulheres e crianças, vindas principalmente de países latino-americanos, asiáticos e do Caribe. No ano de 2022, por exemplo, das 6.202 decisões de mérito analisadas<sup>8</sup>, o CONARE concedeu o status de refugiado a 5.800 solicitantes, sendo as três principais populações a de venezuelanos, cubanos e sírios<sup>9</sup>.

Esses números servem para ilustrar, além da forte tendência do Brasil como país de acolhimento, a necessidade de repensar as estruturas de acolhimento e de serviços a populações imigrantes previstos em instrumentos internacionais de proteção a refugiados. Tal tendência de acolhimento pode ser observada no aumento crescente da população refugiada no Brasil em comparação a outros países da América do Sul, como mostra a

---

<sup>8</sup> As decisões que não abrangem o mérito dizem respeito a arquivamentos e extinções de solicitações, que podem ocorrer por falecimento do requerente, ausência do território brasileiro, naturalização, apresentação de segundo pedido sem inclusão de novos fatos ou elementos novos, pedido de desistência e não renovação do protocolo de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado.

<sup>9</sup> Decisões de mérito. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZTk3OTdiZjctNGQwOC00Y2FhLTgxYTctNDNIN2ZkNjZmMwVlliwidCI6ImU1YzZM3OTgxLTY2NjQ0tNDEzNC04YTBjLTY1NDNkMmFmODBiZSIsImMiOiJh9&pageName=ReportSection>. Acesso: 06 de abril de 2023

tabela a seguir, em que o único país que superou o Brasil em termos de população refugiada foi o Equador:

Figura 1- População refugiada por país ou território de refúgio

	2016	2017	2018	2019	2020
Argentina	3,267.0	3,332.0	3,442.0	3,857.0	4,045.0
Bolivia	776.0	802.0	802.0	863.0	1,156.0
<u>Brazil</u>	9,674.0	10,260.0	11,304.0	32,844.0	59,147.0
Colombia	241.0	260.0	294.0	634.0	997.0
Chile	1,730.0	1,861.0	2,026.0	2,046.0	2,078.0
Ecuador	102,848.0	92,405.0	101,550.0	104,560.0	104,652.0

Fonte: The World Bank. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&series=SM.POP.REFG&country=#>. Acesso em: 26 jun. 22

Em 2021, o maior grupo de solicitantes foi o de venezuelanos (22.856), seguido pelo de angolanos (1.952), haitianos (794) e o de cubanos (529) (JUNGER *et al.*, 2022, p. 11). A 7ª edição do Refúgio em números (JUNGER *et al.*, 2022) apresenta uma série de dados relevantes para se considerar a organização de políticas de recepção para os principais grupos de solicitantes de refúgio no Brasil. Entre eles, o fato de que a maioria dos pedidos de refúgio em 2021 foi de pessoas com menos de 15 anos (JUNGER *et al.*, 2022, p.16). Identifica-se também a pequena variação na porcentagem de mulheres e homens solicitantes de refúgio entre os grupos mais representativos (JUNGER *et al.*, 2022, p.15).

Importante apontar também que nem todos os imigrantes no Brasil solicitam ou recebem o status de refugiado. Isso se deve ao fato de que o refúgio é uma proteção garantida a pessoas que satisfaçam alguns critérios. Segundo a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, uma pessoa refugiada é aquela que

temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele (ONU, 1951).

Por sua vez, o solicitante de refúgio pode ser entendido como a pessoa que realizou o pedido de proteção, mas cuja solicitação está em processo de análise. Um dos aspectos que diferenciam a população refugiada de outras populações migrantes, e que justifica a proteção prevista em instrumentos internacionais, é precisamente a natureza do deslocamento. Refugiados são forçados a migrarem por temerem por suas vidas e, na maioria das vezes, não têm um destino certo em vista devido ao caráter imediato e não planejado da fuga (JIMÉZES-IVARS; PENILLA, 2018, p. 29). Na mesma linha, a população refugiada é considerada como um dos grupos mais vulneráveis (ACNUR, 2017, p.137), sendo formada por vítimas de diversos tipos de violência, que, por sua vez, pode ter sido tanto o estopim para a fuga ou que pode ocorrer entre a partida do país de origem até a chegada ao país de acolhimento e persistir nesse país nas variadas facetas de xenofobia e racismo, manifestados na dificuldade de acesso a direitos sociais, na entrada ao mercado de trabalho ou na limitação a empregos mal remunerados e insalubres.

O direito ao refúgio é consignado por instrumentos internacionais (ONU, 1951; ACNUR, 1967; ACNUR, 1984), entre os quais a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que em seu artigo 14 dispõe que: “Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.” (ONU, 1948), sendo esse direito formalizado também na Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 e no Protocolo de 1967<sup>10</sup>.

No Brasil, a lei nº 9.474 de 1997, que define os meios para implementação da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, é considerada internacionalmente como um exemplo de legislação moderna, pois consigna um conceito ampliado de refúgio, que abrange pessoas fugindo de grave e generalizada violação de direitos humanos, em adição às condições de fuga por temor de perseguição em razão de raça, nacionalidade, religião, pertencimento a grupo social ou opinião política que constam nas convenções internacionais. Ainda em âmbito nacional, o Brasil adotou em 2017 uma nova Lei de Migração (Lei nº

---

<sup>10</sup> A Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 foi adotada em 28 de julho de 1951 e visava tratar da situação dos refugiados após a Segunda Guerra Mundial. Com o passar do tempo, percebeu-se a necessidade de abarcar as contínuas e também novas crises políticas como provocadoras de deslocamento forçado e ampliar o escopo do refúgio. Dessa maneira, o Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados entrou em vigor em outubro de 1967, retirando a limitação temporal e geográfica. 149 países são signatários de algum ou de ambos os documentos, que visam definir quem se configura como refugiado, sintetizar os direitos dessa população e também as obrigações jurídicas dos Estados de protegê-la.

13.1445/2017), que facilita a entrada e permanência do imigrante em território nacional e estende a proteção a pessoas em condição de risco humanitário.

A nova Lei de Migração de 2017 toma o lugar do Estatuto do Estrangeiro, implementado na época da ditadura militar e que tratava a questão migratória como um “problema” de segurança nacional. Contrapondo-se a esse paradigma, a nova lei se baseia em princípios humanitários contra a xenofobia e qualquer forma de discriminação, buscando promover o bem-estar social por meio da inclusão laboral e social, da regularização documental, do acesso a serviços e bens públicos como educação, seguridade social e muitas outras salvaguardas à população imigrante (OLIVEIRA, 2017, p. 173). Luquini e Oliveira (2021, p. 226) ressaltam que a nova legislação, além de estabelecer mudanças no tom da redação, no conteúdo que garante isonomia a migrantes e brasileiros e a desburocratização de processos de migração, representa um marco para a proteção de refugiados que são, ainda segundo os autores, uma categoria de migrantes que requer maior proteção por conta de “presumida” vulnerabilidade.

A lei assegura também que a proteção destinada à população refugiada deve abranger desde a recepção, registro, procedimento de determinação da condição de refugiado até a assistência, integração local e processos de repatriação, naturalização ou reassentamento. Contudo, o momento de reconhecimento da condição de refúgio é o mais significativo dentre os demais já que constitui o próprio vínculo jurídico consignado em instrumentos internacionais.

No Brasil, a solicitação de refúgio pode ser feita pelo site oficial do governo ou presencialmente em qualquer posto da Polícia Federal. Após o registro inicial, requerentes recebem um protocolo provisório, que faz vezes de documento de identidade e de permanência regular no país (MACHADO DE SOUZA; OLIVEIRA, 2019, p. 83), que permite a emissão de carteira de trabalho e CPF, possibilitando o acesso a serviços públicos. Após esses estágios iniciais de registro e documentação provisória, ocorre a entrevista previamente agendada com um agente público do Ministério da Justiça. No Brasil, é esse agente, intitulado oficial de elegibilidade, que irá emitir um parecer favorável ou desfavorável junto ao CONARE (Comitê Nacional para Refugiados). O CONARE é um órgão colegiado do Ministério da Justiça composto por membros do governo, sociedade civil e das Nações Unidas. De acordo com a lei nº 9.474, art. 12, compete ao CONARE:

- I - analisar o pedido e declarar o reconhecimento, em primeira instância, da condição de refugiado;
- II - decidir a cessação, em primeira instância, ex officio ou mediante requerimento das autoridades competentes, da condição de refugiado;
- III - determinar a perda, em primeira instância, da condição de refugiado;
- IV – orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados;
- V - aprovar instruções normativas esclarecedoras à execução desta Lei (BRASIL, 1997).

Como sustenta Leão (2017, p. 220), a entrevista é o ponto crucial do processo de reconhecimento da condição de refugiado já que é nela que o requerente irá expor seu caso, a partir do qual o oficial determinará se o fundado temor de perseguição existe. Ainda de acordo com a mesma autora, em casos de reconhecimento do status de refugiado, o ônus da prova é compartilhado entre solicitante (que deve provar o fundado temor) e o entrevistador (que precisa atestar a veracidade das declarações e a necessidade da proteção). Considerando as condições de fuga da população refugiada e a falta de documentação ou evidências que sustentem seu caso, o relato durante a entrevista é um dos objetos centrais, partir do qual o oficial elaborará um parecer que definirá se o requerente satisfaz às condições para receber a proteção solicitada.

No entanto, para o entrevistado com pouca ou nenhuma proficiência na língua oficial em que ocorre a entrevista, torna-se inviável apresentar uma narrativa capaz de justificar tal solicitação. É nesse cenário que a atuação de um mediador linguístico profissional e qualificado se torna crucial, não sendo exagero afirmar, segundo Robert Barsky (1994, p. 41 *apud* FURMANEK; TIPTON, 2016, p.77), que erros da parte de intérpretes podem ser fatais.

Assim, garantir direitos pressupõe garantir também os meios de acesso a esses direitos, inclusive por aqueles pouco proficientes em língua portuguesa. Por isso, se impõe a questão da assistência linguística para assegurar que essas pessoas possam usufruir de direitos consignados por uma legislação considerada vanguardista e moderna. Ainda que vise estender, concretizar e complementar compromissos assinados em nível internacional, essa legislação não contém disposições sobre políticas linguísticas a serem implementadas para a realização dos direitos nela explicitamente dispostos. Cumpre, então, discutir nos próximos tópicos quais políticas linguísticas e tradutórias seriam capazes de garantir de fato o acesso a serviços básicos.

### 1.3 POLÍTICAS E DIREITOS LINGUÍSTICOS NO BRASIL

Em termos gerais, políticas linguísticas podem ser definidas como as medidas adotadas pelo poder público para intervir nas interações linguísticas da sociedade (BAGNO, 2017, p. 349). Apesar de a variável linguística ser o cerne de tais políticas, uma série de questões não linguísticas, como fatores políticos, demográficos, sociais, religiosos, culturais, psicológicos e burocráticos explicam por que existe a tentativa de certos grupos de intervir nas práticas e nas crenças linguísticas (SPOLSKY, 2004, p. 6). A essa tentativa de intervir e manipular a situação linguística se dá o nome de gestão linguística (SPOLSKY, 2004, p. 8). De acordo com Spolsky (2004, p. 8), especialista em Sociolinguística e Linguística Aplicada, nas sociedades em que não há política linguística formalmente escrita, é preciso consultar as crenças e práticas linguísticas circundantes para entender seu funcionamento, até porque, mesmo que tais políticas explícitas existam, o efeito sobre as práticas não é certo ou consistente. As políticas podem se manifestar em contextos técnico-burocráticos do planejamento linguístico, ou na própria gestão linguística, em que o Estado é convidado a intervir nos status e usos das línguas adotadas em seu território (BAGNO, 2017, p. 50).

Ao investigar políticas linguísticas e ideologias relacionadas na América Latina, Rainer Enrique Hamel, pesquisador da área da Sociolinguística e políticas linguísticas, (2013, p. 609) aponta que, para estudar como tais políticas se configuram na região, é preciso identificar como povos, nações emergentes, grupos etnolinguísticos e outros agregados sociais usam as diferenças entre línguas e variedades linguísticas para “1) construir a identidade do grupo, 2) se diferenciarem de outros e 3) construir estruturas de poder”. Hamel (2013, p. 610) sustenta que, na maioria dos países da América Latina, a ideologia de uma língua dominante exige que os cidadãos sejam falantes monolíngues da língua nacional e, a depender do nível social, tenham proficiência em alguma língua estrangeira, enquanto que falantes de outras “línguas-maternas” levantam suspeitas quanto a sua lealdade nacional, mesmo que saibam falar a língua oficial do país. Entende-se, dessa forma, e conforme explicita o autor, que outras línguas são aceitas, contanto que não possuam uma base territorial. Como resultado dessa postura contrária à diversidade linguística, áreas e tradições naturalmente plurilíngues são excluídas, não sendo reconhecidas publicamente e não dispendo de um lugar nos discursos públicos (HAMEL, 2013, p.610). O autor denuncia, ainda, que, a despeito da extraordinária diversidade linguística de comunidades indígenas que vivem em aldeias fora dos centros urbanos, em que quatro ou mais línguas são faladas, o caráter plurilíngue de

países latino-americanos é desprezado. A essa diversidade soma-se ainda o plurilinguismo das cidades, ocasionado pelas imigrações de estrangeiros e migrações aos centros urbanos por parte da população indígena, também invisibilizado pela imagem homogeneizante dos estados modernos. Essa representação de monoculturalismo e monolinguismo foi enraizada no imaginário latino-americano durante o colonialismo e reforçado no início do período republicano, após os movimentos de independência. Essa postura, segundo Hamel (2013, p. 611), acabou por negar o direito de os povos indígenas existirem como grupo etnicamente distinto e apagou a presença e visibilidade dessas comunidades após o período colonial, como ocorreu no Brasil.

Desse ambiente de dizimação cultural e linguística, surgem movimentos multiculturalistas e multilíngues que, ainda segundo Hamel, reconhecem a diversidade linguística, mas a partir de um viés negativo; isto é, as formas de expressão de indígenas e outros grupos minorizados são vistas concomitantemente como um direito, mas também como um problema por supostamente representar um empecilho para a unidade nacional (HAMEL, 2013, p. 611). Uma tendência similar também pode ser observada no Brasil, onde até primeira metade do século XX houve a predominância de políticas linguísticas explícitas de caráter invariavelmente autoritário. Pode-se citar, por exemplo, a proibição das línguas gerais no Brasil colônia do século XVIII, e o embargo às línguas italiana, alemã e japonesa durante o período Vargas, na primeira metade do século XX. Segundo Bagno (2017, p. 353), após esse período, a política linguística brasileira pode ser caracterizada como predominantemente omissa e negligente.

Ao relacionar a independência do Brasil e a emergência do período republicano no século XIX com a produção nacional de um dicionário em língua portuguesa, Orlandi (2007, p. 54), especialista em Linguística e Análise do Discurso, aponta que a unidade de um Estado é realizada por vários meios institucionais, entre eles a criação de uma unidade linguística, de entendimentos sobre a língua e de meios para seu ensino. De atos como a gramatização do português do Brasil, um gesto de política linguística, resulta a constituição de um sujeito nacional, conforme ressalta Orlandi (2007, p. 55), um cidadão com língua própria; resulta também a individualização de um país, com língua e instituições próprias. Todavia, como vimos, essa suposta unidade é fantasiosa diante das várias línguas indígenas, expressões regionais e línguas de imigração que compõem o cenário sociolinguístico brasileiro. Contudo, mesmo que outras línguas, que não a oficial, sejam reconhecidas, independentemente do quão

ilusório seja tal reconhecimento, Orlandi (2007, p. 60) questiona o que efetivamente significa falar essas línguas; isto é, mesmo que circulem, que posição ocupam frente à língua oficial? Teriam os falantes dessas línguas realmente status de cidadão ou apenas de usuários de uma língua? Os status de um “usuário” de uma língua e o de falante da língua oficial<sup>11</sup> são diametralmente diferentes, conforme ressalta a autora. O que Orlandi (2007, p. 8) propõe é pensar em políticas linguísticas como políticas de línguas, o que incluiria levar em consideração a língua como um elemento simbólico-político que constitui a relação de indivíduos nas esferas sociais e históricas e ponderar sobre quais discursos sobre língua são aceitos como verdade e como eles determinam uma série de práticas institucionais e políticas. Dessa maneira, pode-se entender, conforme sustenta Guimarães (2007, p. 63), que os espaços em que as línguas operam são historicamente delineados pela organização política dos Estados nacionais e é esse fato que influencia concepções como língua oficial, língua nacional e língua estrangeira e comportamentos e hierarquizações diante de tais conceitos.

Em linhas similares, Shohamy (2006, p. xv), pesquisadora da área de políticas linguísticas e multilinguismo nos espaços públicos, entende que as línguas, embora possuam caráter dinâmico, pessoal, livre e energético, não são demarcadas por fronteiras pré-estabelecidas, sendo controladas e manipuladas por grupos ou indivíduos para a promoção de ideologias políticas, sociais e pessoais. A autora também sustenta a opinião de que a língua pode ser usada para criar sentimentos de filiação a um grupo (“nós/eles”), para demonstrar inclusão ou exclusão, determinar lealdade ou patriotismo, status econômico e rotular pessoas e identidades pessoais. Além desses empregos, a língua também pode ser usada como uma forma de controle, pela imposição de variedades padrão e de prestígio e inclusive na regulação quanto ao direito ao uso. As políticas linguísticas, nesse sentido, ocorreriam em um cenário de constante embate entre ideologias e práticas linguísticas. Shohamy indica que, para entender as políticas linguísticas, é preciso entender os mecanismos que as criam, ou seja, as ferramentas de políticas linguísticas, já que esses mecanismos podem levar à violação de

---

<sup>11</sup> Orlandi (2012) diferencia falantes e usuários de uma língua. Enquanto aqueles seriam sujeitos falantes, estes seriam usuários de uma língua cujos objetivos e resultados mais imediatos de uso entram em questão. A língua nacional/oficial mobilizaria, assim, conceitos de cidadãos falantes relacionados ao pertencimento a um Estado, enquanto que o conceito de usuários estaria mais relacionado às sociedades de mercados, ao multilinguismo, ao multiculturalismo e a comunidades, em vez de sociedades (ORLANDI, 2007, p. 60), que fariam “usos” momentâneos de uma língua sem filiações à memória ou identidade, por exemplo.

processos democráticos e de direitos linguísticos e direitos da pessoa humana (SHOHAMY, 2006, p. xv). Shohamy (2006, p. xvi) ressalta que o estudo das políticas linguísticas não deve se limitar às políticas oficiais e formalmente declaradas, mas deve se concentrar também no estudo dos mecanismos usados na maioria das sociedades para perpetuar as verdadeiras práticas e políticas linguísticas.

No âmbito do refúgio nacional, poderíamos pensar, então, o que a ausência de políticas linguísticas para pessoas refugiadas significa, como as necessidades e direitos dessa população são entendidos no cenário mais amplo da política migratória brasileira e que medidas podem ser tomadas para alterar essa paisagem, que perpetua crenças já mencionadas, como a do monolinguismo. Dessa maneira, considerando a quase inexistência de políticas linguísticas para imigrantes, podemos buscar nessas ausências as crenças e pressupostos que contribuem para a continuidade desse cenário, inclusive crenças relacionadas às próprias atividades de tradução/interpretação, à língua e à interação. A falta de políticas explícitas de serviços linguísticos à população refugiada leva a pensar que a prática do monolinguismo e a ideia de uma sociedade linguisticamente homogênea são baseadas em pressupostos de assimilação e “integração” do “outro”.

Torna-se pertinente, assim, pensar nos arcabouços legais que (im)possibilitam ou gerem os usos linguísticos ou que poderiam ser criados para mudar o atual cenário de políticas linguísticas no Brasil, onde praticamente inexistem ferramentas de assistência a imigrantes que não falem o português.

No que diz respeito à regulação das interações linguísticas por parte do governo brasileiro em relação a imigrantes, pode-se citar a resolução do CNJ n° 405/2021, que garante a presença de intérprete em processos penais em que configurem imigrantes; o artigo 19 da lei n° 9.474, de 22 de julho de 1997 (lei que estabelece os mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951), que menciona a assistência de um intérprete no preenchimento da solicitação de reconhecimento da condição de refugiado e na prestação de outras declarações; o artigo 193 do Código do Processo Penal, de 1941, onde se lê: “Quando o interrogando não falar a língua nacional, o interrogatório será feito por meio de intérprete.”, e o artigo 223 do mesmo código, que versa sobre a nomeação de um intérprete para traduzir as perguntas e respostas de testemunhas que não conhecerem a “língua nacional”. Cabe mencionar também o discurso da indispensabilidade da “língua nacional” em outros

dispositivos como o código eleitoral, no artigo 5º, quando diz que pessoas “que não saibam exprimir-se na língua nacional” não podem participar do processo democrático.

Com esses poucos exemplos, ainda que não exaustivos, percebe-se o caráter limitado das políticas linguísticas para pessoas, entre elas imigrantes, que não saibam a “língua nacional”, políticas essas concentradas no âmbito penal e que não traduzem os compromissos firmados em instrumentos internacionais. Tomando o papel delimitador da “língua nacional” brasileira e sua função na manutenção da pretensa unidade e homogeneidade linguístico-cultural, identificamos, na quase inexistente política linguística a imigrantes e refugiados, crenças e posturas que continuam a perpetuar a idealizada crença de nação monolíngue e monocultural.

O tipo de políticas a que fazemos referência quando falamos de políticas linguísticas a refugiados são as políticas de tradução e a sua conseqüente função dentro do sistema político-cultural brasileiro. A próxima seção se dedicará a entender o que se configura como política de tradução e sua relação com a prestação de assistência linguística a pessoas sem ou com pouca proficiência na língua “dominante”.

#### 1.4 POLÍTICAS DE TRADUÇÃO E ASSISTÊNCIA LINGUÍSTICA

As políticas de tradução podem ser entendidas como um subtipo das políticas linguísticas e, invariavelmente, indicam a postura de um dado governo frente a línguas que não a oficial. Dentro dessa área, é possível entender quais as circunstâncias que levam à (in)disponibilização de serviços linguísticos como a tradução/interpretação, à escolha de textos a serem traduzidos e à determinação de situações de atuação de intérpretes, por exemplo.

Dessa forma, pode-se considerar que políticas de tradução são um tipo de política linguística, uma vez que esta se relaciona a escolhas de línguas que resultam em redes de comunicação que implicam, por sua vez, em práticas contínuas de tradução (GONZÁLEZ NÚÑEZ, 2016, p. 91). Assim, podemos relacionar a política de tradução à política linguística já que

Ambas são tipos de políticas culturais que visam a gerir o fluxo comunicacional entre as massas, estabelecer certos tipos de relacionamento entre grupos e seu entorno ou atribuir determinados valores simbólicos a certos produtos culturais. Isso

sugere que a política de tradução trabalha juntamente com a política linguística em diferentes ambientes e níveis<sup>12</sup> (GONZÁLEZ NÚÑEZ, 2016, p. 91, tradução nossa).

A partir de sua leitura de Spolsky (2012), González Núñez (2016), doutor em Estudos da Tradução, conclui que políticas de tradução não se resumem apenas a um conjunto de regulamentos jurídicos que influenciam o uso de tradução. Se apropriando da definição de política linguística de Spolsky, González propõe um entendimento de política de tradução que abarque a gestão, prática e crenças de tradução. Tomando por base essa acepção, a gestão de tradução seria entendida como as decisões relativas à tradução tomadas por indivíduos com autoridade para definir o uso (ou o não uso) de traduções dentro de um domínio e essas decisões podem incluir escolhas tanto em relação a quem realiza, quanto a quem faz uso das traduções. Assim, a gestão de tradução pode tomar a forma de políticas explícitas, codificadas e inscritas em documentos da legislação nacional. As práticas de tradução, por sua vez, se referem ao que é concretizado em termos de tradução em uma determinada comunidade, isto é, que textos são traduzidos, que modalidade de interpretação é usada e onde e em quais línguas a atividade tradutória ocorre. A prática de tradução também está diretamente relacionada às ideias que as pessoas têm sobre tradução, ou seja, às crenças de tradução, que podem dizer respeito, por exemplo, à utilidade de oferecer (ou não oferecer) tradução a certos grupos para determinados propósitos (GONZÁLEZ NÚÑEZ, 2016, p. 92).

Quanto à assistência linguística, Ozolins (2015, p. 228), estudioso da área de formação de intérpretes, defende que, a partir de uma perspectiva de políticas linguísticas, a prestação de serviços de interpretação inevitavelmente revela a atitude de um Estado em relação aos falantes de outras línguas. Nesse sentido, pensar sobre políticas de tradução envolve ponderar sobre o papel da tradução em esforços governamentais que visam a tratar das necessidades de cidadãos de uma maneira abrangente e, assim, inclui investigar a relação entre língua, integração e igualdade em uma sociedade (GONZÁLEZ NÚÑEZ, 2016, p. 88).

---

<sup>12</sup> Thus, translation policy is linked to language policy, both being types of cultural policy aimed at goals which include managing the flow of communications among the masses, establishing certain types of relationships between groups and their surroundings, or attributing a particular symbolic value to specific kinds of cultural products (86). This implies that translation policy works in conjunction with language policy in different settings and at different levels.

Em termos de gestão de tradução, ou seja, políticas de tradução explícitas, em nível nacional, cabe mencionar alguns mecanismos legais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 2, abordado anteriormente neste trabalho. Como signatário, o Brasil se compromete a preservar “os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.” (ONU, 1948). Nesse excerto, há o comprometimento com a não-discriminação em razão da língua, o que pode levar ao entendimento de que a prática de outras línguas que não o português não é vetada, o que subentende que seja necessário recorrer à tradução/interpretação. Na esfera da legislação nacional, cumpre mencionar também as resoluções do Conselho Nacional de Justiça n° 287/2019, que prevê, entre outras coisas, a essencialidade de intérpretes no âmbito judicial para indígenas não proficientes em português; n°401/2021, acerca da nomeação de intérprete de Libras em processos que envolvam surdos; n°405/2021, que estabelece a presença de intérprete em processos penais em que configurem imigrantes. No âmbito judicial, os artigos 193 e 223 do Código Penal (Lei n° 3.689) abordam a questão da presença de intérpretes para aqueles que não falarem português, quer sejam interrogados ou testemunhas. O artigo 19 da Lei n° 9.474 (Lei do refúgio) prevê, de passagem, que as declarações de solicitantes de refúgio podem ser prestadas com o auxílio de intérpretes, mas não descrevem como ou por quem esse serviço deverá ser prestado.

A partir das orientações apresentadas no site oficial do Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil<sup>13</sup>, pode-se depreender que existe uma prática de tradução, que consiste em disponibilizar intérpretes, nas entrevistas de solicitação de refúgio, de inglês, espanhol, francês, árabe e chinês. No entanto, solicitantes que falarem outras línguas que não as listadas devem levar seu próprio intérprete. Garcia (2019), em sua pesquisa, observa que, em situações em que o solicitante fala inglês ou espanhol, é geralmente dispensado o serviço de interpretação com o argumento de que são línguas também faladas pelos oficiais de elegibilidade que conduzem a entrevista.

---

<sup>13</sup> Entrevista de elegibilidade. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/o-que-e-refugio/entrevista-de-elegibilidade> . Acesso em 04 jul de 2022.

A partir da descrição, ainda que superficial, de algumas instâncias de gestão e práticas de tradução, ou de políticas implícitas, é possível delinear de forma geral a paisagem de serviços linguísticos na esfera do refúgio, ainda que não necessariamente circunscritas em documentos oficiais. Seguindo os passos de Gonzalez Núñez (2016), é possível depreender ou inferir algumas crenças relacionadas à tradução/ interpretação prevalentes no Brasil. A primeira crença é de que, mesmo que relutantemente, a tradução/interpretação é reconhecida como um meio de garantir acesso a determinadas estruturas públicas no país. No entanto, a limitação de escopo das políticas explícitas e implícitas aqui descritas demonstra que as políticas de tradução prevalentes:

- a) se restringem a algumas áreas, ao âmbito penal e à entrevista de solicitação de refúgio, desconsiderando que imigrantes e solicitantes de refúgio precisam acessar outras estruturas como hospitais, escolas e ambientes relacionados;
- b) apenas tangenciam a questão de formação e credenciamento, sendo as menções nesses aspectos relacionados majoritariamente à interpretação em Libras;
- c) não reconhecem a necessidade de formação específica de intérpretes, já que oficiais de elegibilidade que por algum motivo falem a língua podem conduzir a entrevista nesse idioma, conforme descrito por Garcia (2019).

As crenças relacionadas podem tomar a tradução/interpretação como:

- a) uma atividade que não requer maiores competências/habilidades do que o bilinguismo, já que oficiais de elegibilidade sem formação específica em interpretação podem realizar a entrevista em uma língua que conheçam;
- b) uma atividade que, apesar de necessária, não é essencial em todos os ambientes já que é garantida explicitamente apenas em algumas circunstâncias;
- c) uma ferramenta usada/monopolizada pelo governo para controlar os serviços que presta, em vez de uma ferramenta de acesso à disposição de imigrantes;
- d) uma exceção, já que é implementada de forma restrita, e não coloca em perigo o monolinguismo ou coesão nacional (cf. MEYLAERTS, 2011, p. 750).

Considerando, dessa forma, que as políticas linguísticas e de tradução são parâmetros pelos quais podemos identificar o nível de participação dos cidadãos em uma dada sociedade (MEYLAERTS, 2011, p.744-745) e lançando mão dos conceitos propostos por González Núñez (2016), em que políticas de tradução abrangem questões relativas a sua gestão, sua

prática e as crenças circundantes, poderíamos pensar quais são as necessidades de migrantes, em termos comunicativos, que exigem o recurso aos serviços de tradução/interpretação e como se dão, ou podem se dar, as mudanças no âmbito da política linguística por parte de governos.

Assim, a questão premente, no nível de desenvolvimento de políticas propriamente dito, diz respeito à provisão efetiva de serviços linguísticos adequados a refugiados e solicitantes não proficientes na língua dos serviços.

Ozolins (2010, p. 195) afirma que quase não há planejamento de estruturas que atendam à realidade de diversidade linguística causada pelas movimentações de imigrantes e refugiados nas sociedades de acolhimento. O autor descreve a recorrência de um padrão: a princípio, o que prevalece é a negligência, e então, algumas instituições (como forças policiais e hospitais) encontram meios *ad hoc* para que a interpretação seja realizada (amigos, família, voluntários). Nesse sentido, busca-se entender quais são os fatores que podem influenciar o governo e a administração pública a adotarem medidas para desenvolver a prestação de serviços linguísticos de qualidade. Entre os possíveis macro fatores, que determinam em grande medida o tipo de serviço a ser prestado, Ozolins (2010) destaca:

- a clara dependência de subsídios e receitas governamentais para prestar serviços linguísticos no setor público e as ideologias inconstantes das finanças da administração pública que afetam a qualidade e o caráter dos serviços linguísticos;
- a diversidade linguística crescente que precisa ser atendida, o que impede o atendimento fácil de necessidades e normas em uma gama menor de línguas e que constantemente traz consigo novas demandas e profissionais para o ambiente de interpretação.
- a base institucional dos serviços linguísticos, tornando-o um campo institucionalizado (identificando necessidades, buscando recursos, determinando respostas, estabelecendo padrões, limitando o comprometimento) em vez de um campo orientado pela profissão, em que um conjunto de normas e práticas evolui e se estabelece por meio de um processo de socialização profissional;
- as necessidades transeitoriais inevitáveis para interpretação: não-falantes de línguas dominantes podem ter que interagir de muitas formas com a administração pública. Políticas linguísticas envolvem, assim, elaboração supra setorial de políticas, em oposição aos processos de desenvolvimento de políticas públicas específicas a certos setores <sup>14</sup>. (OZOLINS, 2010, p. 196, tradução nossa)

---

<sup>14</sup> The obvious reliance on government funding and budgets to provide language services in the public sector, and the changing ideologies of public sector finance that affect the nature and quality of language services; • The increasing diversity of languages that must be catered for, preventing any easy meeting of needs and standards in a smaller range of languages, and constantly bringing new demands and practitioners into the interpreting

Além desses macros fatores que, de acordo com Ozolins, se aplicam a qualquer país e definem a exigência e delimitam o desenvolvimento de serviços linguísticos, o mesmo autor aponta que, para entender o nível de interesse governamental em políticas de interpretação/tradução, fatores subsidiários são necessários para compreender as nuances das diferentes respostas propostas em vários países. Entre esses fatores subsidiários, que permitem uma compreensão mais abrangente das variáveis que influenciam a implementação de serviços de tradução/interpretação, e que partem de atitudes políticas, sociais e administrativas específicas, pode-se destacar:

- a) as atitudes políticas e sociais gerais à imigração (disposição frente à população indígena e à comunidade surda também são importantes em alguns casos);
- b) modelos de política pública governamental de prestação de serviços, em contraposição a ONGs e agências de voluntariado.

Ozolins aponta que, em diversos países, uma boa porcentagem de serviços de interpretação é prestada por ONGs ou por associações de voluntários, havendo pouco ou nenhum interesse por parte do governo em regular ou suplementar a atividade realizada por esses grupos. A postura e a prática governamentais diante da prestação de serviços linguísticos impactam não apenas os usuários em potencial desses serviços, mas também processos de regulamentação, credenciamento de intérpretes qualificados e os programas de formação.

Direcionando essa questão a contextos nacionais, observa-se, como sustenta Oliveira e Silva (2017, p. 141), que não há legislação regulamentando a obrigatoriedade da presença de intérpretes em órgãos da administração pública tipicamente buscados/acessados por imigrantes, no geral, e refugiados, em particular, excetuando-se o no âmbito criminal, como mostram o artigo 193 do Código Penal, que estabelece que a pessoa não falante de português

---

environment; • The institutional basis of language services, making it an institutionled field (identifying needs, looking for resources, determining responses, setting whatever standards, limiting commitment) rather than a profession-led field where a set of standards and practices have evolved and been established through a professional socialisation process; • The inevitably cross-sector needs for interpreting: non-speakers of dominant languages may have many interactions with the public service. Language policy thus entails cross-portfolio policy making, as opposed to the usual sector-specific public policy development processes.

será interrogada por meio de um intérprete; e a resolução 213, Protocolo II do Conselho Nacional de Justiça, que prevê que:

A pessoa custodiada estrangeira deve ter assegurada a assistência de intérprete e a pessoa surda a assistência de intérprete de LIBRAS, requisito essencial para a plena compreensão dos questionamentos e para a coleta do depoimento, atentando-se para a necessidade de (i) a pessoa custodiada estar de acordo com o uso de intérprete, (ii) o intérprete ser informado da confidencialidade das informações e (iii) o entrevistador manter contato com o entrevistado, evitando se dirigir exclusivamente ao intérprete (CNJ, 2015).

A ausência de intérpretes em instâncias críticas da vida do imigrante e a falta de acesso linguístico podem, como afirma Alanen (2009, p. 93), colocar em risco a dignidade humana, agravar as vulnerabilidades inerentes a populações imigrantes e prejudicar a sociedade como um todo, ameaçando a eficácia de sistemas de saúde e de justiça. A mesma autora sugere que, além de ser uma forma de empoderar populações pouco proficientes na língua dominante, o acesso linguístico é essencial para o gozo de uma série de direitos inalienáveis, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, acesso esse que pressupõe o direito a serviços de interpretação prestados por profissionais qualificados.

#### 1.5 AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ASSOCIADAS A PROCESSOS DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Frente à importância desse acesso linguístico, por vezes, ignorado, limitado ou não concretizado em políticas públicas de iniciativas governamentais, em que as políticas linguísticas de um Estado pendem historicamente para abordagens de monolingüismo e apagamento da diversidade, as iniciativas de acadêmicos e ativistas são essenciais para a criação e desenvolvimento de serviços linguísticos.

Um exemplo tangível de tal iniciativa é a conduzida pelo grupo de pesquisa MOBILANG, da Universidade de Brasília, que desenvolve pesquisas sobre a gestão de línguas por indivíduos e comunidades e os desdobramentos sociais, políticos e institucionais gerados pelo plurilingüismo. As ações desse grupo já se traduziram em duas edições de cursos de formação em interpretação comunitária, em 2020 e 2021, em uma edição do curso em interpretação forense (2022) e em um curso para mediadores linguísticos e transculturais em contexto de assistência social para indígenas venezuelanos warao (também em 2022). No curso em interpretação comunitária, os participantes adquiriram conhecimentos operativos e

declarativos básicos sobre a interpretação e passaram a compor um banco de intérpretes voluntários<sup>15</sup>, podendo ser chamados para mediar a relação entre a Defensoria Pública da União, atual parceira do projeto, e migrantes, indígenas ou surdos.

Outro fruto dos esforços do grupo MOBILANG foi a proposição do Projeto de Lei (PL) 5.182/2020<sup>16</sup>, que prevê que todos os órgãos públicos que atendam diretamente à população devem contar com a presença de tradutores e intérpretes para pessoas que não possuam proficiência em português do Brasil. O projeto, em tramitação no Senado, determina, ainda, a regulamentação das profissões de tradutor e intérprete comunitário e o estabelecimento de diretrizes para a formação, capacitação e certificação desses profissionais (VALVERDE DA SILVA, 2021, p. 18).

Esse tipo de engajamento em nível acadêmico, que busca conscientizar e envolver as instituições públicas, e que traduz as pesquisas em produtos concretos como cursos, glossários, bancos de voluntários, é essencial já que, conforme aponta Ozolins (2010, p. 208), no mundo, a formação de intérpretes ocorre sobretudo no ensino superior, um ambiente propício para legitimar a interpretação e também para estabelecer normas de formação, desenvolvimento e conduta profissionais.

Em um trabalho anterior, Ozolins (2000) analisou também as atitudes e respostas governamentais frente à prestação de serviços linguísticos, mas a partir de um continuum de (in)ações que poderiam ser adotadas por governos de países diante da diversidade linguística que caracteriza as sociedades contemporâneas. O espectro de Ozolins parte do extremo, em que “não há prestação de serviços linguísticos”, passando pela “abordagem *ad hoc*”, pela de “serviços linguísticos genéricos”, e, por fim, chegando à “abordagem abrangente”, que se refere aos países que oferecem serviços gerais e sistemas de certificação e formação (OLIVEIRA; SILVA, 2017, p. 141). Para Ozolins (2000, p. 25), para que a abordagem à prestação de serviços linguísticos de um país possa ser descrita como abrangente seriam

---

<sup>15</sup> Grupo Mobilang. Disponível em: <[http://mobilang.unb.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=75&Itemid=710](http://mobilang.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=75&Itemid=710)>. Acesso em 10 jun 2022.

<sup>16</sup> Projeto de Lei nº 5182, de 2020. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/145443>. Acesso em 18 ago. 22

necessários três requisitos, no mínimo, quais sejam: serviços linguísticos sistematizados, formação e credenciamento. Para que haja a sistematização de tais serviços, seria necessário alto nível de planejamento de políticas públicas para que instituições e órgãos públicos considerassem questões linguísticas e comunicativas que afetam sua atuação junto a vários grupos. Dessa maneira, todos os órgãos governamentais seriam obrigados a usar serviços linguísticos a fim de realizar as atividades pelas quais são competentes. A formação, por sua vez, incluiria aspectos como o ensino em diversas línguas, inclusive nas de baixa difusão; tomaria a forma de especialização (*professional level of training*) ou de cursos de graduação; influenciaria a escolha de profissionais formados em detrimento daqueles sem qualificação, estabelecendo uma conexão entre formação e credenciamento. Nesse sentido, o reconhecimento da interpretação como uma atividade necessária dentro do contexto plurilíngue do país, contribuiria, inclusive, para uma mudança nas crenças sobre tradução/interpretação já que seriam feitas exigências a respeito de formação/qualificação e credenciamento para que intérpretes passassem a estar aptos a atuar nos ambientes públicos.

Assim, considerando a contextualização acima exposta em que traçamos as características de políticas e direitos linguísticos no Brasil, as principais tendências de refúgio e migração, a essencialidade de formação específica para intérpretes que trabalham em contextos de refúgio e a relação inevitável de todos esses tópicos com políticas linguísticas e de tradução, partimos do pressuposto de que a formação de profissionais é um fator imprescindível para que serviços de interpretação/tradução sejam abrangentes.

Com base nessa premissa, esta pesquisa pretende discutir a adoção e implementação acríticas no contexto brasileiro de modelos de formação e manuais já existentes em outros países, mostrando que não é viável aplicá-los no Brasil, dadas as especificidades e necessidades particulares das populações imigrantes no país. Assim, o estudo crítico e comparativo desses materiais permitirá identificar as problemáticas existentes em determinadas concepções de tradução/interpretação, compreender limitações estruturais e institucionais, evitar erros e duplicações ineficazes e criar possíveis bases para se pensar em uma formação pertinente para o âmbito nacional. Dessa forma, a análise de recursos produzidos por países que estão em diferentes estágios de desenvolvimento de serviços linguísticos servirá de alicerce para investigar os conceitos tradutórios e justificativas epistemológicas subjacentes a tais materiais, de modo a torná-los pertinentes para se pensar e lançar fundamentos para uma formação no Brasil. Para tanto, discutiremos a seguir sobre a

fundamentação teórico-metodológica que sustenta a pesquisa e, na terceira seção, serão identificados conceitos tradutórios/linguísticos e categorias inerentes ao corpus analisado.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA**

Nesta seção serão apresentadas as bases que orientam esta pesquisa teórica e metodologicamente, sendo a primeira delas, a Sociolinguística Interacional (SI), uma área que se debruça sobre o estudo da língua em processos de interação (BAGNO, 2017, p. 433). Ao adotar a SI como campo orientador, lançamos mão de determinadas compreensões de língua e de práticas linguísticas e, conseqüentemente, de tradução e interpretação. Nesse contexto, atos de fala não são tomados de forma isolada ou autônoma. Isto é, a conversação é tida como eminentemente interativa (BAGNO, 2017, p. 432), o que implica reconhecê-la como uma produção conjunta, influenciada por quem fala, por quem escuta e pela audiência como um todo (TANNEN, 2003, p. 454). Essa compreensão, quando aplicada a eventos de interpretação comunitários, traz à tona, entre outras coisas, questões relativas à agência de intérpretes e às circunstâncias subjacentes em que esses encontros se passam e que afetam a interação. Dessa maneira, não é exagero afirmar que tradutores e intérpretes desempenham um papel central em processos de interação global, sua presença se fazendo necessária na maioria das etapas que compõem o processo para conceder refúgio e outras autorizações de permanência em um país (INGHILLERI; MARYNS, 2019, p. 22).

Partindo do pressuposto de que muitas dessas etapas constituem eventos interativos, ou seja, diálogos entre solicitantes de direitos e agentes públicos, seja de forma presencial ou por telefone, optamos por avaliar os conceitos prevalentes nos manuais e guias aos quais recorrem os mediadores linguísticos à luz de pressupostos da Sociolinguística Interacional. Dessa forma, a SI perpassa todo o projeto enquanto paradigma conceitual, ainda que nossa análise não recaia sobre observações das próprias interações.

Ainda que com base e em diálogo com pressupostos da SI, os manuais e guias serão analisados, quantitativa e qualitativamente, por meio de ferramentas da Linguística de Corpus. Buscaremos identificar, por meio do levantamento quantitativo de ocorrências e co-ocorrências dos termos nos enunciados desses materiais, as categorias discursivas neles sobressalentes. Com base nelas, trataremos de validar nosso pressuposto de que as orientações neles contidas arraigam-se em representações um tanto quanto fantasiosas e inadequadas do que seja o processo de tradução e a função do mediador linguístico. Como vimos, essa

interpretação dos resultados quantitativos será feita à luz dos pressupostos norteadores da SI. Isso nos levará, num terceiro momento, a refletir sobre as possíveis bases de uma formação desses mediadores que seriam adequadas ao contexto brasileiro, de acordo com fatores sociolinguísticos característicos desses contextos. Trataremos também nesta seção de fundamentos da Linguística de Corpus e da análise do discurso que, quando somados, resultam numa abordagem metodológica conhecida como *corpus-assisted discourse studies* (análise do discurso orientado por corpus).

Para introduzir essas bases teórico-metodológicas, discorreremos a seguir sobre o campo da Interpretação Comunitária (IC) e, mais especificamente, a IC em contextos de refúgio, buscando evidenciar suas principais características, modalidades, ambientes em que ocorrem, status profissional e apontamentos iniciais sobre a formação.

## 2.1 INTERPRETAÇÃO COMUNITÁRIA EM CONTEXTOS DE REFÚGIO

A Interpretação Comunitária (IC) é uma prestação de serviços linguísticos, voluntários ou subsidiados por autoridade governamental, para pessoas com pouca ou nenhuma proficiência na língua na qual tais serviços são prestados (TIPTON, 2020, p. 80). Adotamos aqui o termo Interpretação Comunitária, em vez de outras possíveis nomenclaturas como interpretação de enlace, dialógica, cultural, interpretação *ad hoc*, interpretação nos serviços públicos, já que IC evoca o caráter inerentemente comunitário da prestação de serviços a comunidades linguisticamente minorizadas. Esse nicho da interpretação tem como fim a preservação de direitos linguísticos, especialmente quando esses estão sob ameaças que impossibilitam o acesso a serviços e direitos básicos.

Entre as pessoas que potencialmente podem precisar de serviços de interpretação, Pöllabauer (2013, p. 1), especialista em interpretação em contextos de migração, inclui imigrantes, refugiados, grupos minoritários e indígenas. Por conta do aspecto comunitário atrelado à atividade, esse tipo de interpretação pode ocorrer em diversos ambientes como delegacias de polícia, hospitais, órgãos de migração, agências previdenciárias, escolas e centros comunitários, entre outros. Se comparada à interpretação de conferência, além das diferenças em termos de ambientes e usuários, a interpretação comunitária também se distingue pelos modos de interpretação, níveis de (in)formalidade (registros) exigidos, assimetria de poder entre os participantes e outras particularidades evidenciadas no quadro abaixo, baseado em Pöllabauer (2013):

<b>Características da interpretação comunitária</b>	
<b>Modo de interpretação</b>	Interpretação consecutiva bidirecional (com ou sem o uso de tomada de notas); interpretação sussurrada, tradução à prima vista, interpretação simultânea (com o uso de telefones ou de videoconferência, por exemplo).
<b>Registro (nível de formalidade)</b>	Variedade de registros, dialetos, gírias e língua não-padrão dada a natureza do encontro comunicativo que envolve interactantes de diferentes origens socioculturais.
<b>Nível de intimidade</b>	Envolve o tratamento de questões delicadas e de cunho pessoal sem a separação fornecida por cabines de interpretação.
<b>Nível de envolvimento</b>	Encontros, geralmente, tríades que colocam em xeque questões de distanciamento e neutralidade e também o papel e a função de intérpretes.
<b>Nível de desigualdade/assimetrias de poder</b>	Muitos ambientes em que a IC ocorre são marcados por desequilíbrios de poder, principalmente quando o conhecimento sobre o mecanismo institucional não é compartilhado pelos participantes, como imigrantes ou grupos minoritários.
<b>Objetivos conflitantes e tensão social</b>	As metas comunicativas das partes diferem, o que pode implicar na limitação do direito de uma parte em benefício/detrimento da outra.

Além desses fatores específicos à interpretação comunitária, há também questões atreladas à própria experiência do refúgio que, por sua vez, podem afetar os encontros mediados por intérpretes, a exemplo da desconfiança da autoridade governamental por parte do solicitante, já que:

O fato de estarem em busca de segurança... não significa automaticamente que eles entendem o processo de determinação da condição de refugiado ou confiem no entrevistador, a quem nunca encontraram. Muitos desconfiam de autoridades do governo, tendo sido perseguidos pelas mãos de autoridades em seu país de origem <sup>17</sup> (CRAWLEY, 1999, p. 32 *apud* FURMANEK; TIPTON, 2016, p.86, tradução nossa)

Tendo em vista que vários fatores condicionam a relação comunicativa entre imigrantes e agentes do estado (MONTESDEOCA, 2006, p. 163), parte-se da premissa de que conhecer o perfil dos solicitantes que pedem proteção ao Estado brasileiro é um dos passos para o desenvolvimento de um sistema de acolhimento que abarque, além de serviços linguísticos, a formação dos profissionais contratados para prestá-los.

As especificidades inerentes à experiência forçada do refúgio podem (e são) exacerbadas pelo desconhecimento da língua do país de acolhida e colocam em destaque a falta de acessibilidade linguística e, conseqüentemente, a superficialidade de compromissos internacionais firmados para a proteção dessa população vulnerável. A isso, soma-se a complexidade dos fenômenos migratórios que desafiam a formulação de políticas públicas capazes de assegurar a proteção dos direitos humanos e a coesão social (MARINUCCI; MILESI, 2017, p. 34).

Em sua leitura de Berry (1995), Jimézes-Ivars e Penilla (2018, p. 28) descrevem a população refugiada como sendo uma das mais afetadas por barreiras linguísticas, fator que impossibilita ou dificulta a solicitação do refúgio e o acesso a serviços e direitos básicos. É visível, assim, a necessidade de novas políticas linguísticas, e conseqüentemente de tradução, nas sociedades plurilíngues para que haja cidadania participativa (MEYLAERTS, 2011, p. 745).

Em procedimentos de refúgio, segundo Pöllabauer (2004, p. 146), é fundamental que solicitantes de refúgio apresentem seus casos de maneira coerente e não contraditória. No entanto, a autora aponta que a população refugiada, na maioria das vezes, não tem familiaridade com os procedimentos administrativos e com as estruturas institucionais das

---

<sup>17</sup> The fact that they are seeking safety . . . does not automatically mean that they should understand the asylum interview process or trust the interviewer whom they have never previously met. Many distrust government officials, having experienced persecution at the hands of officials in their country of origin.

entrevistas. Além disso, suas práticas discursivas não se mostram compatíveis com as em uso em contextos institucionais dos países de acolhida, inclusive em termos culturais.

É nesse cenário desequilibrado em termos de língua e cultura, discurso e instituição que a figura do intérprete ganha relevância nos procedimentos de solicitação de refúgio. Pöllabauer contrapõe-se à visão de Leão (2017, p. 220), quando declara que o ônus da prova durante a entrevista é compartilhado, argumentando que são os representantes do Estado que detêm a autoridade para avaliar quais fatos são relevantes e que se configuram como verdade. Se, por um lado, a narrativa dos solicitantes é analisada com certa suspeita, por outro, não se espera que os entrevistados duvidem da veracidade das informações dos entrevistadores. Ademais, segundo Sarangi e Slembrouck (1996, p. 48, *apud* PÖLLABAUER, 2004, p.147), a instituição pode reter informações que não sejam, em um sentido estrito e prático, relacionadas ao que o procedimento exige. Nesse tipo de configuração, solicitantes desempenham o papel de “provedores de informação” e os oficiais o de “demandadores de informação”. Nesse jogo discursivo-institucional assimétrico, o (in)deferimento depende, de acordo com a leitura de Barsky (1993, 1994, 1996) de Pöllabauer (2004, p. 150, tradução nossa), da capacidade do solicitante de “apresentar e projetar a imagem adequada de um refugiado conforme a Convenção<sup>18</sup>”. Ou seja, a natureza marcadamente discursiva através da qual as instituições operam podem, segundo a autora, retirar a chance de solicitantes estabelecerem suas alegações já que suas estratégias comunicativas podem ser vistas como inacreditáveis ou inaceitáveis, por não satisfazerem os parâmetros comunicativos geralmente empregados pelas autoridades locais.

Como aludido anteriormente, as pessoas refugiadas estão entre um dos grupos mais afetados por barreiras linguísticas e, por consequência, em uma posição mais vulnerável. Essa vulnerabilidade é reflexo da própria condição de refúgio, caracterizada, por exemplo, pela situação da migração forçada, experiências traumáticas da fuga, desconfiança em relação a autoridades, sentimentos de alienação, desempoderamento e problemas de comunicação (JIMÉZES-IVARS; PENILLA ,2018, p. 28). Como sugerem Crezee, Jülich, Hayward (2013, p. 254), a comunicação inadequada entre profissionais da saúde e pacientes não proficientes

---

<sup>18</sup> present and project the image of an “adequate” Convention refugee.

na língua, por exemplo, não apenas limita, mas também afeta a qualidade dos serviços prestados. Ao discorrer sobre a atuação de intérpretes que atuam em contextos de saúde mental com refugiados no Reino Unido, Morrissey e Tribe (2003, p. 200) descrevem, por exemplo, o aspecto debilitante da experiência do refúgio, que envolve múltiplas perdas, entre elas, a perda de uma língua, da habilidade de se comunicar e de ser entendido por outras pessoas. Essas perdas foram sintetizadas pelas autoras através de um relato dado por um refugiado iraquiano:

[...] Aqui eu me sinto como uma criança desobediente e assustada. Não tenho ideia do que o futuro ou o amanhã trarão. Tenho medo de que possam ser deportado a qualquer momento, não tenho certeza se os britânicos vão me deixar ficar já que contei minha história a um amigo e ele traduziu para o inglês e a escreveu no formulário. Eu não o conheço muito bem, o encontrei em um ônibus e deu pra ver que ele era do meu país. Não sei dizer nem se ele fala inglês direito ou se escreveu tudo o eu que disse. Não sei se ele é da política e pode me denunciar para o governo do meu país e causar problemas para minha família. Sinto que aonde quer que eu vá, tenho que implorar por tudo<sup>19</sup> (MORRISSEY; TRIBE, 2003, p. 200, tradução nossa).

Depreende-se desse tipo de relato que pessoas refugiadas, ou solicitantes de refúgio, se envolvem em situações comunicativas que indubitavelmente abordam questões sensíveis e íntimas, situações essas que podem determinar o deferimento ou não da condição de refugiado e o curso de seu futuro imediato. Pinter *et al.* (2017), por exemplo, no prefácio ao livro *Handbook for Interpreters in Asylum Procedures*, asseguram que o papel desempenhado pelo intérprete é essencial e, muitas vezes, subestimado nas entrevistas de solicitação de refúgio. Os mesmos autores defendem que, apesar de parecer óbvio, contextos de refúgio exigem profissionais formados, com um conjunto de habilidades linguísticas, técnicas e culturais e que saibam da tamanha responsabilidade que detêm diante das partes envolvidas em processos de reconhecimento da condição de refugiado (VALVERDE DA SILVA, 2021, p. 25).

---

<sup>19</sup> [...] Here I feel like a naughty and frightened child. I have no idea what tomorrow or my future may bring. I fear I could be deported at any time, I am unsure if the British will let me stay, as I told my story to a friend and he translated it into English and wrote it on to the asylum form. I don't know him very well, I met him on the bus as I could tell he was from my country. I can't tell if he can speak English properly himself and if he wrote everything, I told him down. I also don't know if he is a political man and may report me to my government and cause trouble for my family. I feel everywhere I go I have to beg for everything.

Mesmo que seja necessária em outras circunstâncias no contexto de refúgio, a interpretação nas entrevistas de determinação da condição de refugiado (também conhecidas como entrevistas de elegibilidade) é particularmente importante, já que é por meio dela que a decisão sobre a solicitação do requerente será tomada. Nas entrevistas, o objetivo central é verificar e avaliar os fatos sob um viés institucional. Nesses cenários, o papel dos interactantes é delimitado e pré-estabelecido, em uma dinâmica em que o solicitante é o entrevistado, e o oficial de elegibilidade, o entrevistador. Essa delimitação restringe as ações de ambos os interlocutores, suas respectivas expectativas em relação ao encontro e aos resultados esperados. Por conta disso, e também de outros fatores, pode-se depreender, conforme aponta Pöllabauer (2004, p.150), que questões linguísticas, mal-entendidos e diferenças culturais podem impactar negativamente a avaliação dos casos dos solicitantes. Ou seja, procedimentos de refúgio podem ser considerados altamente limitados, visto que ambientes institucionais governam o que pode ser dito (FURMANEK; TIPTON, 2016, p. 77). Assim, como sugere Barsky (1994, p. 14), dentro dos limites de discursos institucionais, se trata de satisfazer as condições da Convenção de 1951, do protocolo de 1967, das leis domésticas e também das exigências discursivas de uma dada comunidade, isto é, de criar um “Outro” esperado, de acordo com o que se entende por “refugiado”.

Cabe, então, questionar como a figura do intérprete se insere nesses ambientes e, particularmente, nas entrevistas de solicitação de refúgio. Barsky (2014, p. 46), por exemplo, entende que, por deterem conhecimento relevante sobre o país de origem e o processo de refúgio, intérpretes deveriam ser reconhecidos como intermediários ativos entre solicitantes e o órgão decisório, em vez de serem vistos como dispositivos de tradução inócuos. O mesmo autor defende também um papel ainda mais intervencionista e ativo do intérprete, que deveria ter espaço para auxiliar com perguntas e esclarecimentos relevantes ao caso, o que poderia aumentar as chances de obter deferimento do pedido, já que, segundo ele, muitos requerentes têm a solicitação negada com base em testemunhos contraditórios ou confusos que umas poucas perguntas poderiam solucionar. Em seu estudo, Pöllabauer (2004, p. 154) também desmantela o mito da invisibilidade dos intérpretes que, além de controlarem e coordenarem a fala, chegam até a se sobrepor ao papel de oficiais, intervindo durante as entrevistas, pedindo esclarecimentos ou fornecendo explicações, fazendo com que a autora conclua que não há consenso sobre o que constitui o papel e as responsabilidades de intérpretes em procedimentos de refúgio. Essa falta de consenso, no entanto, não elimina a responsabilidade depositada sobre intérpretes, já que, como Barsky (1994, p. 41) afirma, não é exagero afirmar que erros

cometidos por intérpretes podem ser fatais. Em relação à questão de atuação, Barsky (2014, p. 52) reafirma que restringir o papel do intérprete ao de verter de maneira precisa enunciados pode colocar em xeque as chances de solicitantes, independentemente da validade do pedido, já que uma série de variáveis pode afetar a apresentação do relato do requerente, entre elas convenções culturais sobre o que é aceitável ou não dizer e o desconhecimento dos expedientes da instituição do país.

Em contextos nacionais, Garcia (2019) descreve uma série de categorias de estratégias discursivas adotadas por intérpretes em entrevistas de solicitação de refúgio no Brasil que apontam para o caráter ativo da sua tarefa de interpretação. As atuações de intérpretes descritas pela autora se distanciam de desempenhos idealizados fundamentados no modelo do conduto, em que o intérprete seria apenas um canal neutro por onde a mensagem passa de maneira desimpedida. Dessa maneira, por meio de algumas estratégias discursivas, os intérpretes do estudo de Garcia se faziam inegavelmente presentes no encontro, realizando adições explicativas, enunciados de confirmação, apropriação do discurso e gestão do evento comunicativo, demonstrando, por meio de tais intervenções, sua agência.

Considerando o exposto e, como indica Pöllabauer (2004, p. 175), que instabilidades políticas e civis irão continuar compelindo grandes fluxos migratórios, que, por conseguinte, afetarão a demanda por intérpretes, se faz necessária a formação desses profissionais para atuar com a população imigrante. No âmbito da interpretação para refugiados no contexto de saúde mental, Sanders e Tribe (2003, p. 54) também defendem que a formação, tanto de intérpretes quanto de prestadores de serviços, é essencial para que o refugiado receba um bom atendimento. Além da questão da qualidade do serviço, as autoras indicam que a falta de formação regulamentada pode gerar questões relativas a identidade, status e função profissional de intérpretes.

Tendo apresentado brevemente algumas especificidades da interpretação em contextos de refúgio, diretamente relacionadas à própria experiência da migração forçada, seguimos para a próxima seção, em que apresentaremos um panorama das abordagens à formação de intérpretes.

## 2.2 FUNDAMENTOS DIDÁTICOS DA FORMAÇÃO DO INTÉRPRETE

A qualificação e o ensino de intérpretes comunitários são uma das questões mais complicadas e problemáticas da IC (HALE, 2005, p. 163) e sobre a qual o único consenso aparente é que, nos muitos países em que a profissão não é institucionalizada, a prestação de serviços linguísticos acaba sendo responsabilidade de profissionais bilíngues, assistentes sociais, tradutores e intérpretes *ad hoc* (AGUILERA; TOLEDANO, 2013, *apud* VALERO-GARCÉS, 2016, p. 68).

A implementação de um programa de formação pressupõe um planejamento curricular baseado em objetivos de aprendizagem, metodologias de ensino-aprendizagem, conteúdo do curso e tipos de materiais a serem adotados. Partindo desses critérios, muitos autores se debruçaram sobre a formação adequada de acordo com o contexto.

Assim, ao explorar questões curriculares referentes à formação de tradutores, Kelly (2005, p. 22) elenca uma série de fatores a serem levados em consideração durante a escolha de objetivos de aprendizagem, que impactam, por conseguinte, o delineamento curricular, assim como a escolha de materiais e de metodologias a serem postas em prática. Entre fontes que influenciam a delimitação de objetivos de ensino-aprendizagem estão:

- necessidades sociais (geralmente relacionados à economia local ou regional);
- padrões profissionais (por vezes, não expressos formalmente e, em alguns casos, previstos e divididos em partes componenciais, como é o caso das Normas Nacionais do Reino Unido pela Organização Nacional para Formação em Línguas);
- necessidades e visão da indústria;
- políticas institucionais (ou políticas corporativas, no caso do setor privado);
- limites institucionais (legislação ou regulamentação nacionais);
- considerações disciplinares (pesquisa e literatura existentes na área; práticas comuns em cursos similares em nível nacional ou internacional);
- perfil discente<sup>20</sup> (KELLY, 2005, p. 22, tradução nossa).

---

<sup>20</sup> social needs (often linked to the local or regional economy) · professional standards (sometimes not expressed formally; in other cases, very clearly set out and broken down into component parts, as is the case of the UK National Standards by the Language National Training Organization: see full reference in further reading) · industry's needs and views · institutional policy (or corporate policy in the private sector) · institutional constraints (national regulations or legislation; available training resources, etc.) · disciplinary considerations (existing research and literature; common practice on other similar courses in your country or others) · student/trainee profiles.

Já Bergunde e Pöllabauer (2019, p.3) avaliam a questão da formação dos intérpretes em contexto de refúgio sob o prisma da responsabilidade que pesa sobre esse profissional. Como raramente provas escritas que corroborem o pedido são apresentadas, oficiais de elegibilidade contam quase que exclusivamente com relatos orais. Dessa maneira, erros, mal-entendidos e interpretações incorretas das declarações dos interlocutores por parte dos intérpretes podem colocar o bem-estar e até a vida dos solicitantes em risco (BERGUNDE; PÖLLABAUER (2019, p. 3). Além disso, há especificidades inerentes a esse tipo de interpretação, que envolve questões relacionadas à(s)/(ao):

- a) função e conflitos de papel, relacionadas a comunicações assimétricas e diferença de poder durante os procedimentos;
- b) registro, estilo, polidez, preservação da dignidade dos interlocutores;
- c) estratégias para obtenção de informação;
- d) quadro de participação e *footing*;
- e) natureza emocionalmente impactante das entrevistas de refúgio;

Considerando a complexidade que marca esses contextos, Bergunde e Pöllabauer (2019, p. 4) defendem a necessidade de uma formação específica para intérpretes que trabalham nesse âmbito. Dessa maneira, uma formação direcionada especificamente a contextos brasileiros de refúgio precisaria observar esses aspectos centrais, tanto referentes a questões curriculares como aos aspectos particulares da interpretação para populações refugiadas.

Como vimos em Kelly (2005), são muitas as variáveis a se considerar no momento de estruturação de uma formação em tradução/interpretação. Além dessas variáveis, tais como o contexto social do ensino e as necessidades e especificidades da comunidade, é pertinente também considerar as abordagens ao ensino de tradução/interpretação em programas de formação e compreender os conceitos e entendimentos subjacentes a elas. Esse desenvolvimento profissional, todavia, envolve mais do que manter e atualizar competências adquiridas nos estágios iniciais da formação; na verdade, é imprescindível entender mais profundamente as várias facetas da interação humana em sistemas sociais, institucionais e organizacionais complexos (FURMANEK; TIPTON, 2016, p. 17-18).

Assim, depreende-se que uma formação em interpretação comunitária voltada para o contexto do refúgio no Brasil partiria não apenas de uma avaliação das necessidades sociais, o

que incluiria compreender, entre outras coisas, o perfil de solicitantes, o processo de refúgio, os órgãos envolvidos e as especificidades da interpretação para essa população, mas também das características interacionais das situações que requerem a intervenção de um intérprete.

Apesar do reconhecimento por parte de vários estudiosos da necessidade de uma formação específica para intérpretes comunitários, diversas questões emergem em meio à necessidade do estabelecimento de programas de formação específicos de IC. Em sua tese de doutorado, Martí (2006, p. 287) destaca o caráter independente da IC diante de outros tipos de interpretação e a forma como essa distinção assinala a importância de uma formação que leve em consideração suas especificidades e as características da sociedade em que tais serviços serão prestados. Juntamente com outros estudiosos, como Pöchhacker (2004, p. 166), Martí sugere que a formação de intérpretes remete também à consolidação da Interpretação Comunitária como área. A mesma autora relaciona a escassez de programas de formação de intérpretes comunitários à negligência dos governos frente à diversidade linguística e aos grupos minorizados, pois

Como é lógico, o principal fator que explica a escassez de formação em ISP (interpretação nos serviços públicos) é o próprio grau de reconhecimento que a ISP detém, diretamente relacionado a fatores sociopolíticos, como o conceito de integração predominante em cada sociedade. Um Estado que não reconheceu a necessidade de criar serviços linguísticos para as minorias tampouco encontra justificativas para estabelecer infraestruturas para a formação de intérpretes para essas minorias<sup>21</sup> (MARTÍ, 2006, p. 290, tradução nossa).

Além da falta de subsídios governamentais, a falta de qualificação gera uma série de consequências negativas já que

Quando intérpretes não qualificados e não remunerados continuam a ser usados por vários motivos - disponibilidade, falta de financiamento, desinformação das partes acerca dos recursos disponíveis ou preferências interpessoais (ex: confiança) - especialmente em ambientes comunitários, as normas da prática permanecem

---

<sup>21</sup> Como es lógico, el principal factor que explica la escasez de formación en ISP es el grado de reconocimiento de la propia ISP, que a su vez está estrechamente relacionado con factores sociopolíticos, como el concepto de integración imperante en cada sociedad (ver apartado 3.1). Un Estado que no haya reconocido la necesidad de crear servicios lingüísticos para las minorías, tampoco encontrará justificación alguna para establecer una infraestructura de formación de intérpretes para esas minorías.

inconsistentes, as estruturas do mercado são ameaçadas e a profissionalização é atrasada<sup>22</sup> (MARTÍNEZ-GÓMEZ, 2015, p.41, tradução nossa).

Cabe assim questionar o que constituiria uma formação “adequada” para intérpretes, partindo dos supostos conhecimentos e competências que intérpretes comunitários devem desenvolver. Partindo de sua leitura de diversos autores, Hale (2007, p.177) elenca algumas das principais habilidades geralmente atribuídas a intérpretes competentes, quais sejam:

- a) Conhecimento de questões da profissão: compreensão acerca do papel e das exigências éticas de intérpretes comunitários;
- b) Competência linguística avançada: competência gramatical, semântica e pragmática;
- c) Habilidades de escuta e compreensão bem desenvolvidas;
- d) Habilidades de memória;
- e) Habilidades de oratória;
- f) Habilidades de tomada de notas;
- g) Habilidades de interpretação avançadas: domínio das modalidades consecutiva, simultânea e à prima vista;
- h) Habilidades de gestão: saber quando e como interferir;
- i) Conhecimento enciclopédico;
- j) Entendimento dos objetivos das instituições em que o encontro de interpretação ocorre;
- k) Consciência transcultural;
- l) Conhecimento de teorias que subjazem a prática: linguística, sociolinguística, pragmática, análise do discurso, teorias da tradução e afins.

Compreende-se, dessa maneira, que a falta de formação de intérpretes comunitários é vista por muitos estudiosos como não apenas um empecilho para o desenvolvimento interno da profissão, mas também como um obstáculo para a prestação de serviços eficazes. Reconhecendo, assim, a necessidade de formação específica de intérpretes comunitários,

---

<sup>22</sup> When untrained, unremunerated interpreters continue to be used for various reasons – availability, lack of funds, parties’ unawareness of resources at hand or preferences based on interpersonal grounds (e.g. trust) – especially in community settings, this means that standards remain inconsistent, market structures are threatened and professionalization is held back.

partiremos agora para uma breve consideração sobre o conceito de competência e a forma com que diferentes compreensões acerca desse conceito podem orientar a formação dos profissionais.

### **2.2.1 Abordagens didáticas ao ensino de intérpretes orientadas pelo conceito de competência**

Segundo Hale (2007), os conhecimentos e habilidades acima elencados são cruciais em qualquer curso de interpretação comunitária, assim como o aprofundamento com o qual são explorados dependendo, entre outras coisas, da duração do curso de formação. Os itens listados acima remetem, no entanto, a abordagens didáticas que visam à aquisição ou ao desenvolvimento de determinada(s) competência(s), que levaria(m) a uma atuação “apropriada”. A competência orbita muitas abordagens de ensino de intérpretes/tradutores, como a de Nord (2006, p. 161), segundo a qual a competência tradutória consistiria em quatro competências, a saber, competência linguística (línguas nativa e estrangeira), cultural (culturas de partida e de chegada), factual (conhecimentos de áreas especializadas) e técnica (uso de recursos e ferramentas).

Outra abordagem à competência e que traz a variável social é o socioconstrutivismo, que tem em Donald Kiraly um dos principais expoentes. Kiraly (2000, p.1), linguista especialista em ensino de língua estrangeira e tradução, defende um modelo centrado no estudante, sugerindo que adquirir competência em um domínio profissional significa alcançar um nível de especialização e, portanto, de autoridade para tomar decisões profissionais. Dessa forma, assumindo a responsabilidade por suas próprias ações, aprendizes alcançam autonomia ao longo da vida, num processo de formação continuada. Sugere, ainda, que a competência tradutória se constitui em um conjunto de aptidões e habilidades multifacetadas, criativas, grandemente intuitivas e socialmente construídas. Como tal, segundo Kiraly, o ensino de tradução deve incluir a sensibilização aos fatores envolvidos na tradução, de forma a ajudar os alunos a desenvolver sua “autopercepção” por meio de ferramentas individualizadas para permitir que eles atuem dentro de uma comunidade de tradução após a graduação (KIRALY, 2000, p. 49). Ademais, Kiraly insiste que a competência tradutória é o principal objetivo de programas de ensino de tradução e, portanto, é óbvio que programas institucionais deveriam estar formando profissionais cuja competência como mediadores linguísticos seja considerada adequada pela comunidade profissional de tradutores e por clientes em potencial.

Ainda centrado na competência, o grupo de pesquisa espanhol PACTE<sup>23</sup> (PACTE GROUP, 2017) deriva suas compreensões do conceito de áreas como a pedagogia, a psicologia e o ensino de línguas, tomando por base alguns pressupostos, dentre os quais o de que:

A competência tradutória:

- a) é diferente da competência bilíngue;
- b) é um conhecimento especializado;
- c) inclui conhecimentos declarativos e procedimentais;
- d) é um sistema subjacente de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para traduzir;
- e) é um sistema hierárquico e interativo de subcompetências que intervêm em cada ato de tradução.

Dessa maneira, a competência tradutória é entendida como um conhecimento especializado, sendo formada por um sistema de conhecimentos declarativos (saber o quê) e operacionais (saber como). Esse sistema combinaria cinco subcompetências e componentes psicofisiológicos (PACTE, 2009), quais sejam:

- a) competência bilíngue: se refere ao tipo de conhecimento necessário para se comunicar em duas línguas, como conhecimentos pragmáticos, sociolinguísticos, textuais e gramaticais;
- b) competência extralinguística: inclui conhecimentos gerais e específicos a uma área;
- c) conhecimentos sobre tradução: ciência de aspectos da tradução e sua função;
- d) competência instrumental: diz respeito ao conhecimento procedimental relacionado ao uso de ferramentas de tecnologia da informação;
- e) competência estratégica: conhecimento procedimental ativado para a solução de problemas durante o processo de tradução. Subcompetência essencial que

---

<sup>23</sup> O PACTE (Proceso de Adquisición de la Competencia Traductora y Evaluación) é um grupo de pesquisa da Universidade Autônoma de Barcelona que desenvolve, desde a década de 1990, pesquisas relativas à formação e avaliação de tradutores.

afeta todas as demais, já que cria a relação entre subcompetências e controla o processo tradutório;

- f) Componentes psicofisiológicos: componentes cognitivos e de comportamento, que incluem memória, atenção, emoção, curiosidade, senso crítico, confiança, entre outros.

Abordagens similares às descritas brevemente acima têm focado especificamente a(s) competência(s) necessária(s) a intérpretes, muitas delas definindo listas de habilidades e qualidades pessoais a serem adquiridas durante a formação, a exemplo de Kornakov (2000, p. 246), que indica que estudantes de interpretação precisam:

- a) ouvir na L1;
- b) entender na L1;
- c) memorizar informação na L1;
- d) traduzir mentalmente, comprimir e “editar” a mensagem da L1 para a L2;
- e) verbalizar a mensagem na L2;

Essas habilidades técnicas exigiriam, segundo o autor, formações específicas para o desenvolvimento de cada aptidão, que envolveriam atividades particulares e um conjunto de outras habilidades cognitivas e psicolinguísticas como atenção, concentração, predição, armazenamento de informação, entre outras.

Pöchhacker (2004, p. 166), um dos principais teóricos dos Estudos da Interpretação, por sua vez, aponta que uma profissão só pode ser reconhecida como tal quando ela se sustenta em um conjunto complexo de conhecimentos e habilidades, adquiridos por meio de formação especializada. O autor defende, assim, que a competência em interpretação pode ser definida como o equilíbrio entre padrões de desempenho e qualificações e dividida em dois componentes: qualidades e aptidões pessoais e habilidades especiais. O primeiro incluiria habilidades cognitivas, como memória e intuição e a segunda, fatores como bilinguismo - esse sendo o ponto de partida -, se ramificando em habilidades de processamento seletivo e gestão de recursos de memória.

Em contraposição a modelos e abordagens didáticas da interpretação/tradução que estabelecem listas de habilidades desejáveis e as igualam a modelos de competências que intérpretes deveriam adquirir para serem considerados profissionais de fato, Kaczmarek

(2010) propõe um novo modelo para compreender a competência na Interpretação Comunitária, que nos interessa particularmente por romper com alguns paradigmas das abordagens focadas em competências e propor um novo escopo para esse conceito. Segundo o autor, o perigo em igualar tais listas a um modelo de competência reside no fato de que as expectativas de usuários de serviços linguísticos mudam constantemente, o que exigiria a constante reformulação de tais listas. Além disso, essa clara delimitação trazida por listas pode levar à interpretação errônea de que os contornos da competência são facilmente discerníveis (KACZMAREK, 2010, p. 34).

Para Kaczmarek (2010, p. 16), doutor em Tradução e Estudos Interculturais, a competência, como um conceito complexo, desafia definições simples e talvez seja esse o motivo de suas críticas ao que ele denomina de modelos “prescritivistas” da competência, que associam um conceito aparentemente complexo a uma lista finita de aptidões e habilidades. Revisitando as abordagens propostas de teóricos dos Estudos da Tradução e da Interpretação, Kaczmarek identifica pontos em comum a algumas das abordagens, entre eles:

- a) O caráter prescritivo, que trata de atuações ideais de tradutores/intérpretes ideais em condições idealizadas. As abordagens prescritivistas segundo o mesmo autor, não conseguem explicar como os elementos que compõem algumas abordagens unidimensionais (habilidades, aptidões, técnicas, traços pessoais) se tornam visíveis no desempenho real de um intérprete/tradutor (KACZMAREK, 2010, p. 33).
- b) O caráter definitivo, que diz respeito ao fato de que algumas abordagens fornecem listas de habilidades/aptidões que compõem a competência e não reconhecem que essas listas podem estar incompletas (*id, ibid*). Além disso, igualar listas de habilidades ao conceito de competência pode contribuir para a percepção de que os limites da competência são claramente delimitáveis.
- c) O caráter binário, que entende a competência em termos dicotômicos, isto é, ou se é competente ou não é.
- d) O caráter unidimensional, que diz respeito à equiparação da competência a listas baseadas em suposições que são difíceis de verificar.

Diante das “limitações” dos modelos analisados, Kaczmarek parte para o desenvolvimento de um modelo em que a competência não é equiparada a listas de aptidões ou a performances descontextualizadas. Em vez disso, a competência é uma questão de

juízo subjetivo gerado pelas percepções individuais sobre um desempenho em uma situação específica (KAZCMAREK, 2010, p. 52). Baseado no modelo, também de competência, porém em comunicação intercultural, de Spitzberg (1984, 1994), Kaczmarek parte de alguns pressupostos muito pertinentes para pensar a formação em IC, quais sejam:

1. A competência do intérprete comunitário é a adequação e eficácia percebidas pelos interlocutores.
2. A competência do intérprete comunitário é contextual.
3. A competência do intérprete comunitário é uma questão gradativa.
4. A competência do intérprete comunitário é molar e molecular.
5. A comunicação competente mediada por intérpretes é funcional.
6. A competência do intérprete comunitário é um processo interdependente.
7. A competência do intérprete comunitário é uma impressão interpessoal<sup>24</sup> (KACZMAREK, 2010, p. 80, tradução nossa).

Para o autor em questão, a competência remete a uma questão de percepção, pois não é um construto abstrato ou um fator universal ou óbvio. Em vez disso, é uma impressão que se baseia no comportamento que o intérprete adota durante a interação. Ademais, a contextualidade da competência do intérprete desbanca a suposta universalidade desse conceito. Dessa maneira, a competência, tal qual Kaczmarek a entende, abarca o reconhecimento de que diferentes comportamentos são mais ou menos aceitáveis em diferentes situações e que a forma como o intérprete ajusta seu desempenho influencia a percepção dos demais interlocutores em relação à sua performance. A gradação da competência do intérprete comunitário, por sua vez, rompe com a noção dicotômica por meio da qual a competência geralmente é vista. Isto é, a competência é percebida, dessa maneira, como um continuum em que pessoas podem ser mais ou menos competentes em vez de apenas incompetentes ou competentes.

Quanto ao aspecto molar e molecular através dos quais qual a competência pode ser vista, o primeiro diz respeito a um comportamento ou estado específicos do intérprete que geram uma determinada avaliação; enquanto que o segundo se refere a um juízo mais generalista. O pressuposto da funcionalidade da comunicação mediada por intérpretes se

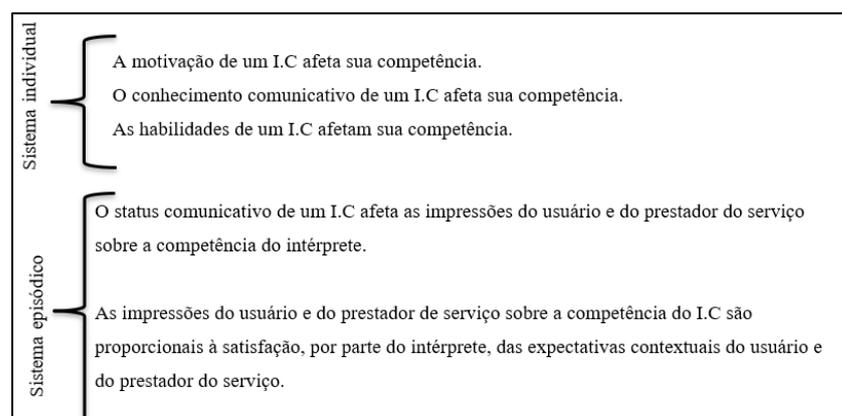
---

<sup>24</sup> Community interpreter competence is perceived appropriateness and effectiveness. 2. Community interpreter competence is contextual. 3. Community interpreter competence is a matter of degree. 4. Community interpreter competence is both molar and molecular. 5. Community interpreter-mediated competent communication is functional. 6. Community interpreter competence is an interdependent process. 7. Community interpreter competence is an interpersonal impression

relaciona ao fato de que esse tipo de interação é inegavelmente um evento funcional, isto é, ocorre em um lugar, com vistas a alcançar certos objetivos. Já a interdependência relativa à competência do intérprete comunitário concerne o fato de que, durante interações tríades, todos os participantes avaliam continuamente a competência do intérprete. A dinamicidade da interação mediada faz com que as opiniões acerca do desempenho mudem no decorrer do encontro, a formação de certas impressões estando diretamente relacionada às considerações subjetivas dos envolvidos e também de seus relacionamentos uns com os outros. Por fim, o caráter interpessoal atrelado à percepção de competência diz respeito à configuração diversa que essas interações adotam. Isto é, cada perfil de usuário, de acordo com suas características sócio-linguístico-culturais, requer diferentes tipos de serviços públicos, em órgãos distintos, com rotinas burocráticas particulares e com provedores de serviços variados. Dessa maneira, cada encontro mediado pela interpretação apresenta sua unicidade que, por sua vez, influencia a percepção do desempenho do intérprete pelos participantes envolvidos.

Além desses pressupostos que subjazem a proposta, o modelo pode ser analisado em dois níveis, o do sistema individual e o do sistema episódico e suas respectivas proposições. O primeiro sistema é formado por proposições que lidam com a motivação, conhecimento e aptidões do intérprete que possibilitam a mediação cultural. Enquanto o sistema individual lida com construtos que afetam o desempenho competente de um intérprete, o sistema episódico explica quais potenciais construtos estão envolvidos para a criação de impressões sobre o intérprete comunitário, conforme pode ser visto abaixo:

Figura 1- Níveis de análise do modelo de competência em IC



Fonte: KACZMAREK, 2010, p. 83. Tradução nossa

O modelo proposto por Kaczmarek é descritivo e analisa quais construtos podem afetar a competência percebida do intérprete comunitário. Isto é, se a competência é uma questão de percepção, ela é *gerada* pelas impressões dos participantes de uma interação. Em outras palavras, a competência não é compreendida como estática ou como uma performance desvinculada de seu contexto interacional. Dessa maneira, outras visões são questionadas, isto é, se a competência está sujeita a percepções individuais, concepções dicotômicas (intérpretes competentes e incompetentes) são desfeitas e tomam seu lugar o entendimento de que a competência pode ser um *continuum*, em que há profissionais mais ou menos competentes e que são considerados como tais a depender da satisfação de expectativas, conformação com protocolos e postura diante dos demais participantes envolvidos em um encontro sociolinguístico diverso.

Assim, apesar da complexidade do conceito e da aparente falta de consenso sobre o que ele engloba, a discussão acerca da competência possibilita debates sobre o ensino de tradução/interpretação, bem como sobre o que deve ser levado em consideração em contextos de ensino-aprendizagem e também de certificação. Essa discussão é particularmente relevante quando se observa o contexto desta pesquisa. Ou seja, penderão os manuais/guias analisados para abordagens mais prescritivas ou descritivas de competência, e como essa inclinação influencia questões de formação e atuação? Que tipo de mitos ou atuações idealizadas são veiculados pelos manuais com discurso prescritivista? Essas questões serão analisadas com maior rigor na seção 3.

À luz desse breve panorama, defende-se em nossa análise a ideia de que é possível recorrer ao conceito de competência sem lançar fórmulas puramente imperativas de como processos de formação para tradutores/intérpretes devem ser conduzidos. Ao contrário, pretende-se lançar luz e questionar conceitos tidos como monolíticos, a exemplo dos questionamentos que Kaczmarek preconiza e, para quem, como vimos, a competência não é um conceito abstrato ou universal, mas dependente das percepções de todos os interlocutores envolvidos. Assim, contrariando os modelos predominantes no ensino e formação de intérpretes/tradutores, baseados em abordagens componenciais, que enfocam listas de habilidades passíveis de aquisição, o modelo descritivo de Kaczmarek (2010), norteador das questões levantadas neste trabalho, permite entender que a compreensão sobre a competência envolve outras variáveis e diferentes níveis de gradação. Diante disso, cumpre verificar se as tendências prescritivistas observadas em alguns modelos podem ser observadas nos manuais

analisados na seção 3 e explorar vias alternativas para a formação de intérpretes que levem em consideração o caráter sociolinguístico dinâmico de toda interação. Com isso, na seção seguinte, introduziremos os pressupostos que norteiam esta pesquisa, os da Sociolinguística Interacional.

### 2.3 ABORDAGEM SOCIOLINGUÍSTICA DA INTERPRETAÇÃO COMUNITÁRIA

A Sociolinguística estuda a relação entre língua e sociedade e como fatores sociais incidem na maneira como as pessoas falam. Numa perspectiva mais micro das práticas linguísticas, a sociolinguística interacional se debruça, como o nome indica, nos eventos de interação situados, ou seja, levando em consideração as múltiplas variáveis, linguísticas e extralinguísticas, que intervêm naquela interação específica. Entretanto, essas interações são analisadas sempre à luz e tendo como pano de fundo um contexto sócio-histórico e sociolinguístico, já que:

Toda interação interpretada é situada em comunidades que detêm seus próprios fenômenos de contatos multilíngues e linguísticos; dentro de um ambiente que representa um recorte do que pode ser uma longa história de políticas e planejamento linguísticos e em um ambiente social com muitas atitudes linguísticas em relação a uma ou ambas as línguas envolvidas<sup>25</sup>. (ROY, 2015, p. 387, tradução nossa).

Partindo dessas premissas, a Sociolinguística Interacional é aqui adotada como orientação teórica subjacente já que foca o aspecto dialógico da interpretação comunitária, entendendo que eventos comunicativos, tais como encontros mediados por interpretação, não ocorrem em um vácuo social (SINGY, 2015, p. 169). A Sociolinguística Interacional (SI) desbanca também concepções de interpretação baseadas no modelo de comunicação do conduto, que veem a interação humana como um processo unidirecional de transferência de uma pessoa para outra (WANDENSJÖ, 1998, p. 7). A SI considera fala e escuta como inextricavelmente unidas, isto é, as declarações de qualquer interlocutor em uma conversa são

---

<sup>25</sup> Each interpreted interaction is situated within communities that harbor their own multilingual and language contact phenomena; within a setting that represents a snapshot of what may be a long history of language policies and planning; and in a social environment beset with language attitudes about one or both of the languages involved.

produzidas em conjunto, influenciadas pelos demais participantes e pela audiência (TANNEN, 1992, p. 11).

Em contraposição à Sociolinguística Interacional, no modelo de comunicação do conduto, intérpretes são vistos, e conseqüentemente são levados a ver a si mesmos, como transmissores das falas de terceiros, isto é, como mero canal por meio do qual mensagens prontas circulam sem o envolvimento de quem as traduz (WANDENSJÖ, 1998, p. 8). Por isso, o modelo de comunicação do conduto é tido como monológico, em que o uso da língua é entendido a partir da perspectiva do falante, as declarações sendo resultado das intenções ou estratégias desse falante, enquanto as outras pessoas presentes são vistas como destinatárias de unidades de informação preparadas. Esse modelo de-solidariza o sujeito do seu contexto e da própria situação de interação que envolve outros interlocutores (WANDENSJÖ, 1998, p. 8). Contrariando tal perspectiva, a SI entende a situação de interação como dialógica, partindo do princípio de que os sentidos são co-construídos entre os interlocutores. Em outros termos, a dependência interpessoal é aplicada à construção de sentido durante a interação verbal, isto é “cada declaração recebe parte de seu sentido da declaração anterior e devolve parte do sentido para que o outro use no enunciado seguinte<sup>26</sup>” (SCHIFFRIN, 1995, p. 311, tradução nossa).

A SI também se apresenta como um arcabouço pertinente para entender as relações forjadas em encontros de interpretação, em geral, e em especial nas relações criadas no curso de entrevistas de solicitação de refúgio, em que pesam não apenas as diferenças linguísticas, mas também como essas diferenças se manifestam em termos do que Gumperz (1982 *apud* SCHIFFRIN, 1995, p. 313) denomina “dicas de contextualização” (*contextualization cues*). Essas dicas são aspectos da língua e do comportamento que se relacionam a pressupostos contextuais, isto é, conhecimentos prévios que permitem inferências situadas sobre o que um interlocutor pretende expressar (SCHIFFRIN, 1995, p. 313). Ou seja, as dicas de contextualização favorecem a percepção pelo falante de um enunciado de acordo com o tipo de atividade durante uma interação e o modo como um enunciado deve ser interpretado, já que um enunciado pode ter diversos significados possíveis (BAGNO, 2017, p. 89). As dicas

---

<sup>26</sup> Each utterance receives part of its meaning from another's prior utterance and gives part of its meaning back to the other to use in a next utterance.

de contextualização se apresentam de formas distintas em diferentes línguas e também em diferentes comunidades de fala da mesma língua. Sendo assim, conforme Gumperz (1982, p. 1), antes mesmo de participar de uma interação, precisamos ser capazes de inferir, mesmo que de forma geral, a natureza de tal interação e as expectativas existentes sobre nós. Nesse contexto, as respostas em uma interação se baseiam no que se supõe que o falante pretende e não nos significados literais das palavras. Assim, os interlocutores contam com inferências construídas sobre pressuposições em relação ao contexto, metas interacionais, relações interpessoais para extrair enquadramentos (*frames*) que serão usados para interpretar o que se passa em um dado momento (GUMPERZ, 1982, p. 1-2). Esses enquadramentos (ou enquadres) dizem respeito ao conhecimento advindo de experiências anteriores sobre como um evento se organiza. O tipo de enquadramento da situação delimitado pelos participantes impacta como eles interpretam a atividade em questão e como eles se comportam, inclusive linguisticamente (BAGNO, 2017, p. 138).

A título de ilustração, em uma entrevista de solicitação de refúgio, oficiais de elegibilidade detêm certos entendimentos sobre o que constitui o evento, a linguagem típica desse contexto e também levam consigo determinadas expectativas, fatores esses que não necessariamente são coincidentes com os entendimentos dos solicitantes. Essa diferenciação na forma de entender (enquadrar) os eventos comunicativos é socio-culturalmente orientada e, por isso, origens culturais e práticas específicas de determinadas culturas explicam certas escolhas linguísticas (MARRA, 2015, p. 373).

Similarmente, Gumperz (1992, p. 43) enfatiza o caráter contextual e “enquadrado” de uma dada compreensão. Segundo o autor, compreender depende de uma série de inferências sobre a natureza de uma situação, seu propósito e os meios para alcançar tal fim já que a SI

considera o comportamento *situado* como o lugar em que as forças interacionais e sociais se fundem e se concentram em como tais interações dependem de processos inferenciais situados e culturalmente informados que desempenham um papel nas construções interpretativas dos falantes sobre o tipo de atividade na qual estão inseridos<sup>27</sup> (ALBA-JUEZ, 2009, p. 80, tradução nossa, ênfase nossa).

---

<sup>27</sup> [...] consider situated behavior to be the site where societal and interactive forces merge and they focus on how such interaction depends on culturally-informed but situated inferential processes, which play a role in the speakers' interpretative constructions of the kind of activity they are engaged in.

As formas de enquadrar são, segundo Jan Blommaert (2005, p. 41), especialista em Análise do Discurso e Sociolinguística, de caráter linguístico e cognitivo, mas também predominantemente sociais e culturais. Além disso, importa destacar o caráter dialógico dessas contextualizações e interpretações. Isto é, não é apenas um falante que fornece e gera contexto e sim todas as partes envolvidas. Blommaert (2005, p. 43) aponta que, por vezes, o mais importante é justamente como a parte que recebe a mensagem a interpreta. Apesar desse caráter dialógico, o mesmo autor (2005, p. 44) indica que um diálogo não pressupõe, necessariamente, uma base de entendimento comum, já que pessoas detêm diferentes universos de contextualização, ou seja, diferentes habilidades e conhecimentos linguísticos, cognitivos, sociais, culturais e institucionais aos quais recorrem para interpretar declarações durante a interação, momento em que esses universos de contextualização se encontram e/ou se chocam.

Em linhas similares, Meredith Marra (2015, p. 373), estudiosa no campo da Análise do Discurso e da Sociolinguística, aponta que, como categoria social no nível macro, a cultura influencia a interação por meio de valores e normas de comunicação distintas. Assim, quando duas pessoas de diferentes origens linguístico-culturais se envolvem em uma conversa, as dicas de contextualização não serão necessariamente coincidentes e, portanto, as formas de significação podem não ser recepcionadas conforme o interlocutor pretende, já que a outra parte não compartilha dos mesmos elementos verbais e não verbais que garantiriam a interpretação pretendida.

Os mal-entendidos gerados pelo não compartilhamento de dicas de contextualização podem ter efeitos especialmente prejudiciais para grupos minorizados ou minoritários, como solicitantes de refúgio ou refugiados, já que lhes é negado acesso a recursos valiosos, em parte por conta da inabilidade dos que “controlam” a interação de usar de forma precisa e adequada as dicas de contextualização para inferir os significados pretendidos (SCHIFFRIN, 1995, p. 314). O mesmo ocorre para solicitantes de refúgio que, por desconhecerem, no geral, as rotinas e culturas discursivas institucionais podem falhar em dar respostas consideradas apropriadas e condizentes com as expectativas dos demais interactantes. Afinal, “Se os

participantes não entendem o que está se passando durante uma interação (ex: que tipo de ocasião é essa? Em que tipo de atividade estamos envolvidos?), eles não conseguem recorrer a dicas de contextualização para fazer inferências sobre os significados de outrem<sup>28</sup>” (SCHIFFRIN, 1995, p. 316, tradução nossa). Assim, como apontam Furmanek e Tipton (2016, p. 86-87), solicitantes de refúgio enfrentam diversas formas de desvantagens sociais e linguísticas porque, em alguns casos:

- geralmente não sabem como responder nas entrevistas ou o que se espera deles;
- não conseguem corrigir mal-entendidos quando ocorrem na mediação de intérpretes (e geralmente têm medo de questionar a interpretação);
- não têm familiaridade com as estratégias argumentativas (ocidentais);
- não estão cientes dos motivos por trás de determinadas perguntas da entrevista;
- não sabem que o relato na entrevista inicial é uma de várias versões que são “recontextualizadas” pela instituição em diferentes fases de relatoria e que está sujeito ao escrutínio de outras pessoas que não o oficial de elegibilidade<sup>29</sup>. (FURMANEK; TIPTON, 2016, p. 86-87, tradução nossa)

Ao falar sobre discurso institucional, Thornborrow (2002, p. 2) aponta, em sua leitura de Levinson (1992), que conversas que se passam em ambientes institucionais diferem em alguns aspectos das “não-institucionais”, já que

- a) são orientadas por uma tarefa ou propósito específicos;
- b) envolvem restrições sobre o que pode ser considerado como contribuição pertinente ao fim pretendido;
- c) produzem determinados tipos de inferência sobre como os locutores interpretam ou direcionam seus enunciados.

---

<sup>28</sup> If participants do not have some sense of what is going on during an interaction (e.g., What kind of occasion is this? What kind of activity are we engaged in?), they cannot use contextualization cues to draw inferences about others' meanings.

<sup>29</sup> often do not know how to respond in interviews or what is expected of them; • cannot correct misunderstandings as they occur in interpreter mediation (and often fear challenging an interpretation); • lack familiarity with (Western) argumentation strategies; • are often not made aware of the motives behind certain interview questions; • are often unaware that the initial interview account is one of several versions that are ‘recontextualized’ by the institution in the different reporting phases, and subject to scrutiny by others not including the interviewing officer.

Considerando, no entanto, o problema em separar dicotomicamente conversas institucionais de não institucionais, Thornborrow (2002, p. 4) lista algumas especificidades atreladas àquelas, quais sejam:

- a) Conversas que se configuram em torno de papéis ou identidades convencionais diferenciadas e pré-estabelecidas (ex: oficial de elegibilidade e solicitante de refúgio);
- b) Conversas que apresentam distribuição assimétrica de tipos de turnos entre os participantes, de tal forma que interlocutores com diferentes identidades institucionais ocupam diferentes identidades discursivas (ex: entrevistadores perguntam e entrevistados respondem);
- c) Conversas que apresentam relações assimétricas entre participantes no que concerne direitos e obrigações, ou seja, determinados enunciados são vistos como justificáveis ou apropriados para um dos interlocutores apenas;
- d) Conversas em que os recursos discursivos e identidades disponíveis para que os participantes realizem determinadas ações são enfraquecidos ou fortalecidos em relação às suas identidades institucionais em um dado momento.

Dessa maneira, o discurso institucional configura-se a partir de posições preestabelecidas para cada falante, que limitam o acesso a determinadas ações discursivas (THORNBORROW, 2002, p. 4). Paralelamente, Fairclough (1995, p. 38) descreve as instituições como “comunidades discursivas”. Dessa maneira, cada instituição teria uma forma de combinar o conjunto de eventos discursivos, cenários, participantes e normas. Assim, embora tenham por vocação facilitar/possibilitar uma ação social, as instituições também são responsáveis por limitá-la, principalmente no que concerne às interações verbais; isto é, as instituições oferecem um “enquadre”, sem o qual as pessoas não poderiam agir, mas que as limitam a agir dentro do escopo possibilitado pela estrutura pré-determinada (FAIRCLOUGH, 1995, p.38). Esses enquadres institucionais, segundo Fairclough (*id, ibid*), incluem conjuntos de representações ideológicas específicas, ou seja, formas particulares de falar, baseadas em “formas particulares de ver”.

Depreende-se daí que as diferentes formas de significar e inferir significado entre solicitantes de refúgio e representantes das autoridades de um país de acolhida, decorrentes de suas compreensões sobre o evento, o encontro e sua posição em relação ao outro, frutos de suas experiências linguístico-culturais, podem fazer com que solicitantes tenham dificuldade

em produzir relatos que sejam considerados institucionalmente aceitos, isto é, relatos que sejam coesos o suficiente para que a solicitação seja vista como crível (FURMANEK; TIPTON, 2016, p. 86-87). Na mesma linha, Pöllabauer (2004, p. 146) afirma que raramente solicitantes de refúgio têm familiaridade com os procedimentos administrativos ou as estruturas institucionais do refúgio e que os recursos comunicativos adquiridos em seus países de origem não se mostram adequados e não os ajudam a superar barreiras linguísticas e culturais que enfrentam em entrevistas de solicitação de refúgio. Nessas situações, o intérprete assume um papel fundamental na constelação assimétrica de poder (PÖLLABAUER, 2004, p. 146).

Corroborando tal perspectiva, Inghilleri e Maryns (2019, p. 24) sugerem que, para dar voz à motivação de um solicitante que foge da guerra e da perseguição, são necessárias mais do que habilidades linguísticas, já que as deliberações que deferem ou indeferem pedidos de refúgio estão conectadas a instrumentos sociais, políticos e discursivos de poder que operam nas instituições (INGHILLERI; MARYNS, 2019, p. 23). Por isso, nesses contextos, intérpretes devem navegar entre as perspectivas de solicitantes, baseadas na vivência, e as perspectivas burocráticas dos órgãos de migração (INGHILLERI; MARYNS, 2019, p. 24), representantes do Estado que, por não compreenderem a variedade de repertórios e recursos sociolinguísticos de solicitantes, não conseguem gerenciar uma interação mediada por um intérprete na sua função de prover uma assistência linguística (INGHILLERI; MARYNS, 2019, p. 25).

Diante do exposto, justifica-se que as questões que emergem a partir de um encontro mediado por intérpretes sejam interpretadas à luz da Sociolinguística Interacional, em seu potencial de explorar a tradução/interpretação como prática social. Ao esclarecer as circunstâncias sociolinguísticas, tanto macro quanto de situações específicas de contato de línguas em função das identidades dos participantes das interações (ANGERMEYER, 2019 p. 536), essa abordagem pode:

[...] destacar o papel central que a tradução e interpretação desempenham no desenvolvimento de conceitos mais amplos de direitos humanos e normas transnacionais que têm o potencial de apoiar o direito de os solicitantes participarem

de um diálogo construtivo e inclusivo na política internacional do refúgio<sup>30</sup> (INGHILLERI; MARYNS, 2020, p. 26, tradução nossa).

Por isso, ao considerar a natureza interativa dos encontros e o papel de coprodutor ocupado pelo intérprete (GAVIOLI, 2019, p. 501), fica claro que cabe a ele preencher as lacunas de pressuposições contextuais que conduzem à compreensão das partes. Assim, contrários às noções monológicas que entendem o intérprete como um mero canal, é possível estudar o fenômeno da interpretação sob um viés socialmente orientado e situado. Especialmente em contextos migratórios e de deslocamento, a figura do intérprete pode ser vista como um dos fatores que incidem sobre o grau de hospitalidade linguística (INGHILLERI, 2020, p. 330), uma predisposição a receber o outro, com sua cultura e sua língua. Segundo Inghilleri (2020), essa predisposição se manifesta particularmente em ambientes sociais ou comunicativos, *a priori* hostis, já que o reconhecimento de direitos de certos grupos e indivíduos depende de negociação. Por isso, as exigências éticas e comunicativas que pesam sobre o tradutor são exponenciadas (INGHILLERI, 2019, p. 329).

Ainda no campo da Sociolinguística, recorreremos a alguns princípios da Sociolinguística Variacionista (SV) como metodologia de análise complementar dos dados quantitativos do corpus de estudo. A SV, tal como esclarece Bagno (2017, p. 434), é uma abordagem que emprega metodologias quantitativas, enfocando a frequência de determinadas formas linguísticas em interações. No caso deste trabalho, os princípios da abordagem de cruzamento de dados servirão para estabelecer um paralelo entre o léxico saliente do corpus de estudo e fatores extralinguísticos que possam explicar a ocorrência de certos padrões que, por sua vez, permitirão uma compreensão mais ampla da natureza da língua e do seu papel na sociedade, refletida, por exemplo, em guias e manuais cujo objetivo último é regular comportamentos. Dessa maneira, o emprego dessa metodologia servirá para explorar os efeitos de aspectos sociais da cultura fonte dos manuais e de como eles afetam a redação para atingir determinados objetivos injuntivos.

---

<sup>30</sup> highlights the central role that translation and interpreting play in the development of expansive conceptions of human rights and transnational norms that have the potential to support applicants' rights to participate in a constructive, inclusive dialogue within the global politics of asylum.

Tendo argumentado em favor de uma ancoragem teórica na Sociolinguística Interacional como pressuposto conceitual e metodológico para pensar as situações de diálogo mediadas por intérpretes, recorre-se, paralelamente, para a análise dos dados, à Linguística de Corpus, por um lado e, para sua interpretação, à análise do discurso, que lida com o sentido em seus aspectos comunicativos, semióticos e localizados, ou seja, com as formas pelas quais o significado opera, emerge e ultrapassa a camada do sentido proposicional.

#### 2.4 ANÁLISE DE DISCURSO ASSISTIDA PELA LINGUÍSTICA DE CORPUS

Se, por um lado, as práticas, ou políticas de tradução implícitas podem ser inferidas por estratégias de observação, para o propósito da nossa investigação, qual seja, identificar em materiais escritos (manuais e guias) as crenças prevalentes relacionadas à tradução/ interpretação e à atuação do profissional tradutor/intérprete, optamos por recorrer a uma metodologia de natureza quantitativa, a Linguística de Corpus para depreender essas crenças. Associando-a a uma abordagem qualitativa na interpretação dos dados quantitativos colhidos e sistematizados na fase anterior, com base na análise de discurso, esperamos obter subsídios que nos ajudarão a considerar vias alternativas para uma formação do intérprete comunitário no contexto brasileiro. Para tal, lançaremos mão, nessa associação, da metodologia conhecida como *corpus-based critical discourse analysis* (análise crítica do discurso baseada em corpus), *corpus-assisted discourse studies* (estudos do discurso assistidos por corpus), *discourse-oriented corpus studies* (estudos de corpus orientado por discurso), *corpus stylistics* (estilística de corpus), *corpus pragmatics* (pragmática de corpus) e *corpus-based sociolinguistics* (sociolinguística baseada em corpus) (MARCHI; TAYLOR, 2018, p. 5). Exploraremos assim essa intersecção entre duas áreas e abordagens metodológicas, que possibilitarão descrever e interpretar algumas categorias discursivas sistematicamente associadas ao processo tradutório.

A Linguística de Corpus (LC) pode ser definida, em termos simples, como o estudo da língua com base em usos linguísticos “da vida real” (MCENERY; WILSON, 2001, p. 1), analisando dados linguísticos em grande escala, de textos ou enunciados escritos, com o auxílio de computadores (MCENERY; HARDIE, 2014). Como metodologia, conforme sustentam Mcenery e Wilson (2001, p. 2), abordagens baseadas no uso de corpora podem ser aplicadas a diversas investigações de cunho linguístico. Essas investigações são realizadas por meio da coleta de corpora, textos criteriosamente selecionados sob determinados parâmetros e legíveis em computador. Ao construir um corpus, espera-se um nível de representatividade da

variedade/fenômeno linguística/o sob estudo, isto é, uma amostra de corpus que forneça, na medida do possível, tendências da variedade em análise de forma precisa (*ibid*, p. 3). No entanto, a relevância de dados obtidos a partir de corpus depende justamente de sua composição, que deve estar alinhada ao objeto e questionamento da pesquisa (MCENERY; HARDIE, 2014, p. 2).

De acordo com Sardinha (2004, p. 20), pioneiro de estudos sobre Linguística de Corpus no Brasil, a nomenclatura usada para definir um dado corpus pode variar a depender de certos critérios, como conteúdo e propósito. Por exemplo, um corpus pode ser definido pelo(a) seu/sua:

- a) Modo: se é escrito ou falado (falas transcritas).
- b) Tempo: sincrônico, diacrônico, contemporâneo e histórico.
- c) Conteúdo: se o corpus é especializado (com textos de gêneros ou registros definidos); regional/dialetal (advindo de variedades sociolinguísticas específicas) ou multilíngue.
- d) Autoria: de aprendiz (autores que não são falantes nativos da língua) e de língua nativa.
- e) Finalidade: de estudo (corpus que se pretende descrever); de referência (usado para contrastar com o corpus de estudo).

Complementando esses critérios, Tagnin (2015, p. 21), pesquisadora na área de Linguística de Corpus e Lexicografia, divide, para fins didáticos, os corpora em corpus monolíngue e corpus bi ou multilíngue (paralelo e comparável). O primeiro se refere aos corpora compostos por textos “de língua geral” ou por textos de “língua de especialidade” em uma língua apenas. Os últimos se referem aos corpora com textos em duas ou mais línguas, incluindo corpora paralelos (formados por textos originais e suas respectivas traduções alinhadas) e corpora comparáveis (textos originais em duas línguas ou mais em uma determinada área de domínio).

O estudo da língua, de um aspecto dela, ou de um discurso de um determinado domínio também está no escopo da LC. A abordagem de corpus aplicada à análise de discurso utiliza inovações metodológicas e computacionais que permitem que pesquisadores façam novos questionamentos de pesquisa baseados na frequência de dados sobre fenômenos linguísticos que transpassam diversos contextos de escrita e fala (FRIGINAL; HARDY, 2021).

Friginal e Hardy (2021, p. 1) destacam que as abordagens de corpus aplicadas à análise do discurso permitem que se alcance uma identificação mais clara de padrões e tendências de discursos gerais e específicos por meio de distribuições linguísticas mensuráveis e interpretáveis e de dados relativos à frequência.

Um ponto relevante ao tratar de análises de discurso baseadas em corpus, no entanto, é estabelecer em que consiste o “discurso”. De acordo com Burr (1995), discurso pode ser entendido como:

um conjunto de significados, metáforas, representações, imagens, histórias, declarações e afins que, de alguma forma, produzem juntas uma versão específica de eventos [...] podem existir uma variedade de diferentes discursos ao redor de um objeto, pessoa, evento, cada uma contando uma história diferente sobre o mundo, uma maneira distinta de representá-lo ao mundo<sup>31</sup> (BURR,1995, p. 48 *apud* BAKER, 2006, p. 4, tradução nossa).

Dessa maneira, entende-se que a pluralidade dos discursos traduz as múltiplas formas de interpretar um dado conceito ou objeto, resultado da diversidade das experiências humanas (BAKER, 2006, p. 4). Paul Baker (2006), especialista em Análise do Discurso e Linguística de Corpus, no entanto, não entende discurso como opiniões ou crenças pessoais, relacionando-o, na verdade, às práticas e estruturas concretizadas na sociedade cotidianamente. Considerando, como o faz o autor em análise, que discursos são circulados e fortalecidos na sociedade por meio do uso linguístico, a tarefa do analista é revelar de que forma a língua é empregada, de maneiras muito sutis, para, então, descobrir discursos subjacentes. Ao adotar essa postura crítica, torna-se possível resistir a textos que tentam se passar por senso-comum ou por verdades inquestionáveis (BAKER, 2006, p. 13). Ao citar as vantagens de uma abordagem de corpus aplicada à análise do discurso, Baker trata do efeito cumulativo (*cumulative effect*) que diz respeito ao efeito atribuído a certos padrões linguísticos devido ao uso. Assim, esses padrões de uso revelam significados que não são apenas subjetivos, mas podem representar um discurso em comum em dada comunidade.

---

<sup>31</sup> A set of meanings, metaphors, representations, images, stories, statements and so on that in some way together produce a particular version of events... Surrounding any one object, event, person etc., there may be a variety of different discourses, each with a different story to tell about the world, a different way of representing it to the world. Tradução nossa.

Dessa maneira, uma palavra, frase ou construção pode, por exemplo, desencadear um estereótipo cultural. Desse modo, a identificação repetida de tais padrões de uso linguístico pode evidenciar certos discursos hegemônicos ou formas predominantes de ver o mundo. Além do que é efetivamente expresso no corpus, isto é, dos padrões linguísticos frequentes, Baker (2006, p. 19) chama atenção para o que as ausências também podem significar e de como essa “não presença” contribui para reforçar discursos dominantes e normativos. O principal objetivo da análise do discurso assistida por corpus é, assim, revelar, no tipo de discurso estudado, o que se pode denominar de significado não óbvio, ou seja, aquele que não é imediatamente acessível à primeira vista (DUGUID; PARTINGTON; TAYLOR, 2013, p. 10).

Embora análises de discurso assistida por corpus não estejam associadas a nenhuma corrente específica da análise do discurso (ex: análise crítica do discurso), conforme sustentam Duguid, Partington e Taylor (2013, p. 10), é pertinente apresentar alguns entendimentos que orbitam o “discurso” e os meios para sua análise.

Blommaert (2005, p. 3) entende discurso como todas as formas de atividade semiótica humana vistas em relação aos padrões sociais, culturais e históricos e aos desenvolvimentos de uso que conferem significado social e cultural ao ambiente circundante. Essa construção de significado não ocorre, conforme o autor, em um vácuo, e sim sob condições linguísticas e socioculturais bastante específicas. Partindo da antropologia linguística e da sociolinguística, Blommaert (2005, p. 14) estabelece alguns princípios teóricos básicos que usa como ponto de partida para uma análise de discurso que considera o contexto de sua produção, quais sejam:

- a) A análise da língua em sociedade deve se concentrar no que o uso linguístico significa para seus usuários, isto é, como as crenças de falantes em relação à língua afetam a forma como a “usam”;
- b) É preciso manter em mente que a língua funciona de maneira diferente em diferentes ambientes e que, para compreender esses funcionamentos, é preciso estabelecer contextos e relacionar propósitos, usos e condições de produção;
- c) A unidade de análise não é uma língua abstrata, mas as formas profundamente contextualizadas que a língua toma ao ser usada em sociedade;
- d) Falantes têm repertórios que incluem diferentes conjuntos de variedades e é com esses repertórios que se comunicam e que determinam o que podem realizar com a língua. Além disso, a comunicação não se dá de forma

desimpedida, mas é limitada pelas estruturas disponíveis em um dado repertório;

- e) Eventos comunicativos devem ser concebidos como que influenciados pela estrutura do sistema mundial. Na era da globalização, o limite da contextualização na análise de discurso ou sociolinguística não pode ser apenas uma única sociedade, sendo necessário abarcar as relações entre diferentes sociedades e o efeito que essas relações operam sobre o repertório dos falantes.

Brown e Yule (1983, p. 1), por sua vez, veem a análise do discurso como a investigação da língua em uso. Como tal, ela não se limita à descrição de formas linguísticas independentes dos propósitos ou funções que elas desempenham nas questões humanas, buscando entender também os motivos por trás do uso da língua. Já Jørgensen e Phillips (2002, p.1) definem discurso como uma “maneira particular de falar sobre o mundo e de entendê-lo”. As mesmas autoras posicionam o analista como aquele que trabalha com o que foi dito ou escrito, explorando padrões entre os enunciados e identificando as consequências sociais de diferentes representações discursivas da realidade (JØRGENSEN; PHILIPS, 2002, p. 21). As autoras sustentam que são justamente as compreensões de senso comum que têm que ser investigadas, isto é, o estudo de um discurso se concentra em como algumas declarações são aceitas como verdade ou naturalizadas, enquanto outras não o são (JØRGENSEN; PHILIPS, 2002, p. 21).

Marchi e Partington (2015, p. 216) enfatizam que o discurso não é uma forma especial da língua e sim uma perspectiva. Isto é, a língua descrita não apenas como um conjunto de unidades e sistemas que interagem, mas também como instrumento posto em ação, em que um conjunto de participantes tenta influenciar as ideias, opiniões e comportamentos de outros. Na mesma linha, Duguid, Partington, Taylor (2013, p. 5) definem a análise do discurso como o estudo de como a língua é usada para influenciar as crenças e comportamentos de indivíduos.

Mayr (2015, p. 755), por sua vez, discute o papel da língua na criação e formação de instituições e como essas têm a capacidade de criar, configurar e impor discursos sobre as pessoas. A autora aponta, assim, para o controle que as instituições detêm sobre como experienciamos e classificamos o mundo e como elas fomentam determinados tipos de identidade para suprir seus próprios propósitos. Pode-se depreender daí que certos discursos são constitutivos das instituições onde circulam.

Apesar de ligeiramente distintas, as definições apresentadas acima convergem em mais de um ponto, principalmente ao definir o discurso, ou como texto concretizado, ou como formas de entender e classificar o mundo ou uma parcela dele, representando, no entanto, a relação indissociável entre língua e a comunidade sociolinguística e cultural que determina os contornos e as nuances de seus usos.

Enquadrando tais perspectivas ao contexto desta pesquisa, questionamos quais tipos de discursos sobre tradução/interpretação/comunicação/língua predominam nos guias e manuais das instituições que os produzem e como esses discursos, devido ao status da organização, são reproduzidos acriticamente.

#### **2.4.1 Métodos e modelos de tratamento quanti-qualitativo da Análise do Discurso e da Linguística de Corpus**

Se tratando da metodologia de investigação, Marchi e Partington (2015, p. 216) apontam que as formas tradicionais de análise do discurso não assistidas por corpus consistiam na leitura minuciosa (*close reading*) de uma pequena quantidade de textos com vistas a destacar estruturas textuais e os significados subjacentes. Os mesmos autores (2015, p. 225) descrevem uma metodologia típica da análise do discurso assistida por corpus como aquela que consiste em uma espécie de revezamento e complementaridade entre análises estatísticas gerais e leituras minuciosas já que

A vantagem mais clara da integração de recursos de corpus à análise do discurso é o potencial que ela oferece para a investigação de grandes quantidades de *tokens* de qualquer tipo de discurso, o que permite que o analista estude estruturas discursivas típicas, maneiras próprias de se dizer coisas, mensagens típicas, juntamente com estruturas locais e mensagens que surgem a partir da leitura minuciosa<sup>32</sup> (MARCHI; PARTINGTON, 2015, p. 233, tradução nossa).

Ao descrever a metodologia aplicada à análise de discurso de Fairclough, mais especificamente para análise de discurso crítica, Blommaert (2005, p. 29) destaca o caráter

---

<sup>32</sup> The most obvious advantage of integrating corpus resources into discourse analysis is the potential it offers for analyzing large numbers of tokens of any particular discourse type, which enables the analyst to study typical discourse structures, typical ways of saying things, and typical messages, alongside the local structures, meanings, and messages available to traditional close reading

tridimensional dessa metodologia analítica, que se caracteriza pelos estágios de descrição, interpretação e explicação. Na abordagem, a primeira dimensão considera o discurso como texto, ou seja, as características linguísticas e organização concreta de exemplos de discurso, como escolhas e padrões lexicais, gramática, coesão, que devem ser analisados de maneira sistemática. Na segunda dimensão, o discurso se configura como prática discursiva, ou seja, como algo produzido, circulado, distribuído e consumido em sociedade. Nessa dimensão, a atenção do analista deve ser direcionada a atos de fala, coerência e intertextualidade, aspectos esses que conectam o texto ao contexto social mais amplo. Na terceira dimensão, temos o discurso como prática social, isto é, os efeitos ideológicos e processos hegemônicos sobre os quais o discurso opera.

Ao discorrer sobre a abordagem à análise do discurso que trata de estruturas linguísticas que extrapolam o nível da sentença, as perspectivas linguísticas, Biber, Connor, Upton (2007, p. 4) sustentam que esse tipo de abordagem investiga ferramentas linguísticas que apontam para estruturas discursivas subjacentes. Essa linha de estudos discursivos descreve as funções de certas palavras e frases, os marcadores discursivos, conectores e partículas de discurso. Outra abordagem aos estudos do discurso enfoca os aspectos social e ideológico relacionados à comunicação, ou seja, se concentram na construção social do discurso e não na descrição linguística de textos, investigando não apenas os produtos (textos), mas também os processos envolvidos na produção e consumo deles (BIBER; CONNOR; UPTON, 2007, p. 6).

A combinação dessas duas áreas (Linguística de Corpus e análise do discurso) e de suas respectivas metodologias, em certa medida, permite que fenômenos nos níveis micro e macro sejam investigados simultaneamente, com o uso de métodos de análise quantitativa e qualitativa (ANCARNO, 2020, p.165), já que, ao analisar discursos utilizando corpus, realiza-se uma análise qualitativa de padrões quantificáveis (MARCHI; TAYLOR; 2018, p.6).

Recorrendo a algumas ferramentas de análise de corpora - como lista de palavras-chave, concordanciador, colocados e afins -, é possível gerar dados tanto estatísticos quanto qualitativos, sem desconsiderar que uma parte essencial do estudo assistido por corpus pressupõe localizar as descobertas descritivas e interpretativas em um contexto social mais amplo (BAKER; MCENERY, 2015, p.3). Isto é, busca-se investigar de que forma as mudanças e organização que ocorrem socialmente são refletidas nas produções linguísticas e como a sistematização dessas formas pode reforçar crenças e padrões sociais. Dessa forma,

partimos da premissa de que a investigação assistida por corpus de manuais (ou seja, materiais que visam a instruir) permitirá identificar discursos/representações concernentes à tradução, comunicação e língua que podem influenciar os processos de formação e atuação de intérpretes comunitários.

A contribuição da LC para análise de discurso, todavia, não se deve exclusivamente a seu caráter quantitativo. Duguid, Partington e Taylor (2013, p. 8) sustentam que análises linguísticas realizadas com uso de corpora nascem de uma filosofia metodológica estatística da busca por recorrência e da crença na importância desses padrões regulares. Com efeito, a identificação de ocorrências frequentes pode ajudar a prever comportamentos linguísticos e criar hipóteses descritivas de como discursos são construídos.

Estudos de um dado discurso assistidos por corpus dependem, segundo Ancarno (2020, p. 175), de diferentes orientações em relação ao corpus e da abordagem do investigador. A pesquisa, segundo a autora, pode, assim, ser *corpus-driven* (orientada pelo corpus), *corpus-based* (baseada em corpus) ou uma mescla sinérgica das duas áreas (LC e análise do discurso). A abordagem *corpus-driven* poderia ser entendida como uma análise que ocorre de maneira mais indutiva, em que o próprio corpus apresenta os dados e os padrões dele percebidos, que são vistos como formas de expressar regularidades na língua. Já na abordagem baseada em corpus (*corpus-based*), os corpora são fontes de exemplos que servem para verificar a intuição do pesquisador ou para explorar a frequência ou plausibilidade da língua usada em conjuntos de dados menores (BAKER, 2006, p. 16).

Ainda referindo-se à abordagem adotada na presente pesquisa, importa justificar a associação das duas abordagens, quali- e quanti-. Ao discorrer sobre a extensão da aplicação de metodologias da LC ou de análise do discurso, Ancarno (2020, p. 176) sustenta que é importante explicitar quais métodos das duas áreas serão utilizados em uma dada pesquisa, considerando que ferramentas dos dois campos podem ser usadas em diferentes graus. Por exemplo, nesta pesquisa pretende-se adotar uma abordagem baseada em corpus com vistas a realizar investigações linguísticas cuidadosas do corpus de estudo para identificar temas regulares e confirmar hipóteses levantadas anteriormente.

Dessa maneira, Ancarno apresenta como útil (2020) a abordagem de Marchi (2010) para estudos de discurso assistidos por corpus. Essa abordagem defende um tratamento do corpus do nível mais macro até o nível micro (*top-bottom*), que segue o seguinte protocolo:

1. Listas de palavras/palavras-chave para identificar domínios semânticos centrais, isto é para estabelecer a temática principal;
2. Lista de colocados para explorar o comportamento textual dos termos-chave. Ou seja, para identificar padrões ou começar a classificar termos a partir dos resultados do corpus (lista de palavras-chave e lista de colocados);
3. Lista do concordanciador para explorar padrões prevalentes em contexto <sup>33</sup> (ANCARNO, 2020, p. 177, tradução nossa).

Apesar de se basear na proposição de Marchi (2010), Ancarno afirma que não há apenas uma forma de realizar pesquisa assistida por corpus e que a maioria dos pesquisadores adota uma abordagem exploratória, ou seja, delimitando o tratamento do corpus à medida que a investigação se desenrola. Não obstante, importa destacar, como o fazem Duguid, Partington e Taylor (2013, p. 10), que o corpus não deve ser explorado à parte. Isto é, tendo em mente que a análise de discurso investiga a língua em contexto, cumpre examinar também informações externas ao corpus na tentativa de interpretar e explicar dados e também como uma forma de identificar outras áreas passíveis de análise.

Dentre as principais ferramentas de análise à disposição de quem aplica a metodologia da LC, e técnicas comumente empregadas para análises qualitativas (MARCHI; PARTINGTON, 2015, p. 217), estão o concordanciador, lista de palavras, lista de palavras-chave, colocados e *clusters*, sobre os quais nos deteremos a seguir.

Para começar, o concordanciador (ou *keyword in context* - *KWIC*) lista todas as ocorrências de uma dada palavra/fraseologia no corpus. A linha de concordância, se não for expandida, apresenta uma passagem do texto com a palavra buscada no centro e o contexto imediato à esquerda e à direita, como mostra a figura a seguir (ANCARNO, 2020, p.168).

---

<sup>33</sup> 1. word lists/keyword lists to identify key semantic domains, that is, to establish central themes; 2. collocation lists to explore the textual behavior of key terms, that is, to identify patterns or start classifying terms from the corpus outputs (keyword and collocate lists); 3. concordance lists to explore further dominant patterns in context.

Figura 2- Concordância da palavra “refugee” centralizada na ferramenta AntConc

KWIC	Plot	File	Cluster	N-Gram	Collocate	Word	Keyword
Total Hits: 434 Page Size 100 hits 1 to 100 of 434 hits							
	File	Left Context	Hit	Right Context			
1	Form_6.txt	CR's Mandate 11/07/22, 10:59 Home Interpreter Handbook - Immigration and	Refugee	Board of Canada Interpreters Interpreter Handbook Interpreter Handbook Oct			
2	Form_6.txt	IRB and its Tribunal Processes 1.1 What is the Immigration and	Refugee	Board of Canada (IRB)? 1.2 What is the tribunal process			
3	Form_6.txt	ipx#Toc342656889 1/16 11/07/22, 10:59 Interpreter Handbook - Immigration and	Refugee	Board of Canada 7.2 IRB glossary 7.3 Exercises to improve your			
4	Form_6.txt	or show interest in providing services to the Immigration and	Refugee	Board of Canada (IRB). It will give you basic			
5	Form_6.txt	the context of your work. 1.1 What is the Immigration and	Refugee	Board of Canada (IRB)? The IRB is Canada's			
6	Form_6.txt	ipx#Toc342656889 2/16 11/07/22, 10:59 Interpreter Handbook - Immigration and	Refugee	Board of Canada 2. Refugee Appeal Division (RAD) decides whether			
7	Form_6.txt	ipx#Toc342656889 3/16 11/07/22, 10:59 Interpreter Handbook - Immigration and	Refugee	Board of Canada 2.0 The IRB and Interpreters 2.1 When does			
8	Form_6.txt	ipx#Toc342656889 4/16 11/07/22, 10:59 Interpreter Handbook - Immigration and	Refugee	Board of Canada Interpreters are scheduled on an on-			
9	Form_6.txt	ipx#Toc342656889 5/16 11/07/22, 10:59 Interpreter Handbook - Immigration and	Refugee	Board of Canada A land-line telephone is used;			
10	Form_6.txt	ipx#Toc342656889 6/16 11/07/22, 10:59 Interpreter Handbook - Immigration and	Refugee	Board of Canada 6. In adversarial hearings, the Minister will			
11	Form_6.txt	ipx#Toc342656889 7/16 11/07/22, 10:59 Interpreter Handbook - Immigration and	Refugee	Board of Canada d) Refugee Appeal Division The Refugee			
12	Form_6.txt	ipx#Toc342656889 8/16 11/07/22, 10:59 Interpreter Handbook - Immigration and	Refugee	Board of Canada 3.2 Ensure fairness An Interpreter must be			
13	Form_6.txt	ipx#Toc342656889 9/16 11/07/22, 10:59 Interpreter Handbook - Immigration and	Refugee	Board of Canada When possible while interpreting, translate the			
14	Form_6.txt	ix#Toc342656889 10/16 11/07/22, 10:59 Interpreter Handbook - Immigration and	Refugee	Board of Canada If the proceedings are recessed, adjourned,			
15	Form_6.txt	ix#Toc342656889 11/16 11/07/22, 10:59 Interpreter Handbook - Immigration and	Refugee	Board of Canada 5.3 Provide updated Contact information Always notify			
16	Form_6.txt	ix#Toc342656889 12/16 11/07/22, 10:59 Interpreter Handbook - Immigration and	Refugee	Board of Canada the divisions, examine and cross-examine			
17	Form_6.txt	ix#Toc342656889 13/16 11/07/22, 10:59 Interpreter Handbook - Immigration and	Refugee	Board of Canada The Immigration and Refugee Protection Act (			

Search Query  Words  Case  Regex Results Set All hits Context Size 10 token(s)

refugee\* Start  Adv Search

Sort Options Custom Sort 1 1L Sort 2 2L Sort 3 1R Order by freq

Fonte: Elaboração nossa

A lista de palavras, como o nome sugere, lista todas as palavras de um corpus, geralmente, por ordem de frequência. A lista de palavras-chave, por sua vez, permite ter acesso ao conteúdo do corpus, ou seja, do que ele se trata (*aboutness* do corpus). Uma palavra-chave é aquela que é estatisticamente mais frequente em um dado corpus quando comparado a outro corpus (de referência). Ou seja, as palavras-chave são resultado da comparação da lista de palavras do corpus de estudo com a de um corpus de contraste e, por meio de testes estatísticos, as palavras de frequência similar desaparecem, permanecendo apenas aquelas peculiares ao corpus de estudo (TAGNIN, 2015, p. 33-34). A lista gerada representa a “chavicidade”, isto é, a representatividade das palavras que se sobressaem a partir da comparação com o corpus de referência, como mostra a figura a seguir:

Figura 3- Lista de palavras-chave no software AntConc

	Type	Rank	Freq_Tar	Freq_Ref	Range_Tar	Range_Ref	Keyness (Likelihood)	Keyness (Effect)
1	interpreter	1	1264	1	10	1	6220.053	0.026
2	asylum	2	548	10	6	4	2601.369	0.011
3	interpreters	3	428	7	10	3	2037.690	0.009
4	or	4	1597	3790	10	489	2002.226	0.032
5	interpreting	5	413	10	10	6	1941.322	0.009
6	interview	6	416	60	6	40	1699.028	0.009
7	refugee	7	299	8	9	7	1399.649	0.006
8	language	8	455	251	10	85	1366.924	0.010
9	interviewee	9	267	2	3	1	1291.478	0.006
10	unhcr	10	258	0	7	0	1270.374	0.005
11	interpretation	11	268	59	10	31	1021.426	0.006
12	you	12	1327	4779	9	347	998.204	0.026
13	applicant	13	205	7	6	5	949.032	0.004
14	may	14	543	912	10	302	914.694	0.011
15	interpret	15	191	12	9	11	851.330	0.004
16	should	16	455	684	10	295	830.180	0.009
17	seeker	17	169	1	3	1	819.912	0.004
18	raio	18	144	0	1	0	708.888	0.003
19	person	19	274	238	10	143	684.316	0.006
20	officer	20	183	73	6	34	607.901	0.004

Fonte: Elaboração nossa

Outra ferramenta é a lista dos colocados, que exhibe a co-ocorrência de determinadas palavras que surgem juntas não apenas por mero acaso já que, como afirma Sinclair (1991, p.110), pioneiro de estudos da LC, as palavras não ocorrem aleatoriamente em um texto e a natureza do mundo se reflete na organização da língua e contribui para seu caráter não aleatório. A figura abaixo, por exemplo, ilustra as palavras que ocorrem com o item lexical “interpreter”, uma das palavras-chave do corpus de estudo, que será apresentado com maior detalhamento na seção 3.

Figura 4- Lista de colocados que co-ocorrem com “interpreter” no corpus de estudo

Collocate	Rank	FreqLR	FreqL	FreqR	Range	Likelihood	Effect
1 the	1	1550	1083	467	10	462.368	0.818
2 an	2	359	310	49	10	377.320	1.743
3 role	3	95	48	47	8	171.073	2.436
4 s	4	190	46	144	10	101.038	1.179
5 interviewing	5	55	52	3	1	97.012	2.406
6 working	6	73	65	8	7	86.901	1.891
7 shall	7	57	5	52	3	74.538	2.002
8 must	8	88	12	76	6	69.347	1.481
9 oath	9	34	11	23	3	59.009	2.383
10 competent	10	24	9	15	2	48.943	2.637
11 competency	11	15	5	10	1	44.525	3.358
12 monitor	12	18	0	18	1	39.391	2.758
13 aspx	13	15	15	0	1	35.698	2.910
14 toc	13	15	15	0	1	35.698	2.910
15 should	15	111	28	83	9	34.459	0.875
16 not	16	145	30	115	8	34.225	0.752
17 country	17	2	1	1	2	33.285	-3.549
18 interviewee	18	74	39	35	2	32.356	1.059
19 ground	19	11	2	9	1	30.320	3.200

Fonte: Elaboração nossa

Outra ferramenta de análise contida em softwares que manejam corpus é a lista de multipalavras, expressões que contêm mais de uma palavra, conhecida também como *n-gram*, *word cluster*, *lexical bundle*, *lexical chunk* e *multiword unit* (ANCARNO, 2020, p. 171). Essa lista apresenta itens compostos, isto é, conjuntos de palavras fixas recorrentes em vez de palavras individuais, e incluem a palavra de busca, que pode ser discriminada para aparecer à esquerda ou à direita dos agrupamentos lexicais (SARDINHA, 2004, p. 110-111). Esses agrupamentos lexicais, além de ocorrerem com certa frequência e indicarem um padrão de uso, apontam para um fenômeno bem conhecido na Linguística, o da fraseologia ou das combinações fixas de palavras (ANCARNO, 2020, p. 172). A título de ilustração, a figura abaixo mostra agrupamentos lexicais (*cluster*) que aparecem à direita da palavra de busca “refugee” do corpus de estudo.

Figura 5- Lista de “clusters” (agrupamentos lexicais), em que palavra de busca (“refugee”) aparece à esquerda

	Cluster	Rank	Freq	Range
1	refugee status determination	1	22	2
2	refugee board of	2	18	1
3	refugee adjudications supplement	3	12	1
4	refugee interview context	4	9	1
5	refugee affairs division	5	8	1
6	refugees who are	6	5	3
7	refugees who have	6	5	3
8	refugee a person	8	4	2
9	refugee adjudications interviewing	8	4	1
10	refugee appeal division	8	4	1
11	refugee status in	8	4	2
12	refugees and citizenship	8	4	1
13	refugee advice centre	13	3	1
14	refugee derivatives form	13	3	1
15	refugee protection division	13	3	1
16	refugee status may	13	3	2
17	refugee status or	13	3	2
18	refugee adjudications required	18	2	1
19	refugee and complementary	18	2	1
20	refugee and her	18	2	1

Search Query  Words  Case  Regex Cluster Size 3 Min. Freq 3 Min. Range 1  
 refugee\* Start  Adv Search  
 Sort by: Frequency  Invert Order Search Term Position  On Left  On Right  On Left/Right

Fonte: Elaboração nossa

Tendo descrito a fundamentação teórico-metodológica que será adotada para a análise do corpus de estudo e algumas ferramentas de investigação, partiremos agora para a descrição do corpus e de como se deu a seleção e preparação do material.

### 3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Tendo em vista que o projeto visa a identificar como manuais e guias instrucionais conceitualizam processos de tradução e interpretação, a partir da sistematização de categorias e conceitos recorrentes em materiais dessa natureza, buscamos reunir, para construir o corpus, o maior número possível de manuais e guias já existentes em países com tradição relativamente consolidada de acolhimento de refugiados, quais sejam, Suíça, Canadá, Austrália e EUA.

Partindo dessa delimitação, discriminamos os textos que compõem o corpus de estudo, que é um corpus especializado, descrevendo-o de maneira que as informações paratextuais sejam consideradas durante os estágios de análise micro textual. Em termos gerais, o corpus apresenta 6.535 *types* (formas de palavras), 122.848 *tokens* (todas as ocorrências de uma forma de palavra ou número separada por espaços ou pontuação (BREZINA, 2018, p. 39). Ao todo, foram reunidos 12 textos, que variavam entre 2 e 112 páginas, escritos em inglês.

Ao se compilar um corpus, Paul Baker (2006, p. 28) aponta para a questão da extensão ou tamanho. Para o autor, corpora compilados para estudos de discurso de um determinado gênero não precisam conter milhares de palavras. O autor destaca também que outro aspecto de importância durante a compilação é o ano de produção dos textos. Esse dado permite levar em consideração que, à medida que a sociedade muda, os discursos seguem essa mudança.

#### 3.1 DESCRIÇÃO DO CORPUS

Os textos que constituem o corpus de estudo foram produzidos entre 2009 e 2021, ou seja, um período de um pouco mais de uma década, marcado por mudanças paradigmáticas da mobilidade humana, com mostram dados do *Refugee Data Finder*, relativos ao número de refugiados e solicitantes de refúgio, que aumentou significativamente entre o período de 2009 a 2021, como pode ser observado na figura abaixo.

Figura 6- Dados sobre refugiados e solicitantes de refúgio entre 2009 a 2021

Year ↓	Country of Origin	Country of Asylum	Refugees under UNHCR's mandate	Asylum seekers	IDPs of concern to UNHCR	Venezuelans displaced abroad	Stateless persons	Host community
2009	-	-	10 395 713	988 030	15 628 057		6 559 572	0
2010	-	-	10 548 835	835 969	14 697 804		3 463 073	0
2011	-	-	10 403 937	895 691	15 473 378		3 477 100	0
2012	-	-	10 497 017	941 497	17 670 368		3 335 772	0
2013	-	-	11 698 233	1 162 934	23 925 555		3 469 268	0
2014	-	-	14 384 289	1 794 704	32 274 619		3 492 255	0
2015	-	-	16 110 276	3 223 460	37 494 172		3 687 759	0
2016	-	-	17 184 286	2 729 521	36 627 127		3 242 206	0
2017	-	-	19 940 566	3 089 507	39 118 516		3 853 982	0
2018	-	-	20 359 553	3 501 629	41 425 168	2 592 947	3 851 981	0
2019	-	-	20 414 669	4 148 141	43 503 362	3 582 202	4 217 776	2 304 506
2020	-	-	20 661 846	4 184 926	48 557 439	3 862 102	4 179 349	4 369 021
2021	-	-	21 327 285	4 616 134	51 322 623	4 406 432	4 337 409	6 731 133

Fonte: Refugee data finder. Disponível em <https://www.unhcr.org/refugee-statistics/download/?url=p9C4Vz>

Os dados do *Refugee Data Finder* revelam que alguns dos principais grupos de refugiados/solicitantes de refúgio desse período eram do Afeganistão, República Democrática do Congo, Síria, Sudão do Sul, Iraque e Mianmar.

Como mencionado anteriormente, para que um corpus forneça dados significativos, é preciso atentar-se para sua composição e verificar se ela está alinhada ao objetivo da pesquisa. Para tanto, considerando que a meta desta pesquisa é entender como manuais que visam a instruir (e/ou afetar) a atuação de intérpretes definem a atividade de tradução/interpretação, selecionamos textos que continham expressa ou implicitamente alguma dessas características, isto é, propor diretrizes ou orientações para atuação. Dessa maneira, selecionamos manuais e guias de algumas instituições estrangeiras e internacionais que fornecem a assistência para pessoas refugiadas e/ou imigrantes para investigar de que forma a tradução/interpretação é entendida enquanto processo<sup>34</sup>.

Reforçando que os textos que compõem o corpus a ser analisado pretendem instruir ou orientar, de alguma maneira, a prática da interpretação comunitária em contextos de

<sup>34</sup> Em grande parte, esses manuais estavam em formato PDF, e como a ferramenta escolhida para fazer a análise lia apenas arquivos sem formatação (TXT), codificação UTF-8, todos foram convertidos por meio de uma ferramenta disponível online e gratuitamente.

refúgio/imigração, o corpus é constituído dos gêneros manuais e guias . Por conta disso, os textos selecionados compartilham a temática e também traços discursivos, o que mantém a coesão interna do corpus. Paul Baker (2006, p.18) ressalta que a abordagem de corpus à análise do discurso se limita ao domínio verbal e, considerando que discursos podem ser expressos por outros meios semióticos, cumpre analisar as condições sociais circundantes de produção e interpretação desses textos. Dessa forma, questões como autoria, condições de escrita, motivos, público-alvo, leitores, usuários do texto não podem ser contemplados unicamente por técnicas baseadas em corpus e exigem entendimento de como um texto existe em um contexto na sociedade, isto é, por meio dos fatores extralinguísticos.

Utilizando os critérios estabelecidos por Sardinha (2004, p. 20), apresentados anteriormente, para definir o corpus compilado para o presente estudo, seguimos o modelo representado pelo seguinte quadro:

Quadro 1-Descrição do corpus de estudo de acordo com os critérios de Sardinha (2004)

<b>Modo</b>	<b>Tempo</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Autoria</b>	<b>Finalidade</b>
Escrito	Sincrônico	Especializado	De língua nativa* <sup>35</sup>	De Estudo

De modo a fornecer uma ideia geral do corpus, elaboramos o quadro 2 com algumas informações extratextuais que podem se mostrar úteis durante a exploração qualitativa e quantitativa do corpus. Entre tais informações das obras na língua de partida estão:

- o título,
- a equipe envolvida na elaboração,
- o país de publicação,
- o objetivo, quando expresso (em casos contrários, usamos a sigla N.E.: não especificado),

---

<sup>35</sup> Importante ressaltar, no entanto, que alguns textos de língua inglesa do corpus foram produzidos em países que não são necessariamente anglófonos, mas como foram originalmente produzidos em inglês, mantivemos essa denominação.

- o ano de publicação e
- o número de páginas.

Esses dados, além de uma caracterização prévia do corpus de estudo, permitirão também algumas pressuposições acerca dos temas e conteúdos durante as análises micro, que serão relatadas em momento posterior.

Quadro 2 - Quadro descritivo do corpus de estudo

<b>Título original</b>	<b>Equipe envolvida na elaboração</b>	<b>País de produção/publicação</b>	<b>Objetivo exposto</b>	<b>Ano de publicação</b>	<b>Nº de páginas</b>
<i>Interpreting in humanitarian negotiations: A guide for humanitarian negotiators and interpreters</i>	<i>Centre of Competence on Humanitarian Negotiation e Université de Genève, Faculté de Traduction et d'Interprétation</i>	Suíça	Visa a oferecer conselhos práticos para negociadores e intérpretes humanitários de como atuar em conjunto para a obtenção de melhores resultados em negociações em contextos humanitários.	N. E.	19
<i>Handbook for Interpreters</i>	<i>Administrative Appeals Tribunal</i>	Austrália	Estabelece as exigências funcionais sobre intérpretes que atuam junto ao órgão, fornece informações sobre o trabalho da instituição, aspectos procedimentais e descreve o papel e as responsabilidades de intérpretes.	10/2020	42
<i>Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters</i>	<i>Finnish immigration service; ERF (European Refugee Fund); Refugee Advice Centre</i>	Finlândia	Fornece informações sobre o processo para reconhecimento da condição de refugiado e visa a informar intérpretes sobre o processo de refúgio e as questões interpretadas.	2010	60
<i>Procedural Standards</i>	<i>United Nations High</i>	N.E	Fornece diretrizes em relação aos procedimentos	08/2020	14

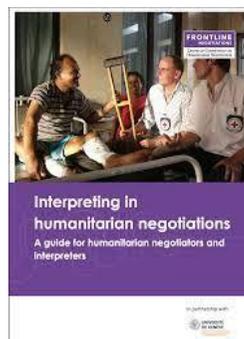
<i>for Refugee Status Determination under UNHCR's Mandate</i>  <i>Chapter 2</i> <i>Interpretation in: UNHCR RSD Procedures</i>	<i>Commissioner for Refugees</i>		do ACNUR para determinar o reconhecimento da condição de refugiado com base em solicitações individuais.		
<i>Interpreter Handbook</i>	<i>Immigration and Refugee Board of Canada</i>	Canadá	Fornece informação básica sobre o órgão de migração do Canadá e as funções do intérprete nele.	10/2017	15
<i>Guidelines for working with interpreters for counselling &amp; health care staff working with refugees</i>	<i>NSW Health Care Interpreter Services, NSW Refugee Service, STARTTS (Service for the Treatment and Rehabilitation of Torture and Trauma Survivors)</i>	Austrália	N. E.	01/2011	2
<i>Interpreting in a Refugee Context</i>	<i>Division of International Protection Services of</i>	Suíça	Visa a familiarizar intérpretes com os princípios e técnicas da interpretação, ser usado como material de referência por funcionários de campo	01/2009	112

	<i>the United Nations High Commissioner for Refugees</i>		do ACNUR e assistir membros do ACNUR que precisam de intérpretes para suas operações e para desenvolver sessões de formação.		
<i>Interviewing- Working with an interpreter</i>	<i>U.S Citizenship and Immigration services, Refugee, Asylum, and International Operations Directorate (RAIO)</i>	EUA	Descreve o papel e responsabilidades de intérpretes e como se comunicar de forma eficaz por meio desses profissionais.	2019	49
<i>Language Interpreting and Translation: migrant health guide</i>	<i>Office for Health Improvement and Disparities</i>	Reino Unido	Guia para profissionais da saúde sobre as necessidades de pacientes migrantes.	06/2017	7
<i>Community Interpreting Resource Handbook</i>	<i>Immigrant Services Association of Nova Scotia</i>	Canadá	Descreve a história, tendências e práticas da interpretação comunitária, apresentando informação teórica e prática. Fornece informações sobre como trabalhar de forma eficaz com intérpretes em ambientes de prestação de serviços, voltado para prestadores de serviços e também para intérpretes.	2016	95
<i>Volunteer Interpreter and Translator</i>	<i>HIAS (Hebrew Immigrant Aid</i>	EUA	N. E	N. E	28

<i>Training Guide</i>	<i>Society)</i>				
<i>Guidance: Code of Conduct: interpreters working for UK Visas and Immigration</i>	<i>Home Office</i>	Reino Unido	Explica o papel e as expectativas sobre intérpretes que atuam no órgão.	11/2021	20

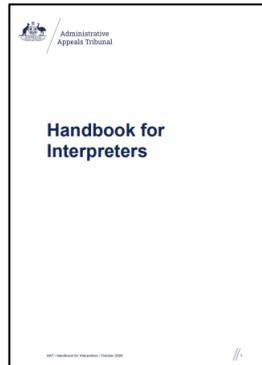
Abaixo, dispomos as capas/layouts iniciais dos materiais que compõem o corpus de estudo em complementação à apresentação acima.

Figura 7- Capa do material “Interpreting in Humanitarian Negotiations”



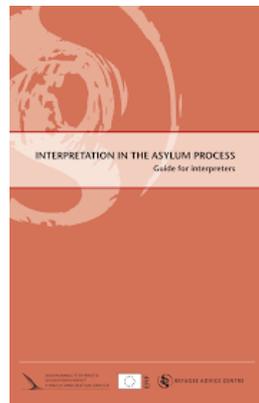
Fonte: Frontline negotiations

Figura 8-Capa do “Handbook for Interpreters”



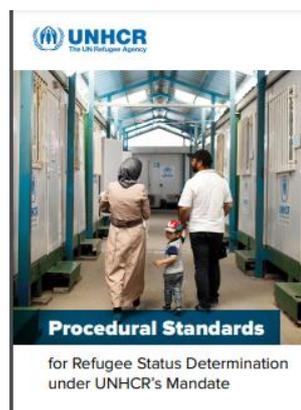
Fonte: Administrative Appeals Tribunal

Figura 9: Capa do “Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters”



Fonte: Finland- Directorate of Immigration

Figura 10: Capa do “Procedural Standards for Refugee Status Determination under UNHCR’s Mandate Chapter 2 Interpretation in: UNHCR RSD Procedures”



Fonte: United Nations High Commissioner for Refugees

Figura 11- Layout inicial do “Interpreter Handbook”

Home » Interpreter Handbook

## Interpreter Handbook

October 2017

### Table of Contents

**About this handbook**

- 1 0 Introduction to the IRB and its Tribunal Processes
- 1 1 What is the Immigration and Refugee Board of Canada (IRB)?
- 1 2 What is the Tribunal process at the IRB?
- 1 3 The IRB and interpreters
- 2 1 When does the IRB require the help of interpreters?
- 2 2 How can I provide interpretation services to the IRB?
- 2 3 What is the role of an interpreter at the IRB?
- 2 4 An interpreter as an employee of the IRB
- 2 5 How can I become an interpreter at the IRB?
- 2 6 What type of interpretation will I conduct at the IRB?
- 2 7 What means of interpretation are used at the IRB?
- 2 8 How does a work to provide interpreters' interpretation for the IRB?
- 2 9 What is the content of interpretation at the IRB?
  - a) Common procedures at IRB hearings
  - b) Alternative Dispute Resolution (ADR)
  - c) Capable Adult or Immigrant (CAI) hearing
  - d) Refugee Appeal Division
- 3 0 Responsibilities of the interpreters
- 3 1 The IRB process
- 3 2 Access to services
- 3 3 Interpretation accuracy
- 3 4 Communication quality
- 3 5 Respect the confidentiality of the IRB
- 3 6 Adhere to professional conduct
- 4 0 What can the interpreter expect from the IRB?
- 5 0 General information
- 5 1 Team interpretation
- 5 2 End of Proceedings
- 5 3 Double-booking/Cancel Information
- 6 0 Other Participants at the proceedings
- 7 0 Fees, Expenses and Expenses Tax
- 7 1 Local Language

Fonte: Immigration and Refugee Board of Canada

Figura 12: Layout inicial do “Guidelines for working with interpreters for counselling & health care staff working with refugees”

NSW Health Care Interpreter Services | STARTTS | NSW Refugee Health Services

### GUIDELINES FOR WORKING WITH INTERPRETERS for counselling & health care staff working with refugees

**1. Introduction**

To work with newly arrived refugees you need to be able to work with interpreters, unless you speak a relevant community language. As NSW receives approximately 20% of all refugees settling in Australia, it is likely that you will work with refugee patients at some stages, even if you are not working as a specialist refugee agency.

A reliable assessment of non-English speaking people cannot be made without a professional interpreter, language is a crucial factor in understanding a client's beliefs, attitudes and abilities. Family or friends should not be used as interpreters because their personal relationships and their proficiency with language (and medical jargon in particular) can influence what is being interpreted.

**2. Using an interpreter with refugee clients vs. using an interpreter with migrants**

Many of the basic skills are similar, but because the client, and often the interpreter, have survived war or organised violence there are some extra considerations.

Experiences of human rights violations can impact on a person's ability to trust others. This will be exacerbated if:

- the interpreter belongs to the ethnic, political or religious group that persecuted your patient or patient's family/members.
- the client thinks that what they say to you will be spread among their community
- they hear that the interpreter might inform the government of their home country about political opinions they make - putting friends and family at home in danger.

Other differences relate to the extra pressures which can be placed on the interpreter due to the traumatic material which may emerge in the counselling session with refugee survivors of torture and trauma. If the interpreter has survived similar experiences to the client, or if both a similar background, they may experience re-traumatisation from their interpreting work with the client group. In addition, as with health professionals, the interpreter has their own

reaction to the client and to what is discussed which could be broadly described as 'countertransference' (Becker and Eshkes, 2001).

Health professionals working with refugees need to be aware of strategies that build the patient's trust and support the interpreter. This paper highlights some of the issues you should be aware of.

**3. Tips for working with interpreters:**

**Organising an interpreter**

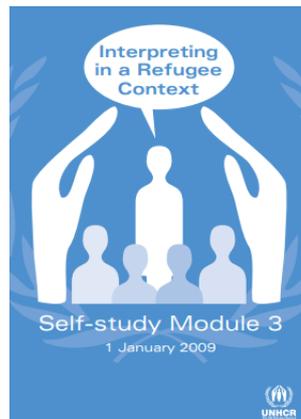
- Ask if the client has any preferences for an interpreter (eg. a particular ethnicity, region or gender) but be aware that gender preference may not always be met.
- If you work for the health service, you will have Health Care Interpreters available. Otherwise, use the Translating and Interpreting Service (TIS) Tel: 131400 (or the Priority Line for hospitals after hours on 1500 055 050).
- Organise the interpreter as early as possible to give the interpreter service time to organise a suitable person. Some communities have a shortage of interpreters.
- Allow sufficient time for a brief meeting with the interpreter before and after the interview to discuss the case and to allow for interpreter debriefing as required.

**Before the interview**

- Begin to build a trusting, respectful working relationship with the interpreter.
- Brief the interpreter before the client arrives on the type of interview, and how you would like the interpretation done (i.e. simultaneous or consecutive).
- Let the interpreter know that the session could be distressing, and that this is a common reaction that can be worked through.
- Arrange seating to facilitate communication between the client and yourself.

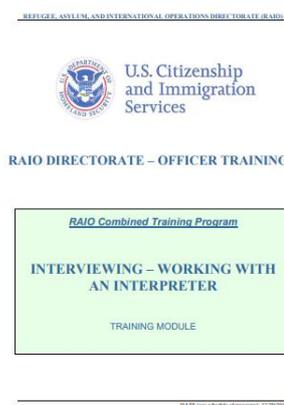
Fonte: NSW Health Care Interpreter Services

Figura 13- Capa do “Interpreting in a refugee context”



Fonte: Division of International Protection Services of the United Nations High Commissioner for Refugees

Figura 14-Capa do “Interviewing- Working with an interpreter”



Fonte: U.S Citizenship and Immigration services

Figura 15- Layout inicial do “Language interpreting and translation: migrant health guide”

Guidance  
**Language interpreting and translation:  
 migrant health guide**

Advice and guidance on the health needs of migrant patients for healthcare practitioners.

---

From: [Office for Health Improvement and Disparities](#)  
 Published 23 June 2017  
 Last updated 22 March 2021 — [See all updates](#)

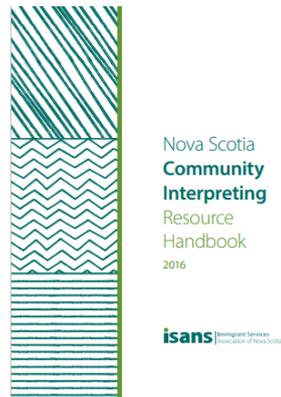
Get emails about this page

Contents

- Plain messages
- What is language interpreting and translation?
- Language interpreting general principles
- Identifying a person's preferred language
- Offering language services
- Safeguarding and refusal of professional interpreting
- Requesting an interpreter
- Practical guidance about working with an interpreter
- Feedback about interpreted healthcare appointments
- Written translations

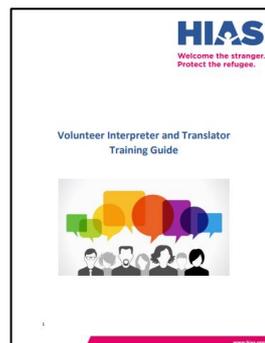
Fonte: Office for Health Improvement and Disparities

Figura 16- Capa do “Community Interpreting Resource Handbook”



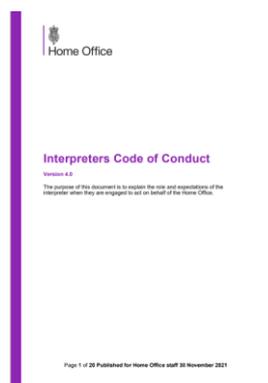
Fonte: Immigrant Services Association of Nova Scotia

Figura 17- Capa do “Volunteer Interpreter and Translator Training Guide”



Fonte: HIAS

Figura 18- Capa do “Guidance: Code of conduct: interpreters working for UK Visas and Immigration”



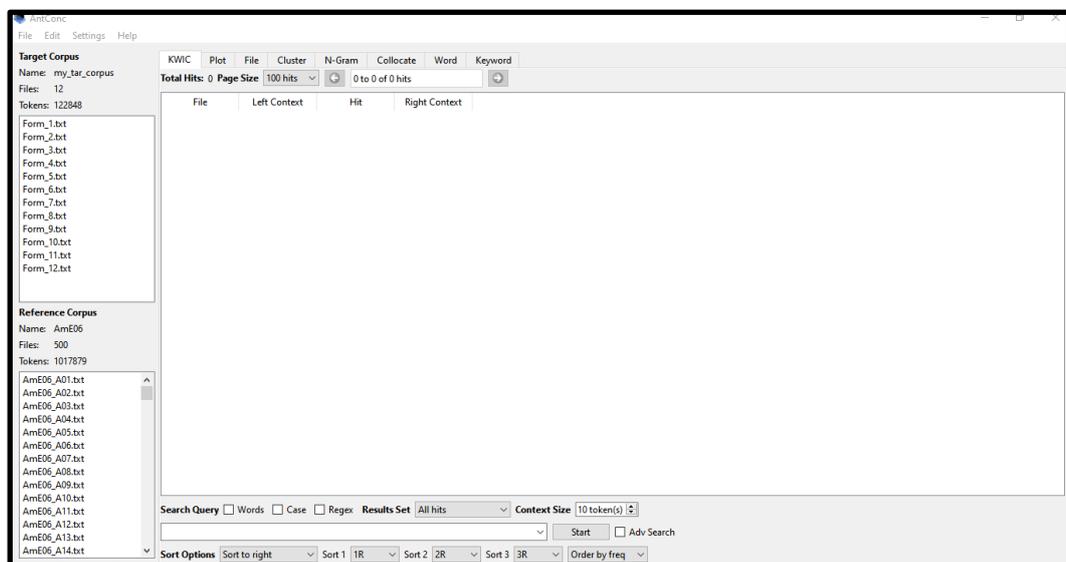
Fonte: Home Office

### 3.2 ANÁLISES PRELIMINARES: DESCRIÇÃO QUANTITATIVA DOS DADOS

Nesta seção, apresentaremos uma descrição quantitativa dos dados obtida por meio do software utilizado para a investigação do corpus de estudo e de algumas das suas ferramentas usadas para as análises microestruturais, introduzidas na seção de fundamentação teórico-metodológica.

O software utilizado para tal análise quantitativa do corpus de estudo foi o AntConc<sup>36</sup>. O AntConc<sup>37</sup> é uma ferramenta de análise de corpus gratuita, desenvolvida inicialmente para uso em salas de aula e inclui, entre outras funcionalidades, concordanciador, gerador de listas de palavras e de palavras-chave, analisador de multipalavras e de distribuição lexical pelo corpus (*plot*).

Figura 19-Interface do software de análise de corpus-AntConc



Fonte: Elaboração nossa

<sup>36</sup> Laurence Anthony's Website. Disponível em: <https://www.laurenceanthony.net/software/antconc/>. Acesso em 20 jul. 22

<sup>37</sup> O aspecto mais atraente desse software é sua interface simples, em que todas as ferramentas centrais estão na página principal, o que favorece, mesmo aos iniciantes em Linguística de Corpus, um manuseio intuitivo (VALVERDE DA SILVA, 2021, p. 47).

Dentre os múltiplos recursos do AntConc, lançamos mão de três ferramentas - lista de palavras e palavras-chave; colocados e concordanciador – para levantar os dados preliminares, tais como serão apresentados nas próximas subseções. A lista de palavras-chave nos possibilitou identificar os domínios semânticos centrais do corpus; já a lista de colocados<sup>38</sup> revela, a partir das principais co-ocorrências, relações semânticas recorrentes para indicar o comportamento textual dos termos-chave; por fim, o concordanciador nos mostra os contextos de ocorrência dos termos em análise.

### **3.2.1 Lista de palavras/palavras-chave para identificar domínios semânticos centrais**

Como mencionado em seção anterior, enquanto a lista de palavras elenca todas as palavras que ocorrem em um corpus, a lista de palavras-chave é o resultado de uma comparação estatística entre o corpus de estudo e um corpus de contraste (de referência) de língua geral que salienta as palavras mais representativas, isto é cuja frequência no corpus de estudo é mais significativa do que no corpus de referência. Como corpus de referência, usamos o *American English 2006* (BAKER; POTTS, 2012). A importância dessas listas de frequência se deve ao fato de que a língua não é um fenômeno aleatório e altas taxas de ocorrência podem apontar para comportamentos marcados.

---

<sup>38</sup> “A colocação se mostrou uma ferramenta útil na análise do discurso porque pode revelar não tão somente padrões de associação lexical, mas também mostrar como uma palavra adquire significado em contexto, que pode diferir do significado literal ou mesmo contradizê-lo (exemplo: prosódia semântica) (XIAO, 2015, p. 115, tradução nossa).” Collocation has proven to be a useful tool in discourse analysis because it can not only reveal patterns of lexical association but also show how a word can acquire meaning in context, which may differ from or even contradict its literal meaning (e.g. semantic prosody).

Figura 20- Palavras-chave do corpus de estudo-1

Type	Rank	Freq_Tar	Freq_Ref	Range_Tar	Range_Ref	Keyness (Likelihood)	Keyness (Effect)
1	1	1705	1	12	1	7603.660	0.027
2	2	858	7	12	3	3749.627	0.014
3	3	808	10	12	6	3500.268	0.013
4	4	548	10	6	4	2346.606	0.009
5	5	610	59	12	31	2335.658	0.010
6	6	722	251	12	85	2167.593	0.012
7	7	1888	3790	12	489	2071.633	0.029
8	8	443	60	8	40	1621.792	0.007
9	9	772	912	12	302	1328.922	0.012
10	10	303	8	10	7	1278.583	0.005
11	11	267	2	3	1	1167.386	0.004
12	12	258	0	7	0	1150.376	0.004
13	13	245	12	11	11	998.147	0.004
14	14	336	185	11	102	862.548	0.005
15	15	205	7	6	5	854.056	0.003
16	16	519	684	12	295	825.408	0.008
17	17	370	332	12	141	754.401	0.006
18	18	283	142	11	75	752.692	0.005
19	19	169	1	3	1	741.393	0.003
20	20	194	28	6	15	703.036	0.003

Search Query  Words  Case  Regex

Sort by Likelihood  Invert Order

Fonte: Elaboração nossa

Observando a figura acima, podemos constatar que, ao menos em termos de conteúdo, o corpus compilado se alinha com os objetivos da pesquisa. A palavra *interpreter* é a mais representativa e, juntamente com *interpretation* e *language* aponta para o caráter linguístico e tradutório inerente ao do contexto refúgio e migração (*asylum*, *refugee*, *applicant*, *interviewee*). Expressões como *client*, *services* e *information* podem indicar também a natureza do trabalho de intérpretes vis-à-vis o assistido (*client*, *seeker*), que necessita ter acesso a serviços e informações no país de acolhida. Uma palavra saliente e que indica o caráter instrucional do corpus é o modal *should*, que expressa recomendação, conselho, necessidade ou diretivas, como instruções (BUDÍNOVÁ, 2017, p. 26).

Figura 21-Palavras-chave do corpus de estudo- 2

Type	Rank	Freq_Tar	Freq_Ref	Range_Tar	Range_Ref	Keyness (Likelihood)	Keyness (Effect)
you	21	1346	4779	11	347	646.170	0.021
person	22	297	238	12	143	644.895	0.005
community	23	264	199	7	98	591.106	0.004
must	24	349	445	11	246	570.164	0.006
be	25	1259	4651	12	499	556.803	0.020
hearing	26	192	76	9	48	554.745	0.003
refugees	27	135	9	9	8	537.319	0.002
translation	28	167	46	10	24	533.660	0.003
an	29	1066	3732	12	498	525.472	0.017
communication	30	161	43	12	30	518.337	0.003
irb	31	104	0	1	0	464.208	0.002
officer	32	162	73	7	34	448.510	0.003
interviewing	33	112	8	5	7	442.956	0.002
confidentiality	34	103	3	11	3	433.122	0.002
residence	35	123	23	5	16	427.070	0.002
is	36	1789	8420	12	488	425.381	0.027
raio	37	94	0	1	0	419.566	0.002
provider	38	107	11	5	9	406.956	0.002
professional	39	163	98	12	56	404.401	0.003
your	40	467	1146	11	238	404.106	0.008

Fonte: Elaboração nossa

Explorando mais itens da lista de palavras-chave, encontramos a provável figura do oficial de elegibilidade ou outras autoridades de migração (*officer*) e, novamente, um verbo modal que expressa imperatividade (*must*). Outro aspecto significativo na segunda parte da lista é a presença dos pronomes *you/your*. Valverde da Silva (2021) já havia apontado que umas das características de textos de gêneros instrucionais, como manuais, por exemplo, é o uso recorrente desse pronome para, entre outras coisas, indicar proximidade com o leitor em língua inglesa. Outro item que chama a atenção é a confidencialidade (*confidentiality*) que pode indicar algumas expectativas quanto ao papel e função de intérpretes, assim como a necessidade do profissionalismo (*professional*), potencialmente indicando determinadas expectativas sobre esses profissionais.

### 3.2.2 Lista de colocados para explorar o comportamento textual dos termos-chave

A lista de colocados mostra quais palavras co-ocorrem com a palavra de busca, demonstrando assim a relação e afinidade específicas entre certos itens lexicais. Ao gerarmos uma lista de colocados para a primeira palavra-chave do corpus, *interpreter*, o resultado é o da figura abaixo:

Figura 22- Colocados da palavra-chave "interpreter"

Collocate	Rank	FreqL	FreqR	Range	Likelihood	Effect
1 an	1	440	400	40	12	736.316 2.305
2 the	2	1390	1071	319	12	619.394 1.019
3 s	3	203	28	175	12	208.164 1.721
4 role	4	88	50	38	10	160.072 2.448
5 shall	5	55	4	51	2	102.810 2.492
6 working	6	72	65	7	8	102.700 2.107
7 must	7	88	9	79	8	78.778 1.594
8 should	8	103	12	91	10	60.481 1.248
9 team	9	24	7	17	3	55.222 2.844
10 oath	10	24	6	18	2	45.679 2.523
11 not	11	134	24	110	9	45.247 0.914
12 paragraph	12	15	15	0	1	42.242 3.240
13 ground	13	11	2	9	1	40.655 3.871
14 interpreters	14	25	12	13	9	39.681 -1.494
15 with	15	128	103	25	10	38.389 0.857
16 contract	16	18	14	4	4	35.533 2.581
17 you	17	57	19	38	9	34.127 -0.980
18 is	18	224	32	192	12	33.286 0.584
19 competent	19	20	10	10	2	33.242 2.318

Fonte: Elaboração nossa

A figura acima, que representa os colocados imediatos à esquerda e direita em até três posições da palavra *interpreter* permite algumas considerações preliminares. Primeiramente, a letra “s” que aparece solitariamente se refere, na verdade, a uma apóstrofe que forma o genitivo em inglês, gerando construções do tipo: *interpreter’s role*, *applicant’s interpreter*, *service’s interpreter*, *interviewee’s interpreter*, *interpreter’s ability*, *interpreter’s responsibility* e muitas outras. Percebe-se que a palavra buscada co-ocorre com verbos modais imperativos (*shall*, *must* e *should*), fato que aponta para uma série de obrigações e recomendações dirigidas a esses profissionais nos manuais e guias que compõem o corpus. O colocado n° 19 (*competent*) introduz um conceito que orbita a formação tanto de tradutores/intérpretes, a questão da competência, restando, assim, expandir o contexto para observar se esse item é definido ou aplicado indiscriminadamente<sup>39</sup>.

<sup>39</sup> O item “competent” aparece 48 vezes no corpus e geralmente é associado à habilidade de interpretar de forma precisa, imparcial; habilidade em comunicação verbal e à proficiência linguística. O conceito também se confunde com a detenção de uma lista de habilidades como técnicas de interpretação, memorização e afins ou de um tipo de certificação e/ou formação, semelhante ao conceito de competência prescritivista abordado anteriormente.

Ao seleccionar a 3ª palavra-chave do corpus (*interpreting*), que se refere à ação de interpretar, identificamos algumas co-ocorrências que corroboram tanto a natureza do corpus quanto o caráter da atividade da interpretação em contextos de refúgio. A referência à nomenclatura da área (*community*), aos serviços linguísticos ou outros tipos necessários à população refugiada (*services*); à situação e a ambientes de interpretação (*situation, settings*) e aos modos em que a interpretação ocorre (*consecutive, mode*) permitem uma compreensão dos elementos centrais que constituem a interpretação no contexto de refúgio.

Figura 23- Colocados da palavra "interpreting"

Collocate	Rank	FreqL	FreqR	FreqL	FreqR	Range	Likelihood	Effect
1 community	1	115	103	12	3	352.039	3.461	
2 consecutive	2	47	41	6	4	196.053	4.284	
3 services	3	58	2	56	6	98.972	2.373	
4 service	4	62	10	52	5	95.230	2.222	
5 situation	5	29	3	26	3	86.379	3.409	
6 interpreting	6	96	48	48	4	84.793	1.587	
7 practices	7	22	14	8	2	77.955	3.834	
8 institutional	8	8	4	4	1	65.137	6.660	
9 settings	9	23	9	14	2	55.134	2.955	
10 nova	10	25	10	15	1	53.626	2.749	
11 translation	11	32	8	24	6	50.972	2.276	
12 telephone	12	17	15	2	3	50.167	3.390	
13 coalition	13	12	12	0	1	47.847	4.157	
14 the	14	213	113	100	12	46.929	-0.609	
15 in	15	165	82	83	10	43.414	0.795	
16 modes	16	8	3	5	1	42.591	5.075	
17 while	17	21	20	1	4	42.347	2.643	
18 scotia	18	22	12	10	1	42.328	2.565	
19 humanitarian	19	18	14	4	1	41.895	2.899	

A 5ª palavra-chave (*interpretation*), apesar de similar à terceira, devolve resultados mais atrelados às expectativas em relação à qualidade do serviço linguístico (*quality*), chamando atenção a princípios de precisão (*accurate, accuracy, verbatim*), como mostra a figura abaixo.

Figura 24-Colocados da palavra "interpretation"

	Collocate	Rank	FreqLR	FreqL	FreqR	Range	Likelihood	Effect
1	services	1	60	7	53	4	134.335	2.826
2	provide	2	40	37	3	6	98.919	3.020
3	quality	3	26	26	0	5	86.941	3.699
4	accurate	4	17	14	3	5	67.212	4.152
5	accuracy	5	21	17	4	4	62.313	3.412
6	providing	6	22	22	0	4	51.704	2.924
7	language	7	62	55	7	5	50.855	1.523
8	standards	8	20	10	10	3	50.034	3.046
9	verbatim	9	11	9	2	1	43.167	4.131
10	in	10	133	62	71	7	42.797	0.888
11	health	11	26	12	14	3	41.900	2.297
12	consecutive	12	16	14	2	3	41.763	3.133
13	remote	13	14	11	3	2	37.698	3.199
14	facilitate	14	10	8	2	1	34.768	3.801
15	phone	14	10	6	4	1	34.768	3.801
16	translation	16	23	2	21	4	34.675	2.204
17	impact	17	10	9	1	2	28.740	3.342
18	you	18	13	3	10	5	25.390	-1.630
19	summary	19	7	5	2	2	24.173	3.784

Fonte: Elaboração nossa

### 3.2.3 Lista do concordanciador para explorar padrões prevalentes em contexto

A partir das listas acima, já foi possível estabelecer alguns pressupostos indicativos da natureza do corpus de estudo e de algumas de suas características. Resta saber, agora, de que forma os itens exibidos anteriormente se comportam contextual e co-textualmente.

Passamos, então, à expansão de alguns dos itens que mostraram comportamentos promissores de análise e que podem apontar para visões a respeito de questões de formação e atuação do intérprete. Primeiramente, expandimos o contexto (usando a funcionalidade KWIC-*Key word in context*) do item “interpreter’s” no AntConc, com destaque a palavras duas casas à direita e uma casa à esquerda. A escolha desse item se deu à representatividade do genitivo (figura 22) e à relação de propriedade e atribuições de itens marcados por esse caso. Posteriormente, realizamos a contagem de frequência dos padrões identificados. Ao ter seu contexto expandido, o item *interpreter’s* revelou algumas inclinações e compreensões sobre o papel do intérprete.

Tabela 1- Lista de frequência do item "interpreter" com alguns padrões recorrentes

<b>Frequência</b>	<b>Item analisado</b>
27	<i>Interpreter's role</i>
7	<i>Interpreter's competency</i>
6	<i>Interpreter's ability</i>
6	<i>Interpreter's responsibility</i>
5	<i>Interpreter's task</i>
5	<i>Interpreter's duty</i>
4	<i>Interpreter's performance</i>

Se expandirmos o contexto de ocorrência de alguns desses padrões, algumas crenças subjacentes à atividade de tradução/interpretação emergem:

1	<i>An <b>interpreter's role</b> is to facilitate communication between two parties by relaying accurately and completely everything that is said</i>	<i>Handbook for Interpreters/Austrália</i>
2	<i>The <b>interpreter's role</b> is solely that of a messenger.</i>	<i>Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/Finlândia</i>
3	<i>The <b>interpreter's role</b> is to facilitate communication between, but not on behalf of, a client and service provider by effectively applying three-way communication skills.</i>	<i>Community Interpreting Resource Handbook/Canadá</i>
4	<i>It is the <b>interpreter's role</b> to simply interpret the questions asked and the responses provided.</i>	<i>Interviewing- Working with an interpreter/EUA</i>
5	<i>The <b>interpreter's task</b> in the asylum process is highly important.</i>	<i>Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/Finlândia</i>
6	<i>The <b>interpreter's task</b> is to faithfully and accurately interpret the message from one language to another.</i>	<i>Interpretation in the Asylum Process: Guide for</i>

		<i>interpreters/Finlândia</i>
7	<i>The <b>interpreter's task</b> is to communicate all cultural messages, both linguistic and non-linguistic, as comprehensively as possible and without changing the content.</i>	<i>Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/Finlândia</i>
8	<i>When an interpreter is involved, the <b>interpreter's ability</b> to effectively interpret is crucial to the success of the interview.</i>	<i>Interviewing- Working with an interpreter/EUA</i>
9	<i>The <b>interpreter's responsibility</b> is to convey messages in order to ensure linguistic equality between the parties.</i>	<i>Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/Finlândia</i>
10	<i>The <b>interpreter's responsibility</b> is to clarify misunderstandings that may be related to cultural differences.</i>	<i>Community Interpreting Resource Handbook/Canadá</i>
11	<i>The <b>interpreter's duty</b> is solely and exclusively that of an interpreter; that is to say, to verbally communicate messages from one language to another.</i>	<i>Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/Finlândia</i>
12	<i>The <b>interpreter's duty</b> is to relay a message.</i>	<i>Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/Finlândia</i>

O uso do Antconc nesse estágio de coleta de dados possibilitou, primeiramente, verificar que a temática do corpus estava alinhada ao objeto de pesquisa e estabeleceu a sistematicidade com a qual as demais análises foram feitas. Isto é, a partir da identificação de palavras-chave, buscou-se colocados, itens lexicais co-ocorrentes e depois, com o concordanciador, o comportamento dessas expressões pôde ser detectado em contexto. Na próxima seção, exploraremos com maior rigor os dados obtidos preliminarmente, aprofundando e interpretando os dados à luz de conceitos mencionados em capítulos anteriores, entre eles o da SI.

### 3.2.4 Interpretação dos dados preliminares

Dos contextos mais amplos expostos na seção prévia, podemos extrair/aferir uma série de apontamentos e depreensões. Em primeiro lugar, o uso extensivo de advérbios (*faithfully, accurately, effectively, solely, exclusively, completely*) (nº 1, 2, 3, 4, 6, 8 e 11) que especificam o suposto papel do intérprete, de interpretar fiel, completa e precisamente. No entanto, os guias/manuais não parecem explorar esses conceitos ou definir o que realmente se constitui como uma interpretação “fiel”, como se tais conceitos fossem óbvios ou autoexplicativos.

Percebe-se também, a sustentação em termos/expressões vagos(as) como “mensagem”, “conteúdo”, “mensageiro” (*messenger*), “transmitir mensagem” (*relay message*) para se referir ao objeto de atuação e ao intérprete (nº 2, 6, 9 e 12). O uso repetido do termo “mensagem” reflete uma noção essencialista de sentido, como se uma enunciação estivesse sujeita a uma única interpretação. O nº 2, por exemplo, é sucedido pelo excerto “The interpreter must be impartial and objective”. Cabe questionar se a neutralidade exigida e implícita nesse excerto pode ser alcançada e quais são as implicações desse tipo de crença para a formação e atuação desses profissionais. Depreende-se, assim, que essas construções estão alinhadas à ideia de monologismo e ao modelo de comunicação do conduto, em que o intérprete é visto como um mero canal, questões sobre as quais nos detivemos previamente.

Lembremos a posição de Wandensjö (1998, p. 7-8), para quem essa imagem comum que se tem do intérprete como um canal é muito influenciada por um modelo de comunicação transferencial. Essa perspectiva, também chamada de modelo de comunicação do conduto, concebe a interação humana como um processo unidirecional, em que intérpretes são vistos e veem a si mesmos como transmissores de palavras e falas de outras pessoas. Essa representação de intérpretes apenas como um canal pelo qual mensagens preparadas vêm e vão está alinhada à norma de não envolvimento e neutralidade. A mesma autora defende que o modelo do conduto é monológico, ou seja, que o uso da língua é considerado a partir da perspectiva de um falante, como se os enunciados fossem resultantes apenas de suas intenções ou estratégias, enquanto que as demais pessoas presentes são vistas como destinatárias de unidades de informação preparadas. Recorremos ainda à perspectiva acima defendida que se contrapõe a esse modelo monológico de língua, da Sociolinguística Interacional, que, lembramos, entende que eventos comunicativos e interações não ocorrem em um vácuo social, sendo necessário na análise enfatizar e focar o aspecto dialógico desses encontros. Além disso,

a SI considera fala e escuta como correlacionadas/unidas, isto é, as declarações de um interlocutor são produzidas em conjunto, influenciadas pelos demais participantes (TANNEN, 1992, p. 11), ou seja, os sentidos são co-construídos e não pré-existentes ou preparados por apenas uma das partes.

Ademais, a questão da neutralidade/imparcialidade advogada em guias/manuais parece sugerir que esses princípios contribuem para manter a mensagem “intacta”. No entanto, como destaca Lambert (2018, p. 270), o trabalho do tradutor não é apenas um exercício linguístico, contendo também um elemento moral. Isso quer dizer que o texto de chegada é influenciado pelas perspectivas idiossincráticas de quem o traduziu e está inserido em um contexto mais amplo. Além disso,

A imagem usada com frequência da tradução como uma simples transferência de significados que ocorre em um vácuo não reflete o ato de traduzir. Tradutores assumem um papel ativo e interpretativo ao lidar com um texto, e simplesmente se ater ao texto fonte em termos de léxico, estrutura, som, metáfora não é preferível ou sequer possível em muitas circunstâncias. Essa imagem de tradução é prejudicial não apenas para tradutores, com a desvalorização de uma atividade tão complexa, mas também apresenta uma falsa imagem a clientes que esperam o inalcançável [...] <sup>40</sup> (LAMBERT, 2018, p. 280, tradução nossa).

Outro ponto que emerge dos contextos acima destacados se refere ao conteúdo e às informações da mensagem que, de acordo com alguns dos contextos exibidos, devem ser traduzidos sem que haja mudanças (nº 7) e de forma precisa e fiel (nº 6). Essas redações parecem sugerir uma compreensão superficial e de senso comum acerca da tradução, baseada em entendimentos monológicos sobre a língua, em que uma dada “mensagem” pode chegar “intacta” no sistema de chegada por meio do canal neutro e impessoal representado pela figura do intérprete.

Apesar disso, por já lidarem com a questão linguística na prestação de serviços a migrantes e refugiados, esses guias/manuais reconhecem o papel que a língua (nº 8 e 9) e o

---

<sup>40</sup> Clearly, the regularly-used image of translation as an unproblematic transfer of meaning that takes place in a neutral vacuum does not fairly reflect the act of translation. Translators take on an active, interpretive role when tackling a text, and simply sticking closely to a source text in terms of lexis, structure, sound, metaphor etc. is not preferable, or even possible in many instances. Not only is this image of translation damaging to translators in devaluing such a complex activity, it also presents a false image to clients who expect the unobtainable [...]

intérprete desempenham em situações em que uma das partes não é proficiente na língua dominante, depositando um grande peso sobre a atuação desses profissionais. No entanto, nota-se que há uma crença de que a garantia de igualdade linguística entre as partes é alcançada pela mera presença e atuação do intérprete, atuação essa que deve se pautar em princípios como o da neutralidade, fidelidade, imparcialidade e precisão. Todavia, abordar apenas a igualdade/equivalência linguística não é suficiente, já que, se pensarmos nos intérpretes como sujeitos sociais com diversas inclinações, veremos que essa constituição social impacta seu desempenho, que não é necessariamente imparcial, mas que pode pender para a autoridade do país, agravando as situações de vulnerabilidade e desempoderamento características do deslocamento forçado. Assim, atribuir ao intérprete características de uma figura desviesada pode ser perigoso já que os desequilíbrios inerentes a encontros entre diferentes indivíduos em situações institucionais não são solucionados unicamente quando a “barreira linguística” é supostamente solucionada.

Ademais, contextos como o n° 11 podem apresentar, inclusive, uma visão limitada referente à língua, já que a redação *verbally* pressupõe que seja possível isolar em uma interação o verbal do não-verbal.

Prosseguindo com análises sobre o papel de intérpretes da perspectiva do corpus de estudo, passamos agora para a análise dos padrões que caracterizam verbos modais imperativos que co-ocorrem com “interpreter” e que podem apontar para outras exigências e/ou expectativas em relação à atuação, conforme apontamos brevemente na subseção 3.2.2.

Tabela 2- Lista de frequência do item "interpreter" com alguns verbos modais recorrentes

<b>Frequência</b>	<b>Item analisado</b>
127	<i>Interpreter(s) must</i>
111	<i>Interpreter(s) should</i>
55	<i>Interpreter(s) shall</i>

Ao expandirmos e selecionarmos alguns contextos, podemos explorar com maior profundidade certos posicionamentos frente a atuação de intérpretes.

13	<i>Interpreters must also examine their own assumptions about what these non-verbal behaviors mean, as these assumptions may lead to stereotyping or negative</i>	Community Interpreting Resource Handbook/ Canadá
----	---	--

	<i>responses to demonstrated behaviors during interpreting situations.</i>	
14	<b>Interpreters must</b> have in-depth knowledge and understanding of their working languages and an ability to mentally transpose and verbalize into the target language.	Community Interpreting Resource Handbook/ Canadá
15	<b>Interpreters must</b> strive to render all messages in their entirety, as accurately as possible and to the best of their abilities, without addition, distortion, embellishment, or omission.	Community Interpreting Resource Handbook/ Canadá
16	<b>Interpreters must</b> show no bias to any party involved in the interpreted encounter.	Community Interpreting Resource Handbook/ Canadá
17	<b>Interpreters must</b> properly and fully interpret what is being said, as close as English allows.	Guidance: Code of conduct: interpreters working for UK Visas and Immigration/ Reino Unido
18	<b>Interpreters must</b> be aware that they will be interpreting for vulnerable customers and must behave accordingly.	Guidance: Code of conduct: interpreters working for UK Visas and Immigration/ Reino Unido
19	<b>Interpreters must</b> not show emotions - the only reactions they must express are those of the customer.	Guidance: Code of conduct: interpreters working for UK Visas and Immigration/ Reino Unido
20	In doing so, the <b>interpreter must</b> be capable of replacing syntactic and semantic elements in the source language with equivalent patterns in the target language.	Interpreting in a Refugee Context/ Suíça
21	The interpreter <b>must remember</b> that he or she has a neutral role in the interpreting situation.	Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/

		Finlândia
22	<i>The <b>interpreter must</b> prepare in advance in order to achieve the objective, i.e., the successful rendering of messages and the assurance of linguistic equality.</i>	Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/ Finlândia
23	<i>An <b>Interpreter must</b> be objective and impartial.</i>	Interpreter Handbook/ Canadá
24	<i><b>Interpreters should</b> become familiar with terminology related to the topics and subject matter they are asked to do an interpretation for.</i>	Community Interpreting Resource Handbook/ Canadá
25	<i>The <b>interpreter shall</b> aim to provide a comprehensive interpretation without omissions or undue additions.</i>	Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/ Finlândia
26	<i>The <b>interpreter shall</b> at all times be impartial and neutral and he or she shall not allow his or her personal attitudes or opinions to influence the performance of his or her assignment.</i>	Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/ Finlândia

Os excertos acima revelam opiniões e representações que adquirem relevância pela sistematicidade e pelo contraste. Assim, se compararmos o n° 13 e n° 26, por exemplo, extraídos de manuais distintos, emergem visões divergentes. O n° 13 chama atenção para a possibilidade de a subjetividade de intérpretes afetar sua atuação, enquanto que o 26° apenas enfatiza a obrigação de ser neutro e imparcial para que a agência do intérprete não influencie seu desempenho. Os números 17, 21, 23 e 25 também colocam em destaque as exigências de neutralidade, objetividade, imparcialidade e completude das mensagens interpretadas, sem adições ou omissões.

Em contraposição a essa concepção de neutralidade e imparcialidade, Mason (2001, p. ii) indica que, como atividade de três vias, a interpretação, além de incluir os “interlocutores

principais”, também abarca o intérprete como um participante pleno “seja por meio de seu filtro tradutório (ex: modificações sutis de registro ou da pragmática do enunciado fonte) ou pela necessidade de fazer comentários sobre seu comportamento linguístico ou o comportamento linguístico de outras pessoas<sup>41</sup>” (MASON, 2001, p. ii, tradução nossa).

À luz desses excertos e das análises mais aprofundadas dos dados do corpus de estudo, depreende-se que o que rege, nesses manuais, a atuação de intérpretes comunitários são sempre questões de ética profissional, com especial ênfase na precisão, transparência, confidencialidade, a exemplo dos termos elencados abaixo e de suas variações morfológicas:

Tabela 3-Lista de ocorrências de termos relacionados a normas de prática

-	Nº de ocorrência	Termo	Exemplo de contexto	Nome do material/País
27	158	<i>Accuracy;</i> <i>accurate;</i> <i>accurately</i>	<i>Your role is to <b>accurately</b>, directly and fully interpret what is said during the course of the proceeding.</i>	<i>Handbook for Interpreters/Austrália</i>
28	38	<i>Neutral;</i> <i>neutrality;</i> <i>neutrally.</i>	<i>You should always be objective, neutral and impartial.</i>	<i>Handbook for Interpreters/Austrália</i>
29	62	<i>Impartial;</i> <i>impartiality;</i> <i>impartially</i>	<i>The <b>impartial</b> and neutral role of the Interpreter should be maintained throughout the RSD process</i>	<i>Interpretation in UNHCR RSD Procedures/N.E</i>
30	12	<i>Faithful;</i> <i>faithfully</i>	<i>Competent interpreters give a <b>faithful</b>, accurate, and complete interpretation of the message.</i>	<i>Community Interpreting Resource Handbook/Canadá</i>

Os usos acima selecionados correlacionados aos outros excertos analisados previamente apontam para uma tendência de representação sobre o tipo de papel que se espera

---

<sup>41</sup> whether through their own translational filter (e.g., subtle modifications to the register or pragmatics of source speech) or through the need to comment on their own or others' linguistic behaviour.

de intérpretes, com a precisão sendo geralmente associada à fidelidade e a imparcialidade, associada à neutralidade: n° 15, 23, 25 e 26.

A exigência por objetividade e não-envolvimento que sobressai nessa breve análise enquanto uma tendência discursiva dos manuais investigados reafirma um dos extremos do espectro sobre a compreensão de papéis de intérpretes. No extremo oposto, esse papel é bem mais abrangente, a exemplo do que Bancroft (2015, p.225) aponta, ao referir que na prática diária espera-se que intérpretes comunitários solucionem problemas, expliquem contextos e esclareçam mal-entendidos culturais.

A autora ainda sugere que o escopo da atividade profissional difere de acordo com o país e o setor onde os serviços linguísticos são prestados. Dessa maneira, as funções exercidas por intérpretes podem variar em um espectro cujos extremos são:

- O papel de conduto, em que o intérprete limita suas atividades à interpretação.
- O papel de mediador, em que o intérprete pode assistir o usuário de qualquer maneira, durante ou após a sessão e pode explicar mal-entendidos culturais<sup>42</sup>. (BANCROFT, 2015, p. 225, tradução nossa).

Nota-se que o corpus de estudo é composto por materiais que advogam a favor de ambos os escopos de atuação ou de uma posição intermediária.

-	Posição no espectro	Exemplificação	Nome do material/país
31	Intermediária	<i>The interpreter may be <b>able to assist</b> in clarifying misunderstandings, which may result from <b>cultural and linguistic differences</b>, and bridge the communication gap between different cultures and languages.</i>	Community Interpreting Resource Handbook/Canadá
32	Papel de	<i>During an interpreting session,</i>	Community Interpreting

---

<sup>42</sup> The conduit role, where the interpreter restricts his or her activities to interpreting.

The mediator role, where the interpreter may assist the service user in almost any way, during or outside the session, and may also explain cultural misunderstandings.

	conduto	<i>interpreters are <b>not responsible for content and interaction</b>, but they have the right to stop either party and ask clarifying questions to ensure accuracy.</i>	Resource Handbook/Canadá
33	Papel de conduto	<i>The interpreter's duty is <b>solely and exclusively</b> that of an interpreter; that is to say, to <b>verbally communicate</b> messages from one language to another.</i>	Volunteer Interpreter and Translator Training Guide/EUA
34	Papel de mediador	<i>The interpreter's responsibility is to <b>clarify misunderstandings that may be related to cultural differences.</b></i>	Language interpreting and translation: migrant health guide/Reino Unido

O exemplo 31 é ilustrativo do corpus como um todo. Revela que os mesmos materiais que tendem a reconhecer a flexibilidade do papel do intérprete, podem também, em outros trechos, defender posicionamentos predominantemente restritivos sobre o escopo da atividade de tradução. A atuação dos intérpretes como uma assistência expandida para além da linguística, podendo “ajudar” a esclarecer mal-entendidos, na superação de eventuais ruídos de comunicação decorrentes de divergências culturais, se contrapõe a representações que percebem o intérprete como “não sendo responsável pela interação” (n° 32), o que contraria o pressuposto basilar da Sociolinguística Interacional que considera todos os participantes corresponsáveis pelo rumo que a interação toma.

A investigação realizada até o momento permitiu identificar tendências e comportamentos gerais e amplos extraídos do corpus de estudo que, por sua vez, possibilitou vislumbrar como a atividade de tradução, e o profissional por ela responsável, são vistos. Na próxima seção, trataremos de apresentar fatores extralinguísticos que expandirão nossa compreensão sobre os fatores de produção dos materiais e que podem refletir em sua composição discursiva.

### 3.3 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO DE FATORES LINGUÍSTICOS E EXTRALINGUÍSTICOS

Em face das análises realizadas até o momento, cumpre, assim, relacionar os conteúdos provenientes dessas investigações micro linguísticas aos seus contextos de produção. Os quadros abaixo apresentam, respectivamente, as variáveis extralinguísticas que

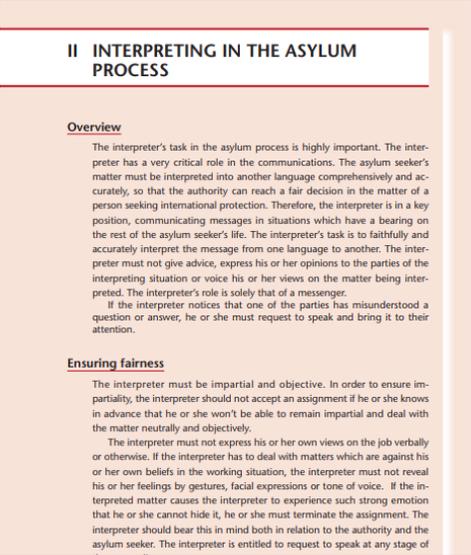
distinguem os materiais que compõem o corpus, e que poderão servir de base para entender a redação e constituição teórica dos guias; e as variáveis linguísticas de fatores micro linguísticos salientes do corpus, obtidos por análises quantitativas (Linguística de corpus) e qualitativas (análise de discurso). Os quadros retomam sinteticamente dados apresentados anteriormente e que servirão para realizar um cruzamento e obter, em caráter preliminar, um entendimento da razão de ser desses materiais de natureza injuntiva, já que pode ser identificada uma correlação entre determinadas características extralinguísticas, que podem, por sua vez, incidir sobre a construção linguística desses materiais.

Quadro 3-Dados de fatores extralinguísticos

<i>Interpreting in humanitarian negotiations: A guide for humanitarian negotiators and interpreters</i>	<b>Equipe envolvida na elaboração</b>	Centre of Competence on Humanitarian Negotiation e Université de Genève, Faculté de Traduction et d'Interprétation
	<b>Tipo de instituição</b>	Agência internacional e Academia
	<b>País de produção/publicação</b>	Suíça
	<b>Objetivo expresso</b>	Visa a oferecer conselhos práticos para negociadores e intérpretes humanitários em como atuar em conjunto para a obtenção de melhores resultados em negociações em contextos humanitários. Esse material reúne os achados de uma pesquisa que o Centre of Humanitarian Competence on Humanitarian Negotiation realizou com negociadores, intérpretes profissionais e amadores.
	<b>Ano de publicação</b>	2021
	<b>Tipo de material</b>	Guia
	<b>Número de páginas</b>	19
	<b>Organização do conteúdo</b>	Perguntas e respostas; tópico explorado por meio de itens redigidos em períodos sintéticos. Os marcadores que formam as listas indicam boas práticas (símbolo verde) e más práticas (símbolo vermelho)
	<b>Forma de acesso</b>	<a href="#">Website</a>

	<b>Layout</b>	<p><b>During a negotiation</b></p> <p>The time has come to conduct the negotiation. Most of the work has been done during the preparation, but there are still some indications to follow.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✔ After introducing themselves, negotiators should also introduce the interpreter. State their independence, neutrality, and confidentiality.</li> <li>✔ Explain that the interpreter is there only to facilitate communication between interlocutors and not intervene in the negotiation, especially if the counterpart has met the interpreter in another capacity.</li> <li>✔ Inform the counterpart that the interpreter will be taking notes to help their work. If they have any concerns about confidentiality, offer to destroy the notes after the negotiation takes place.</li> <li>✔ If the counterpart brings their own interpreter, establish an agreement, e. g., the counterpart's interpreter will interpret what the counterpart says and the organization's interpreter will interpret what the negotiator says.</li> <li>✔ For interpreters: Use the 1st person singular when interpreting what is being said by the interlocutors. Use the 3rd person singular if you need to intervene in your capacity as interpreter, e. g. "The interpreter would like to clarify..."</li> </ul>
<i>Handbook for Interpreters</i>	<b>Equipe envolvida na elaboração</b>	Administrative Appeals Tribunal
	<b>Tipo de instituição</b>	Instituição Pública
	<b>País de produção/publicação</b>	Austrália
	<b>Objetivo expresso</b>	Estabelece as exigências funcionais sobre intérpretes que atuam junto ao órgão, fornece informações sobre o trabalho da instituição, aspectos procedimentais e descreve o papel e as responsabilidades de intérpretes. Recomenda-se a leitura conjunta do Código de Ética de Intérpretes e Tradutores da Austrália. A agência é responsável por reexaminar julgamentos em matéria de cidadania australiana, pensão, previdência social, vistos para migrantes e refugiados, entre outras matérias.
	<b>Ano de publicação</b>	2020
	<b>Tipo de material</b>	Manual
	<b>Número de páginas</b>	42
	<b>Organização do conteúdo</b>	Divisão por capítulos intitulados que se concretizam em listas enumeradas e com diferentes marcadores.
	<b>Forma de acesso</b>	<a href="#">Website</a>

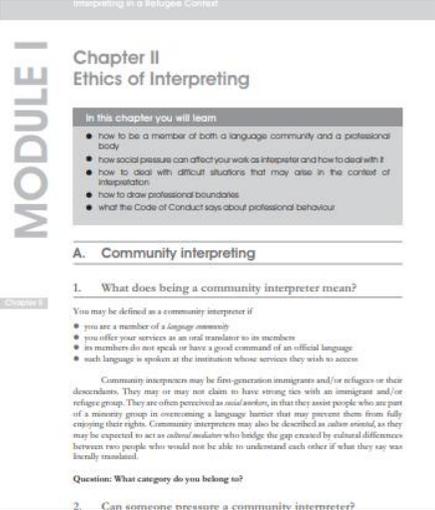
	<b>Layout</b>	<p><b>Part 1: The role and responsibilities of interpreters</b></p> <p><b>Your role</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Your role at the AAT is to interpret at a hearing or at one of our case management proceedings. We must appoint an interpreter if a party is not sufficiently proficient in English. We may appoint a signing interpreter if the party is hearing impaired or speech impaired. We arrange and pay for the interpreter.</li> <li>2. In some instances, a party may indicate that he or she does not wish to have an interpreter present. In such cases, the Tribunal may request you to be on 'stand-by'. That is, the Tribunal may request that you be present at the proceeding to interpret if the Tribunal considers the party is not sufficiently proficient in English.</li> <li>3. Where a party's command of English is good, the Tribunal may decide to conduct the proceeding entirely in English with you assisting if the party has difficulty understanding certain terms or expressions. The Tribunal will seek to avoid conducting the proceeding partly in English and partly in the party's language as this may lead to confusion.</li> <li>4. It is not your role to translate documents at the proceeding. However, the Tribunal may occasionally request you to make a sight translation of a minor part (e.g. a date or name) of a document submitted by a party at the proceeding. If you are not an accredited translator, you may be asked to make a professional judgment on the difficulty of the relevant parts of the document for you to sight translate.</li> </ol> <p><b>Professional standards</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>5. Our statutory obligations will only be met if the interpreting service provided by us is adequate and competent in all circumstances. You therefore play a critical role in the review process. For this reason: <ul style="list-style-type: none"> <li>• you should abide by the Australian Institute of Interpreters and Translators' (AUSIT) Code of Ethics. The full code is available at <a href="http://www.ausit.org">www.ausit.org</a></li> <li>• we prefer to use interpreters who hold formal qualifications.</li> </ul> </li> <li>6. Following a proceeding, we may provide feedback on your performance as an interpreter to the provider through whom you were booked.</li> </ol> <p><b>Preparing for an assignment</b></p>
<i>Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters</i>	<b>Equipe envolvida na elaboração</b>	Finnish immigration service; ERF (European Refugee Fund); Refugee Advice Centre
	<b>Tipo de instituição</b>	Instituição Pública
	<b>País de produção/publicação</b>	Finlândia
	<b>Objetivo expreso</b>	Fornece informações sobre os estágios envolvidos no processo para reconhecimento da condição de refugiado e visa a informar intérpretes sobre o processo de refúgio e as questões relacionadas à atividade de tradução.
	<b>Ano de publicação</b>	2010
	<b>Tipo de material</b>	Guia
	<b>Número de páginas</b>	60
	<b>Organização do conteúdo</b>	Capítulos que se desenvolvem a partir de uma temática, que se desdobra em parágrafos de extensão razoável.
	<b>Forma de acesso</b>	<a href="#">Website</a>

	<b>Layout</b>	 <p><b>II INTERPRETING IN THE ASYLUM PROCESS</b></p> <p><b>Overview</b></p> <p>The interpreter's task in the asylum process is highly important. The interpreter has a very critical role in the communications. The asylum seeker's matter must be interpreted into another language comprehensively and accurately, so that the authority can reach a fair decision in the matter of a person seeking international protection. Therefore, the interpreter is in a key position, communicating messages in situations which have a bearing on the rest of the asylum seeker's life. The interpreter's task is to faithfully and accurately interpret the message from one language to another. The interpreter must not give advice, express his or her opinions to the parties of the interpreting situation or voice his or her views on the matter being interpreted. The interpreter's role is solely that of a messenger.</p> <p>If the interpreter notices that one of the parties has misunderstood a question or answer, he or she must request to speak and bring it to their attention.</p> <p><b>Ensuring fairness</b></p> <p>The interpreter must be impartial and objective. In order to ensure impartiality, the interpreter should not accept an assignment if he or she knows in advance that he or she won't be able to remain impartial and deal with the matter neutrally and objectively.</p> <p>The interpreter must not express his or her own views on the job verbally or otherwise. If the interpreter has to deal with matters which are against his or her own beliefs in the working situation, the interpreter must not reveal his or her feelings by gestures, facial expressions or tone of voice. If the interpreted matter causes the interpreter to experience such strong emotion that he or she cannot hide it, he or she must terminate the assignment. The interpreter should bear this in mind both in relation to the authority and the asylum seeker. The interpreter is entitled to request to speak at any stage of</p>
<i>Procedural Standards for Refugee Status Determination under UNHCR's Mandate Chapter 2 Interpretation in: UNHCR RSD Procedures</i>	<b>Equipe envolvida na elaboração</b>	United Nations High Commissioner for Refugees
	<b>Tipo de instituição</b>	Agência internacional
	<b>País de produção/publicação</b>	N.E
	<b>Objetivo expresso</b>	O material é capítulo de uma série de normas que fornecem diretrizes em relação aos procedimentos do ACNUR para determinar o reconhecimento da condição de refugiado com base em solicitações individuais.
	<b>Ano de publicação</b>	2020
	<b>Tipo de material</b>	Diretrizes
	<b>Número de páginas</b>	14
	<b>Organização do conteúdo</b>	Tópicos que são desenvolvidos no capítulo em parágrafos de extensão razoável.

	<b>Forma de acesso</b>	<a href="#">Website</a>
	<b>Layout</b>	<p><b>2.5.6 Impartiality of UNHCR Interpreters</b></p> <p>The impartial and neutral role of the interpreter should be maintained throughout the RSD process. The following guidelines need to be observed by all UNHCR staff and interpreters:</p> <p><b>STANDARDS &amp; GUIDELINES</b></p> <p><b>GUIDELINES TO PRESERVE THE IMPARTIALITY AND QUALITY OF INTERPRETATION</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Interpreters should interpret verbatim, fully and accurately all communications between the Eligibility Officer and the Applicant, and promptly inform the Eligibility Officer and Applicant where precise interpretation is not possible.</li> <li>▶ Eligibility Officers should not call upon interpreters to assess the credibility of an Applicant's account, or to investigate or comment on the reliability of evidence provided by an Applicant, except as it relates to the use of language and dialect by the Applicant. In this regard, the interpreter's input should generally be limited to issues arising in the interpretation process, such as explaining the cultural meaning of a word or other nuances in the language, as well as indicating where a term or a phrase does not have an exact equivalent in the language of interpretation. Where information regarding the Applicant's language or dialect brings into question the Applicant's asserted nationality, ethnicity, place of origin, or other material fact, this should generally prompt further examination of the relevant aspect of the Applicant's account and the credibility of the particular fact should be assessed in light of all the available evidence.</li> <li>▶ Interpreters should not allow personal biases or cultural factors to influence the quality of interpretation, and should at all times treat Applicants with dignity and respect and maintain a professional attitude.</li> <li>▶ Interpreters should never engage in advocacy or intervene with UNHCR on behalf of Applicants nor should they seek to undermine Applicants' claims.</li> <li>▶ UNHCR interpreters should not accept requests to meet with asylum-seekers and refugees outside of UNHCR Office, or engage in any other exchange that could affect their impartiality in UNHCR RSD procedures. If there are urgent circumstances where the interpreter's assistance is required outside the UNHCR office in connection with the Applicant's claim, the interpreter must obtain prior written authorization from the appropriate UNHCR staff member.</li> <li>▶ Interpreters should be instructed to promptly notify the UNHCR staff member to whom they provide services, or the RSD Supervisor if appropriate, of any factors which could be perceived to affect the interpreter's impartiality, including previous personal knowledge of, or contact with, an asylum-seeker, or another potential conflict of interest, as well as threats or offers of bribery received by the interpreter.</li> </ul>
<i>Interpreter Handbook</i>	<b>Equipe envolvida na elaboração</b>	Immigration and Refugee Board of Canada
	<b>Tipo de instituição</b>	Instituição Pública
	<b>País de produção/publicação</b>	Canadá
	<b>Objetivo expresso</b>	Fornecer informação básica sobre o órgão de migração do Canadá e as funções do intérprete nele.
	<b>Ano de publicação</b>	2017
	<b>Tipo de material</b>	Manual
	<b>Número de páginas</b>	15
	<b>Organização do conteúdo</b>	Capítulos desenvolvidos por meio de parágrafos, tabelas e lista de itens.

	<p><b>Forma de acesso</b></p>	<p><a href="#">Website</a></p>
	<p><b>Layout</b></p>	<p><b>2.0 The IRB and Interpreters</b></p> <p><b>2.1 When does the IRB require the help of interpreters?</b> Canadian law recognizes the right for everyone to a fair hearing. Therefore, the IRB provides interpretation for any party who does not understand or speak any of the two official languages used in IRB proceedings.</p> <p><b>2.2 How can I provide interpretation services to the IRB?</b> To provide interpretation services to the IRB, you must successfully pass an accreditation test. Non-accredited interpreters may be retained in very exceptional circumstances and only where it is necessary to safeguard the fundamental rights of the subject of the proceedings. This may happen in cases where the individual appearing before the IRB only speaks a very rare language or dialect. You must also consent to and pass a security screening.</p> <p><b>2.3 What is the role of an interpreter at the IRB?</b> The role of an interpreter at the IRB is to provide a clear channel of communication between decision-makers and the individuals appearing before the IRB with culturally, linguistically diverse backgrounds. In addition to overcoming the barrier of language between IRB decision-makers and IRB clients, the interpreter plays a key role in helping the IRB perform its core mandate: making well-reasoned decisions on immigration and refugee matters, efficiently, fairly and in accordance with the law.</p>
<p><i>Guidelines for working with interpreters for counselling &amp; health care staff working with refugees</i></p>	<p><b>Equipe envolvida na elaboração</b></p>	<p>NSW Health Care Interpreter Services, NSW Refugee Service, STARTTS (Service for the Treatment and Rehabilitation of Torture and Trauma Survivors)</p>
	<p><b>Tipo de instituição</b></p>	<p>Instituição pública e organização não governamental, respectivamente</p>
	<p><b>País de produção/publicação</b></p>	<p>Austrália</p>
	<p><b>Objetivo expresso</b></p>	<p>Visa fornecer um panorama útil sobre aspectos a serem considerados a se trabalhar com intérpretes.</p>
	<p><b>Ano de publicação</b></p>	<p>2011</p>
	<p><b>Tipo de material</b></p>	<p>Diretrizes</p>
	<p><b>Número de páginas</b></p>	<p>2</p>
	<p><b>Organização do conteúdo</b></p>	<p>Títulos que se desdobram em uma série de listas sobre os tópicos abordados.</p>
	<p><b>Forma de acesso</b></p>	<p><a href="#">Website</a></p>

	<b>Layout</b>	   <p style="text-align: center;"><b>GUIDELINES FOR WORKING WITH INTERPRETERS</b> for counselling &amp; health care staff working with refugees</p> <p><b>1. Introduction</b> To work with newly arrived refugees you need to be able to work with interpreters. Unless you speak a relevant community language. As NSW receives approximately 30% of all refugees settling in Australia it is likely that you will work with refugees parents at some stage, even if you are not working at a specialist refugee agency.</p> <p>A reliable assessment of non-English speaking people cannot be made without a professional interpreter – regardless of a clinician's skills in determining a client's system's needs, strengths and abilities. Family or friends should not be used as interpreters because their personal relationship and their proficiency with language (and medical jargon in particular) can influence what is being interpreted.</p> <p><b>2. Using an interpreter with refugee clients vs. using an interpreter with migrants</b> Many of the basic skills are similar, but because the client and often the interpreter have survived war or organised violence there are some extra considerations.</p> <p>Experiences of human rights violations can impact on a person's ability to trust others. This will be exacerbated if:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>the interpreter belongs to the ethnic, political or religious group that persecuted their client, or parent's, or grandparents;</li> <li>the client thinks that what they say to you will be spread among their community;</li> <li>they fear that the interpreter might inform the government of their home country about political opinions they make – getting friends and family at home in danger.</li> </ul> <p>Other differences relate to the extra pressure which can be placed on the interpreter due to the traumatic events which they survived in the conflict, or the war, or the flight, or the arrival and housing of the client, or to their cultural background. They may experience miscommunication from their interpreting work with the client group. In addition, as with all health professionals, the interpreter has their own reaction to the client and to what is discussed which could be largely described as 'countertransference' (Gleiser and Ethel, 2012).</p> <p>Health professionals working with refugees need to be aware of strategies that build the patient's trust and support the interpreter. This paper highlights some of the issues you should be aware of.</p> <p><b>3. Tips for working with interpreters:</b></p> <p><b>Organising an interpreter</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Ask if the client has any preferences for an interpreter (by a particular ethnicity, religion or gender) but be aware that gender preferences may not always be met.</li> <li>If you work for the health service, you will have Health Care Interpreter available. Otherwise, use the Translating and Interpreting Service (TIS) Tel: 131500 655 030.</li> <li>Organise the interpreter as early as possible to give the interpreter services time to organise a suitable person. Some communities have a shortage of interpreters.</li> <li>Allow sufficient time for a brief meeting with the interpreter before and after the interview to discuss the case and to allow for interpreter debriefing as required.</li> </ul> <p><b>Before the interview</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Begin to build a trusting, respectful relationship with the interpreter.</li> <li>Brief the interpreter before the client arrives on the type of interview, and how you would like the interpretation – done (i.e. simultaneous or consecutive).</li> <li>Let the interpreter know that the sessions could be distressing and that this is a common reaction that can be worked through.</li> <li>Average waiting to facilitate communication between the client and yourself.</li> </ul>
<i>Interpreting in a Refugee Context</i>	<b>Equipe envolvida na elaboração</b>	Division of International Protection Services of the United Nations High Commissioner for Refugees
	<b>Tipo de instituição</b>	Agência internacional
	<b>País de produção/publicação</b>	Suíça
	<b>Objetivo expresso</b>	Visa a familiarizar intérpretes com os princípios e técnicas da interpretação, ser usado como material de referência por funcionários de campo do ACNUR e assistir membros do ACNUR que precisam de intérpretes para suas operações e para desenvolver sessões de formação.
	<b>Ano de publicação</b>	2009
	<b>Tipo de material</b>	Manual de auto-estudo
	<b>Número de páginas</b>	112
	<b>Organização do conteúdo</b>	Capítulos, cujos títulos estão em formato de perguntas, desenvolvidos em parágrafos de extensão razoável.
<b>Forma de acesso</b>	<a href="#">Website</a>	

	<b>Layout</b>	 <p>The screenshot shows a document titled 'Ethics of Interpreting' under 'MODULE I'. It lists learning objectives such as 'how to be a member of both a language community and a professional body', 'how social pressures can affect your work as interpreter', 'how to deal with difficult situations', 'how to draw professional boundaries', and 'what the Code of Conduct says about professional behaviour'. It also includes a section 'A. Community interpreting' with a sub-section '1. What does being a community interpreter mean?' and a definition of a community interpreter.</p>
<i>Interviewing - Working with an interpreter</i>	<b>Equipe envolvida na elaboração</b>	U.S Citizenship and Immigration services, Refugee, Asylum, and International Operations Directorate (RAIO)
	<b>Tipo de instituição</b>	Instituição Pública
	<b>País de produção/publicação</b>	EUA
	<b>Objetivo expresso</b>	Descreve o papel e as responsabilidades de intérpretes e como se comunicar de forma eficaz com auxílio desses profissionais.
	<b>Ano de publicação</b>	2019
	<b>Tipo de material</b>	Módulo de formação
	<b>Número de páginas</b>	49
	<b>Organização do conteúdo</b>	Material é dividido por capítulos, desenvolvidos com parágrafos de extensão razoável, tabelas e listas com exemplos de comportamentos, estratégias e situações.
<b>Forma de acesso</b>	<a href="#">Website</a>	

	<b>Layout</b>	<p><a href="#">Supplement – 7, Asylum Adjudications Supplement – 9</a>). This includes guidance on stopping the interview, rescheduling the interview, providing written notice if applicable, stopping the “clock” (in the Asylum context), etc.</p> <p><b>5 FACTORS THAT MAY AFFECT THE ACCURACY OF INTERPRETATION AT THE INTERVIEW</b></p> <p>There are a number of reasons why the quality and accuracy of interpretation at an interview may be impaired. These reasons are outlined below. It is important that you are aware of these factors and their impact on the interpretation during the interview in order to mitigate, as much as possible, any negative impact on the communication between you and the interviewee.</p> <p><b>5.1 Interpreters at the Interview are Often Not Professionally Trained</b></p> <p>The interpreter may or may not have had professional training as an interpreter or experience interpreting or translating. Even if an interpreter has prior experience interpreting or translating, he or she may not fully understand the role of an interpreter and how to best interpret during an interview in the RAAD context.</p> <p><b>5.2 The Interpreter and the Interviewee May Not Have Met Prior to the Interview</b></p> <p>In some cases, the interviewee and interpreter may be meeting for the first time at the interview. Therefore, the interviewee and interpreter may be unfamiliar with one another’s accent, pronunciation, mannerisms, etc. Generally, the less familiar an interpreter is with the interviewee, the more challenging it is for the interpreter to interpret. There may be several ways of interpreting a particular word or phrase, some of which may be more appropriate to a particular situation. (Think of a thesaurus, which lists numerous synonyms for one word.) When interpreting, the interpreter chooses his or her words in a “split second.” Once the interpreter has chosen the words to use, it may be difficult later for him or her to change or correct the choice of words. If an interpreter is familiar with the interviewee as well as the interviewee’s country and culture, the interpreter will be more capable to make those split second determinations to interpret particular words or phrases. Conversely, the less time an interpreter has spent with an interviewee, the more challenging it will be for the interpreter to accurately make these decisions.</p> <p>On the other hand, an interpreter who knows the interviewee and his or her culture and background may think he or she knows in advance what the interviewee is going to say, and may not listen as intently as an interpreter who does not know the interviewee.</p> <p><b>5.3 The Interpreter May Not be Sufficiently Competent in English</b></p>
<i>Language interpreting and translation: migrant health guide</i>	<b>Equipe envolvida na elaboração</b>	Office for Health Improvement and Disparities
	<b>Tipo de instituição</b>	Instituição pública
	<b>País de produção/publicação</b>	Reino Unido
	<b>Objetivo expresso</b>	Guia para profissionais da saúde sobre as necessidades de pacientes migrantes.
	<b>Ano de publicação</b>	2017
	<b>Tipo de material</b>	Guia
	<b>Número de páginas</b>	7
	<b>Organização do conteúdo</b>	Títulos que se desdobram em parágrafos ou na organização de informações por meio de listas.
	<b>Forma de acesso</b>	<a href="#">Website</a>

	<b>Layout</b>	<p><b>What is language interpreting and translation?</b></p> <p>Language interpreting is the conversion of one spoken language into another. Language translation is the conversion of one written language into another.</p> <p>Interpreting and translation can also be used in the context of signed languages and tactile writing systems like Braille.</p> <p>A person with good conversational fluency in English may not be able to understand, discuss or read health-related information proficiently in English. They may be reluctant to request or accept professional interpreting and translation services due to fear of costs, inconvenience, or concerns about confidentiality.</p> <p>General Medical Council guidance states that all possible efforts must be made to <a href="https://www.gmc-uk.org/gmpaction/case-studies/amber/case-notes/">ensure effective communication with patients</a> (<a href="https://www.gmc-uk.org/gmpaction/case-studies/amber/case-notes/">https://www.gmc-uk.org/gmpaction/case-studies/amber/case-notes/</a>). This includes arrangements to meet patients' communication needs in languages other than English because language is very important to providing optimal patient care. Working with language interpreters and translators can reduce communication barriers between practitioner and patient. It has been shown to improve safety with respect to diagnosis and prescription.</p> <p>If a patient requires interpreting and translation to access appointments and health-related information, they will also likely require interpreting and translation services for other communications with health services. This includes booking, cancelling and rescheduling appointments, and reading appointment letters. Migrant patients experiencing language barriers may not know how to initiate contact with a health service via an interpreter. They may be detrimentally impacted by health service policies that discharge patients from a service if they do not initiate contact with the service to arrange or cancel appointments.</p> <p><b>Language interpreting general principles</b></p> <p>Where language is a problem in discussing health matters, <a href="https://www.england.nhs.uk/publication/guidance-for-commissioners-interpreting-and-translation-services-in-primary-care/">NHS England</a> (<a href="https://www.england.nhs.uk/publication/guidance-for-commissioners-interpreting-and-translation-services-in-primary-care/">https://www.england.nhs.uk/publication/guidance-for-commissioners-interpreting-and-translation-services-in-primary-care/</a>) and <a href="http://www.healthscotland.scot.nhs.uk/publications/interpreting-communication-support-and-translation-national-policy/">NHS Scotland</a> (<a href="http://www.healthscotland.scot.nhs.uk/publications/interpreting-communication-support-and-translation-national-policy/">http://www.healthscotland.scot.nhs.uk/publications/interpreting-communication-support-and-translation-national-policy/</a>) guidance stipulate that a professional interpreter should always be offered, rather than using family or friends to interpret.</p> <p>Working with professional interpreters will:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• ensure accuracy and impartiality of interpreting</li> <li>• minimise local risk of misinterpretation of important clinical information (for example</li> </ul>
<i>Community Interpreting Resource Handbook</i>	<b>Equipe envolvida na elaboração</b>	Immigrant Services Association of Nova Scotia
	<b>Tipo de instituição</b>	Instituição Pública
	<b>País de produção/publicação</b>	Canadá
	<b>Objetivo expresso</b>	Descreve a história, as tendências e as práticas da interpretação comunitária, apresentando informações teóricas e práticas. Fornece informações sobre como trabalhar de forma eficaz com intérpretes em ambientes de prestação de serviços, voltado para prestadores de serviços e também para intérpretes.
	<b>Ano de publicação</b>	2016
	<b>Tipo de material</b>	Manual
	<b>Número de páginas</b>	95
	<b>Organização do conteúdo</b>	Divisão por capítulos que são concretizados em parágrafos de extensão razoável.
	<b>Forma de acesso</b>	<a href="#">Website</a>

	<b>Layout</b>	<p><b>Chapter II</b></p> <p><b>Community Interpretation</b></p> <p>Community interpreting is a very distinguished field compared to other types of interpreting. It came into existence as a response to existing gaps in accessing and delivering interpretation services in immigrant and refugee languages. Nowadays community interpreting is a well-established service field in Canada that has become an integral part of the services provided to newcomers. It has become a proven and effective bridge, a resource to accessing needed services.</p> <p><b>Community Interpreting</b></p> <p>The community interpreting sector is the backbone of public services to Canada's culturally and linguistically diverse populations. It ensures equal access to public services for linguistic and diverse groups. Across Canada both non-profit and for-profit interpreting service providing agencies assist publicly funded services (healthcare, community services, legal settings, educational institutions, and social services) to deliver services to clients who have limited language proficiency. There are five distinctive community interpreting fields in Canada:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Settlement/Immigration Interpretation</li> <li>• Health Interpretation</li> <li>• Mental Health Interpretation</li> <li>• Legal and Court Interpretation</li> <li>• Social Services Interpretation</li> </ul>
<i>Volunteer Interpreter and Translator Training Guide</i>	<b>Equipe envolvida na elaboração</b>	HIAS (Hebrew Immigrant Aid Society)
	<b>Tipo de instituição</b>	Organização não governamental financiada
	<b>País de produção/publicação</b>	EUA
	<b>Objetivo expresso</b>	N.E
	<b>Ano de publicação</b>	N.E
	<b>Tipo de material</b>	Guia
	<b>Número de páginas</b>	28
	<b>Organização do conteúdo</b>	Capítulos que desenvolvem a partir de uma temática e que se desdobram em parágrafos de extensão razoável.
<b>Forma de acesso</b>	<a href="#">Website</a>	

	<b>Layout</b>	 <p style="text-align: center;"><b>Roles and Responsibilities of Volunteer Interpreters</b></p> <p><b>Introductions:</b> When providing interpretation, it is important to first make clear to all parties involved what your role is in the conversation. Start by introducing yourself as the volunteer interpreter who will facilitate the dialogue and interpret all that is said. During introductions, it may be helpful to take note of the speaker's accents, dialects, or mannerisms, for they may inform the decisions you make when interpreting.</p> <p><b>Position Yourself:</b> It is best to avoid a triangular configuration, in which the provider and client primarily speak to the interpreter rather than to each other. Instead, you should try to position yourself in a way that physically minimizes your presence in the conversation, as a means of creating more direct communication between the provider and client. In other words, your positioning should prevent side conversations from developing between you and the client or provider.</p> <p><b>Voice and Accuracy:</b> As the interpreter you are representing the speaker. For this reason, it is important to stay consistent with the voice used by the speaker. For example, if the speaker uses the first person, your interpretation must remain in the first person. While it is essential that you interpret all that is said, accurate interpreting does not always mean giving a literal, word for word, translation. Interpreting the meaning of what was said should be the interpreter's focus. For example, you may want to avoid literal translations of idioms that do not exist from one language to the other, and instead attempt to find equivalent phrases in the target language.</p> <p><b>Ensure Comprehension:</b> You should always be mindful of ensuring the listener's comprehension. If you realize that the client or provider has misunderstood something you have interpreted, you should repeat it or rephrase it until it has been clearly understood. Additionally, cultural context should be given to the provider and/or client when appropriate. Some literal interpretations may not properly convey the intended meaning of the speaker unless accompanied by an explanation of the cultural basis of what was said.</p> <p><b>Note-Taking:</b> Relying on memory may be risky, especially when you are tired. By taking notes, you can stay focused on the meaning of what is being said rather than just translating the words. It will also allow each speaker to talk more freely without constantly stopping to be interpreted. Frequent interruption and switching between languages upsets the flow of thought and often hampers the logic and clarity of the speaker's ideas. Choppy statements reflect poorly on both the speaker and the interpreter. Note taking can also help you to report accurately all the information provided and in the same order as the original statement. This ensures continuity and precision.</p>
<i>Guidance: Code of conduct: interpreters working for UK Visas and Immigration</i>	<b>Equipe envolvida na elaboração</b>	Home Office
	<b>Tipo de instituição</b>	Instituição Pública
	<b>País de produção/publicação</b>	Reino Unido
	<b>Objetivo expresso</b>	Visa a explicar o papel e as expectativas de intérpretes a esses mesmos profissionais e a oficiais que atuam no órgão.
	<b>Ano de publicação</b>	2021
	<b>Tipo de material</b>	Código de conduta
	<b>Número de páginas</b>	20
	<b>Organização do conteúdo</b>	Divisão por capítulos que tomam a forma de parágrafos sintéticos.
<b>Forma de acesso</b>	<a href="#">Website</a>	

## Layout

### Interpreting

During an assignment, the Interviewing Officer is responsible for managing the interview, therefore the interpreter must follow any guidelines given, only asking the questions they have been asked to interpret and only communicating with the customer as instructed.

The following guidance covers interpreters conduct during the interview:

- Interpreters must be in a fit state to interpret effectively throughout the interview
- Interpreters must speak slowly and clearly
- Interpreters must not question the content of the interview
- Interpreters must be aware that they will be interpreting for vulnerable customers and must behave accordingly
- It is important to remember that the Interviewing Officer will be relying entirely on the interpreted version of the account given by the customer and may draw conclusions about the customer's credibility - accurate interpretation is essential to enable fair and accurate decisions
- Interpreters must retain every element of information that was contained in the original message and interpret in as close to verbatim as English allows
- Interpreters must not try to anticipate what the interviewer or customer is trying to say or give an answer different from the one being provided
- Interpreters must spell out names or unusual words said by the Interviewing Officer or customer
- Interpreters must inform the Interviewing Officer immediately if they have any difficulty in interpreting
- Interpreters must remain calm, especially if they hear unpleasant or controversial evidence - their duty is to remain professionally detached from what they are interpreting
- Interpreters must use direct speech when interpreting - they must not say "he said..." this must be interpreted as "I..."
- Interpreters must interpret language which may be offensive - for cultural reasons, obscenities may be difficult to translate - in this case they must look for the closest equivalent
- Interpreters must not interrupt the progress of the interview other than to make a correction to the interpretation, request clarification, resolve a misunderstanding or draw attention to any distractions
- Interpreters must confirm they are interpreting the correct language and/or dialect at the beginning of the interview, any differences in language or dialect being interpreted must be raised with the Interviewing Officer at the earliest opportunity
- Interpreters must not ask the customer what they mean by a particular answer - they must ask the Interviewing Officer's permission to ask the customer to repeat or clarify
- Interpreters must not show emotions - the only reactions they must express are those of the customer
- Any notes which are made during the interview must be passed to the Interviewing Officer at the end of the interview

Quadro 4- Quadro com dados com categorias de fatores linguísticos analisados

Categorias de análise de variáveis linguísticas	Itens analisados	Exemplificação	Material
Qualificadores (Adjetivos e advérbios)	<i>Accuracy; accurate; accurately</i>	<i>Your role is to <b>accurately</b>, directly and fully interpret what is said during the course of the proceeding.</i>	Handbook for Interpreters/Austrália
	<i>Neutral; neutrality; neutrally.</i>	<i>You should always be objective, <b>neutral</b> and impartial.</i>	Handbook for Interpreters/Austrália
	<i>Impartial; impartiality; impartially</i>	<i>The <b>impartial</b> and <b>neutral</b> role of the Interpreter should be maintained throughout the RSD process.</i>	Interpretation in UNHCR RSD Procedures/ N. E
	<i>Faithful; faithfully</i>	<i>Competent interpreters give a <b>faithful</b>, accurate, and complete interpretation of the message.</i>	Community Interpreting Resource Handbook/Canadá
Verbos modais (imperativo)	<i>must</i>	<i>Interpreters <b>must</b> strive to render all messages in their entirety, as accurately as possible and to the best of their abilities, without addition, distortion, embellishment, or omission.</i>	Community Interpreting Resource Handbook /Canadá
	<i>should</i>	<i>Interpreters <b>should</b> become familiar with terminology related to the topics and subject matter they are asked to do an interpretation for.</i>	Community Interpreting Resource Handbook/Canadá
	<i>shall</i>	<i>The interpreter <b>shall</b> aim to provide a comprehensive interpretation without omissions or undue additions.</i>	Interpretation in the Asylum Process: Guide for

			interpreters/Finlândia
<b>Substantivos relacionados ao papel do intérprete</b>	<i>Interpreter's role</i>	<i>An <b>interpreter's role</b> is to facilitate communication between two parties by relaying accurately and completely everything that is said</i>	<i>Handbook for Interpreters/Austrália</i>
	<i>Interpreter's task</i>	<i>The <b>interpreter's task</b> is to faithfully and accurately interpret the message from one language to another.</i>	<i>Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/Finlândia</i>
<b>Posição no espectro de Bancroft (2015)</b>	Papel de mediador	<i>The interpreter's responsibility is <b>to clarify misunderstandings that may be related to cultural differences.</b></i>	Language interpreting and translation: migrant health guide/Reino Unido
	Intermediário	<i>The interpreter may be <b>able to assist in clarifying misunderstandings, which may result from cultural and linguistic differences, and bridge the communication gap between different cultures and languages.</b></i>	Community Interpreting Resource Handbook/Canadá
	Papel do conduto	<i>The interpreter's duty is <b>solely and exclusively</b> that of an interpreter; that is to say, to <b>verbally communicate</b> messages from one language to another.</i>	Volunteer Interpreter and Translator Training Guide/EUA

Em complemento aos quadros acima, uma contextualização geral sobre os ambientes de produção dos manuais é necessária para compreender de que forma tais fatores potencialmente afetam a formação e, por conseguinte, a atuação de intérpretes. Isto é, em que medida as observações entre variáveis linguísticas e extralinguísticas podem ser interpretadas a partir de um entendimento sobre a situação, seja migratória ou em termos de políticas linguísticas, de um país.

No Canadá, por exemplo, devido ao bilinguismo reconhecido e oficializado do país, as atividades de tradução e interpretação ocorrem corriqueiramente. O *Translation Bureau*<sup>43</sup>, por exemplo, é um órgão do governo canadense responsável por colaborar com outras agências, comissões e autoridades em matérias relacionadas à tradução de documentos legislativos, à interpretação e à terminologia. O órgão auxilia o governo canadense nas comunicações em inglês e francês, línguas estrangeiras, indígenas e línguas de sinais. A postura do governo canadense aponta para o reconhecimento da tradução em diversas instâncias públicas como ferramenta de acessibilidade. O órgão<sup>44</sup> é considerado um dos mais importantes centros de especialização em tradução do mundo e oferece serviços linguísticos para o parlamento, o judiciário e os órgãos federais.

Embora não faça parte do *Translation Bureau*, o ISANS (*Immigrant Services Association of Nova Scotia*), uma das agências cujo manual (*Community Interpreting Resource Handbook*) compõe o corpus de estudo, é uma agência financiada pelo governo canadense e presta serviços linguísticos e oportunidades de emprego à população migrante. Segundo esse manual, a agência assume o compromisso de que cada voluntário que atua como intérprete receba formação e assistência para que a interação mediada ocorra de maneira “clara” (*to ensure communication is clear*). Dessa maneira, a agência, alinhada com a tradição tradutória de um país reconhecidamente bilíngue, reafirma o papel da interpretação para a garantia de uma “comunicação eficaz” (*effectiveness of communication*).

---

<sup>43</sup> Justice Laws Website. Translation Bureau Act. Disponível em <https://laws-lois.justice.gc.ca/eng/acts/T-16/FullText.html> Acesso em 16 de dezembro de 2022

<sup>44</sup> Study on the Translation Bureau. Disponível em: <https://www.ourcommons.ca/DocumentViewer/en/42-1/LANG/report-2/page-27>. Acesso em 16 de dezembro de 2022.

Outra agência governamental que oferece serviços de interpretação é a *Immigration and Refugee Board Interpreter's Unit (IRB)*, cujo manual (*Interpreter Handbook*) também configura no corpus de estudo. A IRB estabelece alguns condicionantes para aqueles que desejam atuar como intérpretes, tais como cidadania canadense ou visto de residente permanente, 2º grau completo, recomendação profissional, anuência às regras dispostas no Código de Conduta de Intérpretes (*Code of Conduct for Interpreters*) e aprovação em uma prova de certificação. Esse mesmo código, cuja observância é obrigatória por intérpretes, duplica algumas das exigências encontradas no manual da IRB, como a de que

Intérpretes contratados deverão interpretar ou traduzir fiel e precisamente o que for enunciado na língua-fonte para a língua-alvo, considerando primeiramente o sentido e depois o estilo, sem quaisquer paráfrases, embelezamentos, omissões, explicações, opiniões, usando a mesma pessoa do discurso usada na língua-fonte, juntamente com o equivalente natural mais próximo da língua-fonte<sup>45</sup> (*Immigration and Refugee Board of Canada*<sup>46</sup>, tradução nossa).

A essa norma de tradução precisa, o código também adiciona passagens sobre a necessidade de intérpretes serem objetivos e imparciais. As exigências inscritas no código de conduta se manifestam no manual presente no corpus de estudo em passagens como:

*“The role of an interpreter at the IRB is to provide a **clear channel** of communication between decision-makers and the individuals appearing before the IRB.”*

*“An Interpreter must be **objective and impartial**. Your role is to provide interpretation.”*

*“Interpret only the **words** you have been asked to interpret.”*

Percebe-se, por meio da análise dos trechos acima, extraídos do manual da IRB (*Interpreter Handbook*), e de passagens previamente descritas retiradas do *Community*

---

<sup>45</sup> INTERPRETER SERVICE CONTRACTORS shall take all reasonable care to faithfully and accurately interpret or translate what is stated in the source language into the target language, having regard primarily to meaning and secondarily to style, without any paraphrasing, embellishment, omission, explanation, or expression of opinion, using the same person as in the source language and the closest natural equivalent of the source language.

<sup>46</sup> Immigration and refugee board of Canada Code of Conduct for interpreter service contractors. Disponível em: <https://irb.gc.ca/en/interpreters/Pages/SiscccCtcesi.aspx#AppB>. Acesso em 18 de dezembro de 2022.

*Interpreting Resource Handbook*, que as diretrizes defendidas por tais manuais limitam, de certo modo, a atividade do intérprete à tarefa de tradução, seja de “palavras” ou “mensagens”. As mesmas agências defendem também conformidade a um conjunto de regras inscritas em códigos de conduta que, por sua vez, advogam em favor de comportamentos imparciais e neutros, por parte de intérpretes. Os excertos nº 15 e 30 dos manuais em questão enfatizam a importância da integridade das mensagens, que não devem sofrer alterações de qualquer natureza e da fidelidade para com a mensagem original. No entanto, se por um lado, o excerto nº 32 demonstra o escopo restrito de atuação do intérprete, por outro, o excerto nº 31 expande as funções que um intérprete pode vir a desempenhar, isto é, o de esclarecer mal-entendidos oriundos de diferenças culturais.

A postura em relação às práticas linguística e tradutória de um país multilíngue como o Canadá pode ser identificada na existência de órgãos como os citados acima e também de muitas outras agências direta ou indiretamente relacionadas ao governo canadense que prestam serviços linguísticos (Cf. INDUSTRY CANADA, 2007). No entanto, para Malli e Sasso (2014, p. 42), a interpretação comunitária mudou de configuração no Canadá a partir da década de 1980 e, apesar de os setores públicos reafirmarem a essencialidade da tradução, o campo da interpretação comunitária continua à margem das políticas públicas. A partir da década de 1990, imigrantes dos continentes asiático e africano, da região do Caribe e das Américas Central e do Sul compunham cerca de 90% do contingente migratório do país. Foi por meio de iniciativas sem fins lucrativos que visavam a assistir os recém-chegados que a interpretação comunitária foi se desenvolvendo no país durante o século XX (MALLI; SASSO, 2014, p. 44), ganhando o que os autores chamam de uma abordagem generalista, com algumas áreas de interpretação mais desenvolvidas do que outras.

De acordo com o *National Standard Guide for Community Interpreting Services* (HEALTHCARE INTERPRETATION NETWORK, 2007, p. 4), até a data de publicação do material em questão, nenhum órgão canadense havia definido de forma consistente as características e competências de um intérprete comunitário, o que resultou em uma discrepância quanto à qualidade de serviços linguísticos pelo país, comprometendo a comunicação em ambientes públicos. Mesmo o *National Standard Guide*, fruto de uma parceria entre um conjunto de agências de serviços linguísticos canadenses e áreas correlatas (*The Healthcare Interpretation Network – HIN; Association de l’industrie de la langue; Critical Link Canada; Association of Canadian Corporations in Translation and*

*Interpretation – ACCTI*;) sintetiza o papel de intérpretes e as competências supostamente necessárias em uma lista finita na qual a tradução da mensagem de uma língua para outra sem omissões, adições ou distorções parece ser o ponto central.

Apesar da existência de políticas linguísticas que proporcionem serviços de tradução, percebe-se que os manuais canadenses analisados, embora tratem de pontos relevantes em contextos plurilíngues e pluriculturais, como a conscientização sobre enviesamentos que podem prejudicar as partes de uma interação e a questão de diferenças culturais refletidas na língua, observa-se um entendimento superficial da tarefa da tradução/interpretação e da atuação do intérprete. O uso acrítico de itens como “acurácia”, “integridade da mensagem” e a falta de definição desses termos indica uma tendência de ver a tradução como uma tarefa objetiva. Ademais, a redação de determinadas passagens (nº 32, 53 e 54) parece eximir o intérprete de certa responsabilidade sobre seu papel enquanto participante da interação, o que pode gerar uma ideia deturpada de não-responsabilização pela forma como a interação e a língua são gerenciadas. No mesmo sentido, Bancroft (2015, p. 225) corrobora que intérpretes profissionais em países como o Reino Unido, Suíça e Canadá tendem a se restringir ao papel de interpretar, o que corresponderia a uma prática alinhada ao modelo do conduto mencionado anteriormente.

Ainda na América do Norte, percebe-se uma tendência parecida nos EUA, cujo setor de interpretação comunitária apresenta níveis variados de desenvolvimento interno, tendo como expoente a interpretação forense. Como aponta Nicholson (2017, p. 129), pesquisadora nas áreas de interpretação, políticas linguísticas e Sociolinguística, o avanço da interpretação forense no sistema de justiça estadunidense influenciou positivamente outros nichos da interpretação comunitária. Esse desenvolvimento foi possibilitado pela lei de 1978 relativa à atuação de Intérpretes Forenses (*Court Interpreters Act of 1978*<sup>47</sup>) em ações judiciais em que configurem réus não proficientes em língua inglesa. Essa política linguística, segundo a mesma autora, acabou por gerar interesse crescente na prestação de serviços linguísticos de qualidade em outros ambientes comunitários, como em contextos médicos e de serviço social.

---

<sup>47</sup> H.R.14005 - Court Interpreters Act. Disponível em [https://www.congress.gov/bill/95th-congress/house-bill/14005?s=1&r=6#:~:text=Court%20Interpreters%20Act%20%2D%20Establishes%2C%20through,2\)%20provide%20the%20services%20of](https://www.congress.gov/bill/95th-congress/house-bill/14005?s=1&r=6#:~:text=Court%20Interpreters%20Act%20%2D%20Establishes%2C%20through,2)%20provide%20the%20services%20of). Acesso em 28 de dezembro de 2022

Como uma agência do Departamento de Justiça estadunidense, o *Executive Office for Immigration Review* - EOIR é responsável por realizar audiências relativas a leis migratórias (*Immigration and Nationality Act*). O decreto presidencial nº 13166 (*Executive order 13166-Improving Access to Services for Persons with Limited English Proficiency*), que trata da melhoria de acesso a serviços por pessoas com proficiência limitada em inglês, obriga órgãos federais a identificar a necessidade da prestação de serviços linguísticos e desenvolver e implementar meios para que essa população tenha acesso efetivo a tais serviços. Nos procedimentos do EOIR, “Intérpretes, custeados pelo governo, são disponibilizados àqueles cuja proficiência em inglês não é adequada para entender procedimentos de deportação ou deles participar<sup>48</sup>” (U.S. DEPARTMENT OF HOMELAND SECURITY, 2012, p. 2, tradução nossa). Essa mesma agência solicita que as partes aos procedimentos forneçam informações sobre a língua falada pelos envolvidos em audiências mediadas por intérpretes, como o nome da língua e dialeto, localização geográfica onde a variedade é falada para que a agência possa disponibilizar o profissional com as habilidades linguísticas consoantes às requisitadas<sup>49</sup>. O EOIR emprega servidores federais e também tem contrato com o setor privado, que disponibiliza intérpretes para uma ampla variedade de línguas. Ademais, o órgão não permite que familiares ou amigos das partes envolvidas sirvam como intérpretes, dando prioridade a intérpretes qualificados para atuar nos tribunais migratórios. Intérpretes do EOIR devem:

[...] ter ao menos um ano de experiência interpretando consecutivamente conteúdos não rotineiros no ambiente judiciário. Devem também ter um ano de experiência especializada interpretando conteúdos extraordinários simultaneamente no ambiente judiciário. Ademais, intérpretes devem ter um amplo conhecimento dos aspectos linguísticos da interpretação forense, domínio de vocabulário, gramática, sintaxe, expressões idiomáticas, coloquialismos, termos culturais e técnicos em inglês e em uma língua estrangeira<sup>50</sup> (U.S. DEPARTMENT OF HOMELAND SECURITY, 2012, p. 3, tradução nossa).

---

<sup>48</sup> “Interpreters are provided at government expense to individuals whose command of the English language is inadequate to fully understand and participate in removal proceedings.[...]”

<sup>49</sup> Plan for Ensuring Limited English Proficient Persons Have Meaningful Access to EOIR Services. Disponível em : <https://www.justice.gov/sites/default/files/eoir/legacy/2012/05/31/EOIRLanguageAccessPlan.pdf>. Acesso em 07 de janeiro de 23

<sup>50</sup> For example, they must have at least one year of specialized experience interpreting non-routine material consecutively in a judicial environment.1 They must also have at least one year of specialized experience interpreting non-routine material simultaneously in a judicial environment.2 Additionally, interpreters must have comprehensive knowledge of the linguistic aspects of court interpretation and a mastery of vocabulary, grammar, syntax, idiom, colloquialism, culturally-based terms, and technical terms in English and a foreign language.

Além dos requisitos acima listados, a agência exige que intérpretes passem em um exame para avaliar suas competências e façam um juramento por meio do qual se comprometerão a interpretar e traduzir de forma precisa.

Outra agência atuante do setor de serviços de cidadania e migração do governo dos EUA (*U.S. Citizenship and Immigration Services-USCIS*) é o *Refugee, Asylum and International Operations Directorate* (RAIO), cujo manual de interpretação (*Interviewing-Working with an interpret*) também configura no corpus de estudo. O RAIO é o órgão responsável por, entre outras funções, realizar avaliações de solicitações de refúgio. Como consta no manual em questão, o governo estadunidense disponibiliza intérpretes para algumas entrevistas realizadas no âmbito do RAIO para requerentes não proficientes em inglês. Os intérpretes que atuam nessas instâncias são intérpretes profissionais ou servidores do USCIS fluentes na língua do solicitante. Todavia, o USCIS não disponibiliza intérpretes para entrevistas de solicitação de refúgio em que o fundado temor já tiver sido estabelecido e em que apenas informações adicionais serão requisitadas (U.S. CITIZENSHIP AND IMMIGRATION SERVICES, 2019, p. 11). Nesses casos, os solicitantes devem levar o próprio intérprete, que será monitorado, por telefone, por um intérprete profissional da Divisão de Refúgio (*Asylum Division*), que, por sua vez, deverá garantir que “a interpretação seja precisa, completa, adequada e neutra”. É papel do oficial do RAIO assegurar que todos os presentes estejam cientes do papel do intérprete, que deve, resumidamente:

1. Manter as informações de entrevistas conduzidas no âmbito do USCIS confidenciais.
2. Traduzir literalmente o máximo possível.
3. Evitar explicar o significado de tópicos discutidos durante a entrevista.
4. Abster-se de demonstrar opiniões pessoais ou viesamentos que possam afetar a interpretação.
5. Fazer um juramento por meio do qual se comprometerá a interpretar e responder de forma literal e precisa.

Os órgãos citados acima apontam para a tentativa de lidar com questões decorrentes de uma sociedade linguisticamente diversa como a estadunidense. De acordo com um relatório do órgão censitário dos EUA (DIETRICH; HERNANDEZ, 2022, p. 2), quase 68 milhões de

pessoas nos EUA falam uma língua diferente do inglês em casa; e entre os principais grupos linguísticos estão o espanhol, outras línguas indo-europeias, línguas asiáticas e línguas de povos originários do continente americano.

Além das provisões legislativas concernentes à interpretação no judiciário, Furmanek e Tipton (2016, p. 131) oferecem algumas visões sobre a prestação de serviços linguísticos em outros âmbitos nos EUA. Segundo as autoras, os EUA contam com leis de acesso linguístico em contextos de saúde em todos os estados e foram considerados, à época de escrita do livro das autoras, uma liderança na promoção de regulamentações sobre interpretação em contextos médicos. No entanto, como sugere Hale (2007, p. 68), há claras discrepâncias entre os serviços linguísticos prestados no judiciário estadunidense, que conta com códigos e práticas estabelecidos, provas de certificação, e outras áreas da interpretação comunitária, como a interpretação que ocorre em ambientes policiais.

Em meio a esse cenário aparentemente irregular de serviços linguísticos (OZOLINS, 1998, p. 101), outras organizações preenchem algumas das lacunas existentes. A HIAS (*Hebrew Immigrant Aid Society*), a título de ilustração, é uma organização humanitária judaica que visa disponibilizar serviços essenciais a refugiados e solicitantes de refúgio em mais de 20 países. Nos EUA, a HIAS é uma das agências autorizadas pelo governo para realizar o reassentamento de refugiados, que inclui a recepção e acompanhamento de refugiados até que eles alcancem autonomia o suficiente para navegar nos sistemas que compõem a sociedade estadunidense. O guia elaborado por essa organização (*Volunteer Interpreter and Translator Training Guide*) e presente no corpus indica que o papel do intérprete voluntário é assistir a HIAS no reassentamento de refugiados, solicitantes de refúgio e portadores de vistos especiais nos EUA. No cumprimento desse papel, os intérpretes voluntários da agência devem “facilitar o diálogo” (*facilitate the dialogue*), “se posicionar de tal maneira a minimizar fisicamente sua presença na conversa” (*should try to position yourself in a way that physically minimizes your presence in the conversation*), “interpretar tudo o que for dito” (*interpret all that is said*), “garantir a compreensão do ouvinte” (*be mindful of ensuring the listener’s comprehension*) e “oferecer contextualização cultural quando necessário” (*cultural context should be given to the provider and/or client when appropriate*). Alguns exemplos retirados do corpus de estudo de materiais dos EUA também apontam para uma visão mais restrita da tarefa do intérprete, posicionando-o dentro do modelo do conduto em uma atuação predominantemente monológica.

No manual *Interviewing: working with an interpreter*, por exemplo, não destinado primariamente a intérpretes, é possível identificar algumas tendências que pretendem posicionar o representante do governo como aquele que detém a autoridade e “poder” para controlar os rumos da comunicação, como demonstra o excerto a seguir: “*By explaining clearly what you expect of the interpreter, you will be better able to maintain control of the interview and identify and address any problems that may arise with the interpretation*” (RAIO, 2019, p. 13). Antes de cada encontro mediado por intérpretes dessa agência, os oficiais devem instruir acerca dos limites da atuação dos intérpretes: “usar as palavras do oficial e do entrevistado, em vez das palavras dos intérpretes, preservando o significado do que foi dito<sup>51</sup>” (RAIO, 2019, p. 13, tradução nossa), o que ilustra uma visão tipicamente reducionista do processo de tradução e da atuação do intérprete.

Uma tendência similar pode ser observada nos manuais que compõem o corpus e produzidos na Austrália. O primeiro deles, *Handbook for Interpreters*, foi elaborado pelo *Administrative Appellate Tribunal* que é um órgão australiano responsável por reexaminar julgamentos em matéria de cidadania australiana, pensão, previdência social, vistos para migrantes e refugiados, entre outras questões. Como consta no manual, os intérpretes são contratados por licitação por meio de agências e devem observar o código de ética do Instituto Australiano de Intérpretes e Tradutores (*Australian Institute of Interpreters and Translators - AUSIT*). São muitas as limitações sobre o papel de intérpretes estabelecidas pelo manual, com a centralização na figura do oficial do governo, que deve instruir e preencher quaisquer lacunas informacionais que possam surgir.

Como aponta Eser (2020, p. 58), doutor em Tradução e Interpretação, a Austrália é um país etnicamente diverso, resultado dos fluxos migratórios e da população nativa. Segundo dados apresentados pelo mesmo autor, cerca de 73% dos cidadãos australianos falam inglês em casa. Esses fatores, quando somados, apontam para a necessidade de implementação de políticas linguísticas por parte do governo local. O mesmo autor (p. 136) aponta que o governo australiano fornece serviços de tradução e interpretação gratuitos para cidadãos australianos não proficientes em inglês ou para residentes permanentes nos serviços públicos

---

<sup>51</sup> Use your (the officer's) and the interviewee's choice of words, rather than using the interpreter's choice of words, while maintaining the meaning of what was said.

e que a profissão é regulada por diretrizes governamentais e por dois códigos de ética (*Australian Institute of Interpreters and Translators - AUSIT* e *Australian Sign Language Interpreters' Association - ASLIA*).

Favaron e Merlini (2003, p. 207) consideram a Austrália como um país cujo sistema de tradução e interpretação públicas, fruto de um processo gradual de reconhecimento das identidades linguísticas e étnicas diversas, atingiu um grau de maturidade, não necessariamente consubstanciada, no entanto, no manual australiano analisado. A robustez desse sistema começou a ser desenvolvido na década de 1970, época em que surgiu o sistema de certificação para intérpretes na Austrália (*National Accreditation Authority for Interpreters and Translators - NAATI*) (OZOLINS, 1998, p. 20). A NAATI foi criada pelo governo federal em conjunto com os governos estaduais e passou a ser responsável pela implementação de normas de certificação e pelo estabelecimento da profissão de intérpretes.

Outra agência australiana que atua na prestação de serviços linguísticos, e cujo guia *Guidelines for working with interpreters for counselling and health care staff working with refugees* consta do corpus de estudo, é a *NSW Health* (a agência de saúde de Nova Gales do Sul). Essa agência disponibiliza intérpretes todos os dias da semana, no local, ou por telefone em um total de 120 línguas<sup>52</sup> em Nova Gales do Sul. Essa agência, segundo sua diretiva política<sup>53</sup>, que descreve como o trabalho com intérpretes deve ocorrer, reconhece o direito de pessoas de origens culturais e linguísticas diversas à participação social plena.

Investigando alguns trechos dos manuais produzidos na Austrália, e que compõem o corpus de estudo, observa-se a similaridade de conteúdo e de inclinações teóricas em relação aos demais manuais analisados até o momento. Os mesmos princípios de precisão e integridade da interpretação são enfatizados no manual *Handbook of interpreters*, que se refletem em passagens como:

---

<sup>52</sup> NSW Health Care Interpreting Services. Disponível em: <https://www.health.nsw.gov.au/multicultural/Pages/health-care-interpreting-and-translating-services.aspx>. Acesso em 18 de Janeiro de 2023

Interpreters – Standard Procedures for Working with Health Care Interpreters. Disponível: <sup>53</sup> [https://www1.health.nsw.gov.au/pds/ActivePDSDocuments/PD2017\\_044.pdf](https://www1.health.nsw.gov.au/pds/ActivePDSDocuments/PD2017_044.pdf). Acesso em 18 de Janeiro de 2023

**“Your role is to accurately, directly and fully interpret** what is said during the course of the proceeding.” (n° 46)

**“You must not censor or tone down [..]”** (n° 47)

**“You must not provide cultural or other commentary** (in general, the member/registrar will seek clarification directly from the party [..]” (n° 48)

**“You should be neutral and impartial.”** (n° 49)

**“An interpreter's role** is to facilitate communication between two parties by relaying accurately and completely everything that is said”. (n° 1)

Nota-se, dessa maneira, que mesmo um país com estruturas de políticas linguísticas consideradas desenvolvidas, ou talvez precisamente por essa razão, enfatiza a essencialidade de princípios éticos e de determinadas normas para a atuação do intérprete, restringindo o papel deste e centralizando a figura do representante do Estado, tendo como base compreensões unidimensionais do encontro mediado por intérpretes e das tarefas de tradução/interpretação.

Na Suíça, de acordo com Neela Chatterjee (2017, p. 34), a interpretação comunitária e a mediação intercultural são atividades reguladas pela associação nacional INTERPRET. Essa associação representa intérpretes comunitários, mediadores culturais e institutos de formação locais. O cenário de interpretação comunitária na Suíça consiste, segundo a mesma autora, em 18 serviços subsidiados e organizados regionalmente, um provedor de interpretação por telefone e fornecimento de serviços linguísticos por algumas instituições específicas, como hospitais, que não precisam recorrer aos serviços regionais. A formação de intérpretes comunitários é fornecida por 12 instituições, que possuem credenciamento na INTERPRET, e, em 2017, rendia bons frutos há mais de 10 anos. A INTERPRET também estabelece uma norma de qualificação nacional através de seu sistema de qualificação (CHATTERJEE, 2017, p. 35). Ademais, no ano de 2009, o país introduziu o *Federal Diploma of Higher Education in Intercultural Interpreting*.

Um dos materiais produzidos no contexto suíço, e incluso no corpus de estudo, *Interpreting in Humanitarian Negotiations*, nasceu de uma cooperação entre uma série de agências e instituições, entre as quais a Universidade de Genebra e o ACNUR, que formam o

Centro de Competência em Negociação Humanitária (*Centre of Competence on Humanitarian Negotiation* - CCHN). O guia visa a fornecer diretrizes a intérpretes e negociadores no âmbito de organizações humanitárias. O guia é sintético e apresenta algumas práticas recomendadas na atuação como intérprete humanitário que, segundo o guia, deve apenas “estabelecer comunicação entre as línguas sem interferir como uma parte da negociação<sup>54</sup>” (CENTRE OF COMPETENCE ON HUMANITARIAN NEGOTIATION, s.d, p. 3, tradução nossa).

Ainda no contexto suíço, o módulo para autoestudo *Interpreting in a Refugee Context*, produzido pelo ACNUR visa extrapolar as barreiras regionais e ser usado em contextos gerais de deslocamento forçado. O material é um tanto quanto extenso e objetiva auxiliar intérpretes em potencial a entender, entre outras coisas, questões de diferenças linguísticas e culturais e modalidades de interpretação.

Também produzido pelo ACNUR, o *Interpretation in UNHCR RSD Procedures*, oferece um panorama sobre a interpretação em processos de determinação de refúgio no âmbito da agência e estabelece diretrizes para assegurar a qualidade da interpretação, condicionada, segundo eles, mais uma vez, a “um papel neutro e imparcial” (*impartial and neutral role*) do intérprete. Entre essas diretrizes estão a “tradução literal e integral” (*interpret verbatim, fully*), a abstenção por parte de intérpretes de atuarem em outras capacidades (ex: defensor) ou de apresentarem viesamentos de cunho cultural ou pessoal (UNHCR, 2020, p. 53).

Ainda no contexto europeu, desta vez na Finlândia, Simo Määttä (2017, p. 190) destaca que qualquer pessoa pode atuar como intérprete comunitário. Isso se deve ao fato de que, apesar das disposições legais que garantem o acesso a intérpretes em processo de reconhecimento da situação de refúgio, em ambientes médicos e sociais, não há um registro nacional ou um sistema de certificação para intérpretes no país, fazendo com que estados e municípios contratem serviços linguísticos de agências de tradução por meio de licitação. O manual finlandês presente no corpus de estudo, *Interpretation in the Asylum Process: guide for interpreters*, reconhece o papel do intérprete nos procedimentos de refúgio e na garantia

---

<sup>54</sup> communicate across language barriers and not to intervene as a party to the negotiation.

de uma decisão justa por parte do órgão responsável por esses processos. O papel do intérprete, conforme estabelecido pelo manual, é “o de interpretar fiel e precisamente a mensagem de uma língua a outra. O intérprete não deve aconselhar, expressar opiniões às demais partes ou dar seu ponto de vista sobre a matéria a ser interpretada. O papel do intérprete é unicamente o de mensageiro<sup>55</sup>” (REFUGEE ADVICE CENTRE, 2010, p. 9, tradução nossa). O material em questão foi produzido pelo *Refugee Advice Centre*, uma organização que visa fornecer consultoria jurídica a solicitantes de refúgio, refugiados e demais imigrantes e à agência de serviços migratórios finlandesa (*Finnish Immigration Service*).

O último país que se configura como local de produção de materiais presentes no corpus de estudo é o Reino Unido. Tal como aponta Townsley (2007, p. 166), houve basicamente dois fatores que levaram à regularização da atividade de intérprete de serviços públicos (*Public Service Interpreters*) no Reino Unido. O primeiro deles foi a criação de um sistema de certificação (*Diploma in Public Service Interpreting - DPSI*), um mecanismo que visava a permitir a avaliação objetiva de habilidades requisitadas para atuar como intérprete no setor público; e o segundo fator foi a implementação de um registro unificado de intérpretes qualificados (*The National Register of Public Service Interpreters - NRPS*). No exame de qualificação, candidatos são avaliados quanto:

- a) à habilidade de interpretar consecutivamente diálogos entre um falante de inglês e um falante de outra língua;
- b) à capacidade de interpretar monólogos simultaneamente;
- c) à habilidade de traduzir à prima vista textos curtos em ambas as línguas de trabalho;
- d) à capacidade de traduzir textos informativos para ambas as línguas.

---

<sup>55</sup> is to faithfully and accurately interpret the message from one language to another. The interpreter must not give advice, express his or her opinions to the parties of the interpreting situation or voice his or her views on the matter being interpreted. The interpreter’s role is solely that of a messenger.

O registro no NRPS requer a aprovação no programa de certificação (DPSI) juntamente com 400 horas mínimas de experiência comprovada em interpretação no serviço público e a inexistência de ficha criminal (TOWNSLEY, 2007, p. 166).

Apesar da adoção desses passos rumo à profissionalização, Paola Gentile (2017, p. 74) aponta para uma tendência de desprofissionalização por meio da terceirização, em que imigrantes inexperientes e não qualificados são contratados como intérpretes por agências, resultando no êxodo de profissionais qualificados a outros empregos. A autora aponta, ainda, para um movimento de precarização dos serviços linguísticos de maneira geral no Reino Unido e em países da UE, onde a prioridade é encontrar mão de obra barata em vez de qualificada (GENTILE, 2017, p. 78). Ademais, apesar da adoção de políticas como as citadas anteriormente, Townsley (2007, p. 168) indica que a prestação de serviços de interpretação e a disposição para arcar com os custos administrativos e econômicos não se desenvolveram de forma homogênea no país ou mesmo em diferentes setores. Ambos os materiais do Reino Unido presentes no corpus, *Language interpreting and translation: migrant health guide* e *Guidance: Code of conduct: interpreters working for UK Visas and Immigration* foram produzidos por órgãos governamentais, respectivamente pelo *Office for Health Improvement and Disparities* e pelo *Home Office*. O primeiro faz parte do Ministério da Saúde britânico (*British Department of Health and Social Care*) e é responsável por criar medidas para melhorar a saúde pública na Inglaterra. O segundo é o órgão federal responsável por questões migratórias e de segurança.

O material intitulado *Language Interpreting and Translation: migrant health guide* é bastante sintético e é destinado inicialmente a profissionais da saúde, apresentando algumas compreensões superficiais sobre a atividade de tradução/interpretação, tratando-a apenas como “conversão linguística (*Language interpreting is the conversion of one spoken language into another*). Para esse material, trabalhar com intérprete ajuda a, entre outras coisas:

- a) garantir precisão e imparcialidade; e
- b) minimizar riscos jurídicos ao fornecer informações clínicas importantes.

Já o *Guidance: Code of conduct: interpreters working for UK Visas and Immigration* visa a explicar o papel e expectativas sobre intérpretes que possam vir a atuar com o órgão. O órgão preza pela “interpretação precisa” e pela “retenção de todos os elementos da mensagem original, realizando tradução literal, na medida do possível, para que decisões justas possam

ser alcançadas” (*interpreters must retain every element of information that was contained in the original message and interpret in as close to verbatim as English allows*).

As disparidades que emergem dos materiais, com variadas percepções em um mesmo material ou em todo o corpus demonstradas anteriormente, por exemplo com a tabela sobre a posição do intérprete no espectro de Bancroft (2015), ecoam com a própria prática da interpretação comunitária, em que as funções exercidas cotidianamente na prática raramente seguem as normas e orientações estritas dos guias, pois essas posturas prescritivas não dão conta do caráter orgânico das interações linguísticas humanas.

Corroborando Kaczmarek (2016), quando aponta que o intérprete atua sobre fatos de natureza subjetiva e está sujeito a percepções, Roberts (1997, p. 10) defende que intérpretes comunitários desempenham um papel predominantemente ativo, tal como os outros “participantes primários” da interação, e que têm, além disso, o potencial de influenciar tanto o rumo quanto os resultados da interação:

se intérpretes solucionam sobreposições, gerem turnos (por meio do conhecimento do sistema linguístico, da situação social e de como cada participante usou a língua para dizer o que pretendia), eles são ativos em um nível de participação que ultrapassa a metáfora simplista do conduto de receber informação, mudar sua forma para outra língua e produzir a forma da língua alvo<sup>56</sup> (ROY, 1990, p. 85 *apud* ROBERTS, 1997, p. 10).

Indo um passo adiante, Kaczmarek (2016, p. 62) sustenta que o papel de intérpretes em interações tríades em contextos sociais específicos é diretamente influenciado pelas experiências concretas dos participantes. Além disso, esse papel depende da percepção dos interlocutores de acordo com seus objetivos interacionais. Assim, é sujeito a gradações de percepção, ora aproximando-se, ora distanciando-se da ideia de que sua função se limita a de repassar/retransmitir mensagens.

Desse pressuposto deduz-se que, se o papel do intérprete está submetido a diferentes interpretações a depender do interlocutor e de seu objetivo conversacional, a imparcialidade, a

---

<sup>56</sup> If interpreters are resolving overlap, offering turns, and taking turns [through their knowledge of the linguistic system, the social situation and how each participant used language to say what they meant], they are active at a level of participation beyond that of the simplistic conduit metaphor receiving information, changing its form to another language and producing the target form.

precisão e a neutralidade podem ou não estar no rol do que os participantes entendem como um desempenho satisfatório do intérprete:

Em qualquer conversa, ambas as partes geralmente querem alcançar seus respectivos (e por vezes, conflituosos) objetivos. No caso de trocas tríades, esses objetivos parecem ser atribuídos, em parte, ao intérprete, visto como um participante central, sem o qual a falta de uma língua em comum impediria qualquer interação entre provedores e usuários de serviços<sup>57</sup> (KACZMAREK, 2016, p. 84, tradução nossa).

Dessa maneira, partindo do pressuposto de Kaczmarek (2016, p. 86) de que as interações tríades são eventos pautados por constelações de poder, expectativas, convenções e fatores culturais inter-relacionados, fica clara a necessidade de promover uma abordagem mais abrangente do papel do intérprete e da complexidade das variáveis que afetam as interações. Assim, visões menos restritivas do papel e atuação de intérpretes podem contribuir para o melhoramento dos cursos de formação, de seus programas e também dos códigos de ética, que poderiam pautar-se em uma maior variabilidade e contextualidade do papel de intérpretes comunitários, favorecendo um ensino-aprendizagem mais adaptável e emancipatório, tal como mostraremos na seção 4, sobre as bases para a proposta de um modelo de ensino de interpretação baseado em abordagens mais dialógicas.

Nesta seção, buscou-se mostrar a possível correlação entre o estágio de desenvolvimento da profissão de intérprete comunitário em certos países e traços linguísticos dos manuais produzidos nesses locais, em termos de caracterização da função e do desempenho do intérprete comunitário. Observou-se que, apesar da existência de alguns pontos reflexivos no que concerne a questões culturais e discriminatórias, por exemplo, o papel do intérprete, o escopo de sua atuação e, conseqüentemente, as atividades de tradução e interpretação, são limitadas e superficialmente entendidas.

Na seção seguinte, analisaremos qualitativamente alguns termos e unidades levantados no corpus reveladores das concepções de língua e de tradução/interpretação e a forma como

---

<sup>57</sup> In any conversation, both parties generally want to achieve their respective (sometimes conflicting) goals. In the case of triadic exchanges, these goals seem to be partly attributed to the interpreter, seen as a crucial participant without whom the lack of a common language would effectively prevent any interaction between service providers and service recipients.

essas compreensões também impactam processos de formação e, conseqüentemente, de atuação de intérpretes comunitários.

### 3.4 CONCLUSÕES SOBRE AS ANÁLISES: PERCEPÇÕES SOBRE LÍNGUA E PAPEL DE INTÉRPRETES

Nesta seção, em complemento às análises anteriores, investigamos mais especificamente como alguns termos do corpus de estudo influenciam a percepção e representação sobre o papel do intérprete e da atividade de tradução, e como influenciam a definição dos processos de formação de intérpretes e a prestação de serviços linguísticos.

A fim de apresentar uma visão geral dessas representações, o quadro abaixo sintetiza as principais caracterizações do papel do intérprete levantadas no corpus, e também concepções sobre língua e tradução que podem influenciar as expectativas e percepção em relação a esses profissionais e a expectativa que eles próprios criam do seu papel.

-	Título do manual	Excertos relacionados a conceitos de língua/tradução e ao papel de intérpretes
35	Community Interpreting Resource Handbook/ Canadá	Translation is not a <b>matter of substituting words</b> in one language for words in the other language to give semantic equivalence between the source language and the target language. It involves an exploration of the two languages and the two cultures along with a careful analysis of the meaning of the text.
36	Community Interpreting Resource Handbook/ Canadá	Language is the <b>vehicle</b> by which people express themselves.
37	Community Interpreting Resource Handbook/ Canadá	One of the popular myths is that the knowledge of a language is equivalent to the knowledge of how to interpret a language. In fact, <b>not everyone who happens to speak a language is naturally an interpreter.</b>
38	Community Interpreting Resource Handbook/ Canadá	Interpretation is an act of communication that includes the <b>verbal delivery of a message</b> interpreted from one language into another and vice versa through an interpreter.
39	Interpreting in a Refugee Context/ Suíça	Language is what we often produce when we <b>open our mouths.</b>
40	Interpreting in a Refugee Context/Suíça	A language is a <b>system of words</b> used by a community, a people, a nation.
41	Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/ Finlândia	Interpreters help to create the prerequisites for mutual understanding despite language and cultural barriers. In other words, the interpreter <b>contributes to equality</b> between the speakers, by enabling both parties to express themselves as broadly and vividly as a person only can in his or her mother tongue.
42	Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/ Finlândia	The official organises an interpreter for asylum procedures in which the asylum seeker is heard verbally. Even though the official is the one who pays for the interpreting service, the interpreter must remember that he or she has a <b>neutral role</b> in the interpreting situation.

43	Interviewing- Working with an interpreter/ EUA	By explaining clearly what you expect of the interpreter, you will be better able to maintain <b>control of the interview</b> and identify and address any problems that may arise with the interpretation.
44	Interviewing- Working with an interpreter/ EUA	<b>Regardless of the interpreter's level of experience and/or training</b> , it is your responsibility to ensure that everyone present understands the procedures for facilitating interpretation during the interview and that the interpretation contributes to the primary goal of effectively eliciting relevant information during the interview.
45	Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/ Finlândia	The community <b>interpreter is not involved in the case</b> . He or she is there only to interpret the dialogue of the participants. The interpreter also communicates cultural nuances which are essential for the correct understanding of the message. The interpreter is responsible for <b>relaying words, messages and ideas</b> .
46	Handbook for Interpreters/ Austrália	<b>Your role is to accurately, directly and fully interpret</b> what is said during the course of the proceeding. You must not explain meanings or words to parties (explanations should always be given by the member or registrar, not the interpreter).
47	Handbook for Interpreters/ Austrália	<b>You must not censor or tone down</b> what is said (even if, for example, a party is angry or rude)
48	Handbook for Interpreters/ Austrália	<b>You must not provide cultural or other commentary</b> (in general, the member/registrar will seek clarification directly from the party if any cultural issues arise, for instance, non-verbal signs which may be culturally specific)
49	Handbook for Interpreters/ Austrália	<b>You should be neutral and impartial</b> . You should take care with your demeanour and body language so that it does not show concurrence or disagreement with any party. It is important that you do not create the perception of favouring anyone.
50	Handbook for Interpreters/ Austrália	You should interpret as accurately as possible what is said. You should take care to ensure that information <b>is not distorted</b> by paraphrasing or exaggeration. Interpreters have an obligation to interpret precisely and accurately.
51	Volunteer Interpreter and Translator Training Guide/	<b>Personal biases, expectations, and opinions should not shape the interpretation</b> you give. The best service you can give is to interpret what is said with fidelity, and not to interject with thoughts, assumptions, or more information you have about the

	EUA	conversation at hand.
52	Guidance: Code of conduct: interpreters working for UK Visas and Immigration/ Reino Unido	Accurate interpretation is essential to enable fair and accurate decisions interpreters <b>must retain every element of information that was contained in the original message</b> and interpret in as close to verbatim as English allows.
53	Community Interpreting Resource Handbook/ Canadá	It is expected that interpreters give a <b>faithful, accurate, complete and contemporaneous</b> interpretation of the message and interpret all the elements of the original message.
54	Community Interpreting Resource Handbook/ Canadá	A service <b>provider maintains control and responsibility for the session the whole</b> time and explains the meaning of a message, when needed, so that the interpreter can fully and accurately interpret it to the client.
55	Community Interpreting Resource Handbook/ Canadá	Languages vary and have different levels of <b>sophistication and complexity</b> .

A partir dos dados acima elencados, o que se esperaria é que quanto maior a tradição de acolhimento de um país, maior a sua capacidade de sistematizar conceitos coerentes sobre a tarefa de mediação linguística. Entretanto, nem sempre é possível correlacionar o ambiente institucional do país em que a interpretação comunitária nos serviços públicos ocorre e a percepção sobre o papel e função do intérprete. De modo geral, observa-se uma tendência restritiva e prescritiva sobre a função de intérpretes que, por sua vez, revela uma compreensão naturalizada do que esses profissionais supostamente deveriam realizar.

O corpus apresenta, entretanto, posturas variadas em relação à língua e à atividade de tradução. Em certos excertos, a tradução é vista como mais do que uma substituição de palavras de uma língua para outra (n° 35); enquanto em outros exemplos, a mesma atividade é vista como a transmissão de uma mensagem verbal entre línguas.

O conceito de língua também recebe tratamentos similares, podendo ser vista simplisticamente como algo produzido ao se abrir a boca (n° 39), como um sistema de palavras (n° 40) e como podendo variar em nível de complexidade e sofisticação (n° 55).

Assim, os excertos n° 45, 48, 50, materiais produzidos, respectivamente, na Finlândia que, conforme vimos, não apresenta um sistema unificado de certificação ou formação, e na Austrália, país em que a profissão é regulada por diretrizes governamentais e códigos de ética, refletem ideais de acurácia e neutralidade, como geralmente é o caso de códigos de ética que se baseiam nos mesmos pressupostos e que “não levam em consideração questões de classe, poder, crenças distintas, falta de equivalência linguísticas e diferentes usos linguísticos” (KAUFERT; PUTSCH, 1997, p. 72).

Novamente, essa tendência restritiva sobre a atividade da tradução/interpretação se manifesta linguisticamente (n° 46 e n° 48 extraídos do material australiano), que deveria ser realizada o mais **precisamente** possível sem quaisquer **distorções, paráfrases** (n° 50, 52, extraídos respectivamente, do material australiano e britânico) ou interferências subjetivas como **preconceitos** ou **enviesamentos** (n° 42, 49, 51, extraídos respectivamente dos materiais finlandês, australiano e estadunidense). Essa ilusão reflete uma visão idealizada e inocente (interpretar sem adicionar ou excluir conteúdo e alterar as intenções das declarações das partes), já que, de acordo com Davidson (2000), segundo conclusões de seu estudo sobre o papel sociolinguístico de intérpretes em ambientes médicos, isso não é possível. Isso se deve ao fato de que, primeiramente, as diferenças de forma linguística levam, inevitavelmente, a

diferenças de significado e recepção. Além disso, a avaliação social e contextual dos participantes da interação em relação às declarações varia consideravelmente (DAVIDSON, 2000, p. 380). Dessa forma, como atesta o autor, as operações linguísticas que intérpretes efetivamente realizam e as que os prestadores de serviços almejam divergem em alto grau.

Como vimos, essa compreensão limitante do papel do intérprete está intrinsecamente relacionada a concepções de língua e de tradução. Isto é, parte-se do pressuposto de que a língua seria uma junção de palavras transponível para outros sistemas por meio da tradução, vista, por sua vez, como mera decodificação de signos e como um processo transparente de transposição de palavras de uma língua de partida para uma língua de chegada. Como já observado, essa visão idealizada de atos de fala tem consequências sobre as exigências com relação à atuação do intérprete, enquanto um vetor cuja interferência precisa ser minimizada, ao risco de produzir distorções.

Esse tipo de super simplificação dos conceitos de língua e de tradução incide sobre a atuação e sobre a formação do intérprete por meio da definição de supostas normas éticas apropriadas à sua função. Esses pressupostos têm sido postos em xeque por diversos autores, como vimos ao longo dos capítulos 2 e 3. Rudvin (2005, p. 170), por exemplo, defende que o intérprete não pode ser um “painel de vidro” (*pane of glass*) já que, como indivíduo e sujeito, ele interpreta enunciações e textos com graus de subjetividade. Assim, para a autora, o processo tradutório não pode ser considerado mecânico, tendo o intérprete que ser visto como um participante que é afetado e afeta a estrutura de poder inerente a tais interações. Um outro fator, mencionado anteriormente refere-se ao fato de que as situações que requerem a mediação de intérpretes são intrinsecamente assimétricas em termos de poder já que, ainda que ambos os interlocutores não possuam proficiência linguística para interagir com o outro diretamente, uma das partes encontra-se na posição de requerer um serviço, sendo a outra aquela que pode ou não acolher a demanda.

De modo geral, os materiais que compõem o corpus desconsideram a maneira como a disparidade de poder pode afetar esses encontros e, conseqüentemente, a qualidade e o resultado dos serviços buscados por pessoas em situação de vulnerabilidade. Esse desequilíbrio soma-se à desigualdade de competência comunicacional, já que o imigrante/solicitante geralmente não dispõe de conhecimentos relacionados às burocracias dos serviços públicos do país de acolhida. O “controle” da interação acaba sendo exercido pela figura da autoridade do país de recepção, assimetria claramente reafirmada em alguns dos

materiais em estudo. Isso se observa nos excertos n° 43 e 54 (extraídos respectivamente de materiais dos EUA e do Canadá), que relegam à autoridade local que presta o serviço público o controle e a responsabilidade sobre o fluxo da entrevista e o poder de sanar problemas. Na prática, o intérprete acaba se inserindo e regulando esse jogo de poder, assumindo um protagonismo na relação, muitas vezes inconscientemente, ainda que busque, por meio da precisão, uma forma de neutralidade e imparcialidade.

A análise desses excertos revela que os materiais que orientam a atuação de intérpretes baseiam-se em visões reducionistas de língua e de tradução, o que acarreta avaliações e paradigmas pedagógicos pouco críticos. Com isso, concluimos este capítulo inferindo que a circulação desses materiais tem repercussão sobre a formação, contribuindo para a perpetuação de certas ideologias e padrões comportamentais e colaborando com a manutenção de ordens sociolinguísticas injustas e desiguais.

Assim, com base nesses resultados, apontaremos, no capítulo seguinte, formas alternativas de apreender o processo tradutório em interações mediadas por intérpretes como base para se pensar uma formação para o contexto brasileiro, pautada na reflexividade necessária para que o intérprete profissional possa adequar sua atuação aos diferentes contextos e situações em que ele irá mediar nos serviços públicos do país.

#### 4 CONCEITOS DE TRADUÇÃO E IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE INTÉRPRETES

Como vimos na seção anterior, a análise dos excertos selecionados revelou padrões discursivos que apontam para determinados entendimentos e representações sobre a tarefa do intérprete e sobre a atividade de tradução/interpretação em geral. A abordagem contrastiva de aspectos lexicais possibilitou evidenciar representações essencialistas e de senso comum sobre essa atuação. Conceitos como “fidelidade” e “equivalência”, desdobrados em outros, como precisão e completude, ecoam com abordagens do processo tradutório há muito questionadas no âmbito dos Estudos da Tradução.

Nos anos 1960, Catford (1965, p. 20), por exemplo, entendia a tradução como uma operação linguística de substituição de material linguístico em uma língua (língua-fonte) por um material textual “equivalente” em outra língua (língua-alvo), tendo o conceito de equivalência como central para sua teoria da tradução, paradigma amplamente superado pelos estudiosos da tradução contemporâneos.

Bassnett (2002, p. 22), por exemplo, aponta que, para além de uma operação que envolve a transferência de signos linguísticos, a tradução constitui-se em um processo muito mais abrangente, que remete também a elementos extralinguísticos.

A noção de equivalência, presente direta ou indiretamente nos excertos analisados do corpus de estudo, é um dos alicerces da prática de tradução, formação de tradutores e crítica de tradução (LEAL, 2019, p. 367). Leal (2019, p. 368) aponta ainda que por trás das diferentes compreensões de equivalência na tradução estão entendimentos distintos de língua.

Corroborando tal perspectiva, Oustinoff (2011, p. 69) sugere que a tradução não surge em um vácuo, mas

pressupõe a presença de um tradutor, determinado por três fatores: sua posição “tradutória”, ou seja, a maneira como ele concebe o que é a atividade de tradução; seu “projeto de tradução”, que estabelece a maneira como ele traduz; finalmente, o “horizonte do tradutor”.

Embora ultrapassada e questionada, essa noção de equivalência comparece marcadamente nos excertos analisados do corpus de estudo, simplificando a realidade complexa dos processos tradutórios. Isso acaba influenciando a forma de se pensar a formação de tradutores/intérpretes.

De acordo com Kiraly (1995, p. 6), a crença equivocada de que a tradução envolve apenas a substituição mecânica de elementos linguísticos por outros elementos linguísticos equivalentes na segunda língua, noção persistente em alguns dos materiais analisados, é perpetuada entre estudantes por modelos tradicionais de ensino de tradução baseados no modelo linguístico de tradução. Conceitos tradutórios de fidelidade e equivalência remetem, como enfatizado anteriormente, ao modelo de comunicação do conduto.

Conforme Clifford (2004, p. 91), o modelo de conduto na área da interpretação comunitária é disseminado por muitos autores, que atribuem aos intérpretes características ilusórias, tais como “invisíveis”, “conversores de mensagem”, “máquinas de tradução” e “tradutores linguísticos diretos”. Esses rótulos estão em consonância com algumas das compreensões depreendidas do corpus de estudo acerca da atuação e papéis de intérpretes que devem, sobretudo, transmitir mensagens de forma precisa e integral, evitando omissões, adições, mudanças, distorções ou quaisquer interferências. Clifford aponta, no entanto, que o posicionamento do modelo do conduto como sendo o ideal é baseado mais em questões de moralidade do que em evidências empíricas, isto é, na crença de que, ao permanecer fiel às formas linguísticas enunciadas pelos interlocutores, o intérprete age de forma ética. Clifford (2004, p. 97) aponta, ainda, que a relação entre o modelo do conduto e a questão da fidelidade parece sugerir que há apenas uma forma justificada para intérpretes atuarem.

Na mesma linha, Davidson (2000), pesquisador na área de interpretação em ambientes médicos e da Sociolinguística, denuncia a suposta interpretação “perfeita”, em que nada é omitido ou adicionado, uma visão essencializada de um fenômeno impossível já que não só as línguas diferem entre elas, mas também diferem as formas de interpretar e receber os enunciados (DAVIDSON, 2000, p. 380).

Assim, deduzimos que os conceitos decorrentes do monologismo presentes em menor ou maior medida no corpus de estudo disseminam orientações destoantes do que ocorre na prática já que, conforme Clifford (2004, p. 100), o modelo do conduto não descreve comportamentos realistas de intérpretes. Isto é, os intérpretes, inclusive aqueles qualificados, não podem ser percebidos como “não-participantes”, “passivos” ou “neutros” na interação.

Em contraposição a essa tendência, propomos aqui uma formação pautada na autonomia e reflexividade, buscando preparar o intérprete para atuar nos diferentes contextos e situações em que as interações ocorrem e de acordo com os participantes envolvidos. Nessa

perspectiva, uma formação que vise ser reflexiva e gerar responsabilidade social por parte de profissionais atuantes deveria focar o aspecto interacional da interpretação, isto é, tendo em mente, conforme aponta Davidson (2000, p.381), que a interpretação ocorre por um motivo, e para satisfazer certo objetivo social ou comunicativo.

Assim, é imperativo que intérpretes reconheçam que as interações mediadas possuem um aspecto de negociação de objetivos pré-determinados para cada participante e reflitam sobre como seu envolvimento pode afetar essa dinâmica. Em outras palavras, no lugar de aceitar acriticamente diretrizes de manuais que se apoiam em conceitos rígidos, como os de neutralidade e imparcialidade, como se fossem verdades universais, é necessário ponderar sobre sua tarefa enquanto sujeito protagonista da interação na qual ocupa um papel primordial, que é o de gerir o fluxo interativo e a intercompreensão.

Para ser reflexiva, a formação precisa ser contextual, ou seja, focada nos fatores históricos e sociais que circundam a interação mediada, e que influenciam as escolhas dos intérpretes e afetam os resultados da interpretação (DAVIDSON, 2000, p. 382).

Como tratamos na seção “Abordagem sociolinguística da interpretação comunitária”, qualquer interação, inclusive as mediadas por intérpretes, são reguladas por expectativas e objetivos dos participantes. No caso da interpretação comunitária, os objetivos das instituições públicas que prestam serviços necessitados por imigrantes são refletidos em discursos e hábitos institucionais que determinam como o evento interacional deve ocorrer, fazendo com que “essas interações institucionais testem ao limite a noção de neutralidade, já que intérpretes estão sempre posicionados nessa disputada arena sendo prestadores de serviço e agentes de autoridade e controle<sup>58</sup>” (*id, ibid*, tradução nossa). Assim, uma formação postulada sobre os princípios monológicos questionados neste trabalho poderia dar lugar a uma formação que enfoque os diferentes tipos de situações e contextos em que a interpretação pode ocorrer e, com base neles, criar um espaço para a prática de estratégias que levem em

---

<sup>58</sup> These institutional interactions thus stretch the notion of ‘neutrality’ in interpretation to the limit, as interpreters ‘are always placed in this contested arena between being providers of a service and being agents of authority and control.

consideração as limitações situacionais, culturais e linguísticas presentes em cada interação mediada.

Para a Sociolinguística, o contexto é entendido como “os fenômenos linguísticos e não linguísticos que envolvem um traço ou um enunciado particular.” (BAGNO, 2017, p. 59). O contexto poderia, assim, afetar as formas de língua produzidas pelos interlocutores, os sentidos pretendidos e a interpretação desses enunciados. Bagno (2017), por exemplo, aponta que uma série de aspectos contextuais molda as interações ou atos de escrita, como o contexto linguístico imediato, isto é, enunciados anteriores e posteriores; interações prévias, ou seja, enunciados de outros contextos; o gênero discursivo predominante na interação; o tópico em discussão, o cenário; certas características dos participantes e sua relação; as metas interacionais e o contexto social ou cultural nos quais a interação se insere. Dessa maneira, para que um enunciado seja entendido é preciso compreender o contexto de situação em que ele ocorre. O contexto de situação se trata, assim, de “aspectos imediatos e observáveis em que se dá um enunciado, como o ambiente, os participantes, as atividades desenvolvidas” (BAGNO, 2017, p.61).

O conceito de contexto pode abarcar desde a compreensão literal de localização geográfica, ao evento interacional, que inclui os participantes, serviço solicitado, línguas presentes até questões um pouco mais abstratas como a complexa estrutura socioinstitucional e os contextos discursivos nos quais a mediação ocorre. Segundo Aaron Victor Cicourel, professor e especialista em Sociolinguística e comunicação médica, (1992, p. 218, tradução nossa), por exemplo, o contexto pode ser definido como um conjunto de

[...] normas prescritivas derivadas de grupos que pressionam e/ou canalizam pessoas com certos títulos ou supostas competências, deveres ou responsabilidades a certos espaços físicos, em certo momento para realizar um número finito de atividades identificáveis<sup>59</sup>.

---

<sup>59</sup> group-derived prescriptive norms that pressure and/or channel people with designated titles, presumed competencies, duties or responsibilities into certain physical spaces at certain times in order to engage in a finite number of specifiable activities.

Ademais, dentro desse contexto institucionalizado de atividades, o autor aponta que surgem processos de fala que acarretam uma visão mais estrita de contexto, que seria o de interação localmente organizada e negociada. Boe, Balogh e Salaets (2021), em seu trabalho sobre o impacto do contexto na pesquisa, prática e formação em IC, discorrem sobre como diferentes tipos de contextos influenciam a profissão da IC e a formação de intérpretes:

a) contexto geográfico: um contexto macro que influenciaria a profissão e formação de intérpretes de maneira mais geral por meio, por exemplo, da existência de políticas linguísticas e de tradução e de históricos de migração de uma determinada localidade.

b) contexto socioinstitucional: contextos mais locais, afetados pelas condições geográficas, que incluem políticas linguísticas regionais em áreas como a da saúde e a jurídica. Os contextos socioinstitucionais também abarcam questões de papel, e os fatores éticos atrelados, relacionados ao escopo e limite da atuação de intérpretes e às relações de poder entre os participantes de eventos mediados. As limitações impostas por esses contextos delimitam a forma como a interação se desenrolará, já que a questão do poder, por exemplo, determina o papel e discurso adotados pelos participantes (BOE; BALOGH; SALAETS, 2021, p. 9).

c) contexto interacional: que diz respeito ao ambiente situacional e contexto social direto em que a interpretação ocorre e que dependerá das dicas de contextualização compartilhadas pelas partes.

Ao ter ciência das muitas variáveis contextuais que afetam sua atuação, intérpretes estarão mais bem equipados para tomar decisões que moldarão o evento interacional. Nesse sentido, a questão do poder é central, já que ocorre

entre indivíduos que detêm formas de capital linguístico e cultural dominantes e indivíduos que não os detêm. As estruturas de poder na interpretação não são apenas relacionais, mas também refletem hierarquias de poder da sociedade macro, que privilegia pessoas da corrente dominante em relação a grupos minoritários. Embora a forma como a interpretação se desenrola possa parecer ser determinada por hierarquias de poder em jogo, é importante lembrar que, como indivíduos, também

temos micropoder, que pode ser usado para reequilibrar um dado contexto comunicativo<sup>60</sup> (CHO, 2021, p. xi, tradução nossa).

Embora os processos decisórios de intérpretes sejam grandemente afetados pelas macroestruturas contextuais, como as práticas profissionais e institucionais e por fatores locais e do ambiente, eles exercem um certo grau de agência que varia de acordo com cada interação (BOE; BALOGH; SALAETS, 2021, p.12), intervenção essa passível de gradações dependente da percepção dos envolvidos na interação (KACZMAREK, 2016). Assim, ao desempenhar sua função na prática, intérpretes transgridem as prescrições dos códigos profissionais.

Dessa maneira, a conscientização sobre os diferentes tipos de contexto e de como regulam o escopo da atuação de intérpretes permitirá identificar necessidades locais de formação que terão, todavia, um ponto em comum, desenvolver autonomia e responsabilidade profissional, pautadas na justiça social.

Tal como demonstramos por meio das análises realizadas anteriormente do corpus, os materiais em estudo visam orientar uma função prática e ética do ponto de vista dos participantes; e, de um ponto de vista linguístico, visam garantir interpretações precisas e legítimas. Segundo Inghilleri (2012, p. 44), é precisamente essa abordagem deontológica, que correlaciona neutralidade a fidelidade, que alimenta a crença, entre intérpretes e demais interlocutores, de que intérpretes deveriam “apenas” traduzir, mesmo diante de claros abusos de poder e injustiças ou diante de conflitos de consciência individual.

Alguns dos modelos de formação aqui tratados, que tendem a igualar uma lista de habilidades a competência, e conseqüentemente estabelecer unicamente o papel linguístico ao intérprete priorizam habilidades linguísticas e cognitivas acima de responsabilidade ética e moral (INGHILLERI, 2012, p. 112). Dessa maneira, uma formação ideal, além de propiciar

---

<sup>60</sup> Power is central to interpreting, where interactions often occur between individuals who hold dominant forms of linguistic and cultural capital, and individuals who do not. Power structures in interpreting are not just relational, but are also reflective of macrosocietal power hierarchies which privilege people from the mainstream over others of minority backgrounds. While the ways in which communication in interpreting unfolds often appear to be determined by the power hierarchies at play, it is important to remember that we, as individuals, also have micro power which may be used to rebalance a given communicative context.

subsídios técnicos, performativos e declarativos deveria também instruir intérpretes em potencial sobre o papel crucial que desempenham nas interações mediadas ao facilitar processos institucionais como solicitações de refúgio, por exemplo.

Todavia, percebe-se, que o Brasil, enquanto país de acolhimento e formulador de políticas públicas, ainda está longe de alcançar tal ideal de formação de intérpretes e de prestação de serviços linguísticos. A título de exemplificação, conforme apontam Garcia e Gorovitz (2020, p. 86), em uma pesquisa conduzida com oficiais de elegibilidade do CONARE, os representantes desse órgão governamental esperam que intérpretes sejam “invisíveis” e “discretos” em sua atuação. Além disso, ao responderem um questionário das autoras, constatou-se que os oficiais, responsáveis pelos pareceres que podem levar ao deferimento ou indeferimento da concessão do status de refugiado, preferem entrevistas sem intérpretes, já que essa presença levaria a sessões “mais longas e menos diretas, ‘causando ruídos na comunicação’”. A opinião dos oficiais brasileiros, levantada pelas autoras, revela também um alinhamento com as concepções sobre atuação e papel do intérprete obtidas por meio da análise do corpus de estudo deste trabalho; isto é, os oficiais de elegibilidade do CONARE também lançam mão de conceitos de neutralidade, exatidão e imparcialidade para definir bons intérpretes e boas performances.

Além das opiniões de oficiais, o manual a que recorrem, *Metodologia e Técnicas para Entrevistar Solicitantes de Refúgio* (ACNUR; DPU 2013, 13), conforme apontam as autoras, também conceitua a atuação de intérpretes de maneira idealizada, o que foi reafirmado pelas análises dos materiais que compõem o corpus de estudo do presente trabalho. Esses pontos de convergência podem ser observados em excertos do mesmo manual, como o a seguir:

Você também deve garantir que o intérprete entenda que deve ser neutro e objetivo durante o processo de entrevista. Os intérpretes devem entender que tudo o que o entrevistador e o solicitante digam deve ser traduzido. Não é suficiente resumir ou embelezar o que é dito, fornecendo informações que faltam (ACNUR; DPU 2013, 13).

Percebe-se, dessa maneira, que países com diferentes históricos de acolhimento e criação de políticas linguísticas destinadas a imigrantes reproduzem entendimentos similares sobre o papel do intérprete, e também sobre tradução, principalmente no que concerne aos conceitos anteriormente debatidos de neutralidade, imparcialidade e precisão que, no fim, desembocam na invisibilização e não agência do intérprete.

Assim, observa-se que a atuação do intérprete comunitário em mediações entre solicitantes de refúgio e autoridades brasileiras está longe de corresponder às expectativas idealizadas inscritas em manuais nacionais e internacionais. De fato, como indicam Garcia e Gorovitz (2020, p. 88), o papel do intérprete é multifacetado, já que “Ao intermediar esses discursos assimétricos, que reafirmam relações sociais e políticas assimétricas, o intérprete, na função de organizador da interação, assume também uma posição política que vai muito além da produção linguística dos solicitantes.”

Com isso, as autoras apontam para a responsabilidade social que há de ser fomentada em intérpretes, sendo eles “o interagente capaz de compreender todos os participantes, tudo passando assim pelas lentes de sua própria experiência.” (*id*, p. 89). Afastando-se, portanto, de visões unidimensionais esperadas de intérpretes, e recortando aspectos mais realistas da sua atuação, as autoras ilustram algumas instâncias em que intérpretes extrapolam o papel restritivo de “canal”, adotando estratégias discursivas para alcançar determinados objetivos interacionais. Entre essas estratégias estão a adição explicativa, em que o intérprete fornece informações que podem afetar o entendimento de alguma das partes, apropriando-se do local de fala de outrem para esclarecer uma situação; apropriação da autoridade do discurso, que ocorre quando o intérprete interage com algum dos outros interlocutores e produz respostas/perguntas no lugar da outra parte; e gestão, em que o intérprete “coloca os interlocutores em contato, trazendo à tona as relações, os discursos e as normas entre os dois. Dessa forma, o intérprete tem a agência de organizar e gerenciar a interação e os fenômenos linguísticos nela presentes” (GARCIA; GOROVITZ, 2020, p. 94).

Pode-se concluir, dessa maneira, que as interações reais exigem do intérprete, além da capacidade linguística, um conjunto de ferramentas de ordem interacional, discursiva e moral que o permitirá gerir e mediar a interação a cada nova situação, reconfigurada pelos diferentes participantes e pelo conteúdo a ser interpretado. Entende-se, então, que a partir do contexto e das relações interpessoais, intérpretes estão continuamente produzindo atos tradutórios e linguísticos que não se resumem à simples “transcodificação” geralmente esperada (*id*, p. 96).

É a partir do reconhecimento do escopo real do papel e da tarefa do intérprete que as instituições envolvidas em processos migratórios e o país de acolhida poderão desenvolver políticas de formação e credenciamento próprias para as necessidades locais. Enquanto isso não acontece, prestadores de serviço continuam se apoiando em conceitos ultrapassados sobre

língua, tradução e papel do intérprete e reproduzindo esses mesmos conceitos, em detrimento de todos os envolvidos.

No que se refere à formação do intérprete no Brasil, Gorovitz, Carneiro e Martins (2023), contrapondo-se às abordagens pautadas unicamente no desenvolvimento de competências ou técnicas performativas, propõem uma formação baseada em abordagens transculturais, interacionais e na didática da percepção e da encenação. Considerando a escassez de programas de formação a nível nacional, as autoras procuram preencher uma lacuna existente e também futura, que virá com a aprovação do Projeto de Lei nº 5182/2020, apresentado ao Senado pelo grupo de pesquisa Mobilang<sup>61</sup>, vinculado ao Instituto de Letras da Universidade de Brasília, que prevê a presença de tradutores e intérpretes comunitários em todas as instituições públicas federais, estaduais e municipais.

Considerando o ambiente e os processos nos quais intérpretes atuam, processos esses que podem impactar grandemente a vida daqueles que buscam a assistência linguística, as autoras defendem que a reflexão sobre ética deve ser um ponto central em pesquisas sobre a formação de intérpretes comunitários (GOROVITZ; CARNEIRO; MARTINS, 2023, p. 10). Todavia, essa centralidade não deveria se apresentar com a definição e imposição de regras estritas de atuação, mas com a conscientização dos fatores em jogo em cada situação

Mediada por esse profissional, em locais e momentos determinados, quando falantes não podem prescindir da sua intervenção para ter acesso a direitos. De fato, cada evento requer um olhar distinto sobre o que deve orientar o comportamento e as escolhas do intérprete/mediador, mas também de todos os atores envolvidos na situação. (*id, ibid*, p.10).

Por conseguinte, os componentes curriculares descritos pelas autoras visam a uma formação desagarrada de noções essencialistas de língua, tradução e, também, ética, levando o futuro intérprete a refletir sobre a gradação de seu papel, que inevitavelmente envolve a mediação, para que, ciente dos desafios inerentes ao seu trabalho, avalie cada situação e recalibre sua atuação.

---

<sup>61</sup> UnB Notícias, Grupo de pesquisa ajuda a redigir projeto de lei que tramita no Senado. Disponível em : <https://noticias.unb.br/112-extensao-e-comunidade/4729-grupo-de-pesquisa-ajuda-a-redigir-projeto-de-lei-que-tramita-no-senado>. Acesso em 29 de março de 2023

Nesse sentido, essa proposta de formação para contextos brasileiros se baseia no reconhecimento da multidimensionalidade do papel de intérpretes que, além da tarefa linguística, atuam também no âmbito da mediação transcultural e gestão de conflitos, estando eles em posição de colocar em diálogo duas partes (*id, ibid.*, p. 12), de forma ativa, já que sua agência, manifesta nas decisões linguísticas que afetam a relação e percepção dos participantes da interação, e a relação de poder inscrita no encontro (GOROVITZ; CARNEIRO; MARTINS, 2023, p. 13) também se traduz na gestão de turnos e em outras instâncias de mediação que visam a explicitar informações, como vimos acima em Garcia e Gorovitz (2020).

Consequentemente, as autoras propõem um modelo de formação crítico que inclui as dimensões humana, técnica e político-social associadas ao contexto sociolinguístico brasileiro e à variedade das diferentes situações de interação (GOROVITZ; CARNEIRO; MARTINS, 2023, p. 13). Trata-se de uma proposta de especialização (uma pós-graduação *lato sensu*) composta por três grandes campos, quais sejam: conhecimentos sociolinguísticos e (inter)transculturais; fundamentos teórico-práticos da interpretação; e formação performativa (práticas, treinamento, estágio supervisionado) (*id*, p.14). Um ponto central da proposta das autoras, e que ressoa na reflexão aqui em curso, é o desdobramento curricular, sob o módulo “Conhecimentos sociolinguísticos e (inter)culturais”, intitulado “Conhecimentos específicos: comunidades linguísticas em contexto” que enfocam os contextos específicos de atuação em que o futuro intérprete irá atuar e interferir,

partindo de uma abordagem sociolinguística tanto das diferentes regiões geográficas e sociais quanto das comunidades e instituições a serem beneficiadas pelo seu trabalho. Essa compreensão sociológica, sociocultural e sociolinguística dos contextos de atuação também permite compreender os princípios que regem a organização das diferentes esferas da vida, assim como a lógica das instituições, para que sua intervenção como intérprete possa ser efetiva (GOROVITZ; CARNEIRO; MARTINS, 2023, p. 16).

Essa proposta retoma os conceitos de contexto e situação apresentados acima, que mostram de que maneira diferentes ambientes, mesmo que institucionais, impõem demandas ora divergentes, ora convergentes sobre o intérprete.

A importância de uma formação orientada ao contexto e à situação se dá pelo fato de que, diferentemente dos comportamentos prescritivos postos como regra em manuais e códigos de ética, ela irá oferecer um arcabouço performativo a intérpretes que, na prática, veem a insuficiência e não aplicabilidade total dos princípios rígidos de imparcialidade,

precisão, neutralidade e outros. Na prática, intérpretes narram um desvio da função que lhes é exclusivamente atribuída. Santos (2022), ao realizar um trabalho sobre como os conceitos de Bourdieu de *habitus*, campo e capital poderiam ser aplicados no entendimento da atuação de intérpretes, demonstra, em trechos de entrevistas conduzidas com intérpretes que prestam serviços linguísticos junto ao CONARE, como a atuação desses profissionais pode fugir às normas prescritivas, como as que mostramos nesta pesquisa. Um dos trechos apresenta as considerações de um intérprete do árabe, formado pela USP, sobre intervenções durante uma entrevista de solicitação de refúgio:

Eu nunca tava ali invisível. Eu tava sempre bastante presente, assim. Então é... porque as pessoas me perguntavam, dos dois lados, pra esclarecer determinados pontos [...]. Então acabava que eu ficava bastante atuante também dentro desse... né... dessa triangulação [...]. Então, às vezes, acontecia de, por exemplo, falar assim: “olha é... posso fazer um comentário a respeito disso?” (SANTOS, 2022, p.70)

O trecho acima revela que, por mais que haja imposições, inclusive nos termos de compromisso que intérpretes do CONARE (Anexo A) têm de assinar e por meio do qual se comprometem a ser imparciais, neutros e traduzir de forma precisa, a atuação do intérprete comunitário não se resume a uma tarefa exclusivamente linguística. Como dito anteriormente, o intérprete atua como uma espécie de negociador, que gere o fluxo conversacional a partir de dicas contextuais, que advêm de suas experiências profissionais e também das limitações da configuração institucional nas quais está inscrito.

Uma segunda intérprete, também do árabe e graduada pela USP, comenta o caráter mais rigoroso das entrevistas de solicitação de refúgio no CONARE e como as rotinas institucionais moldam a forma com que trabalha:

Cáritas eu sinto que, por se tratar de uma organização com esse foco dos refugiados, era uma dinâmica bem fácil [...] a entrevista, uma interpretação de atendimento, não tinha problema se eu precisava reformular o que eu disse ou, por exemplo: um refugiado ou solicitante, enfim, me disse alguma coisa [...]. No CONARE era maior esse... era bem maior. Esse rigor, ele era uma coisa é... é... você tinha um maior rigor [...]. Principalmente, porque o CONARE era uma entrevista. Então, você tinha um tempo muito limitado, né, de... de... no máximo três horas. Então, você não vai parar a entrevista pra falar alguma coisa [...] no CONARE, a gente tem que assinar um Termo de Confidencialidade a cada entrevista. Então, por mais que você esteja lá há muitos meses, você tem sempre que assinar esse mesmo termo. É... e aí ele pede: “não, você tem que traduzir as exatas palavras, do mesmo jeito [...].

Dessa maneira, fica claro que os muitos contextos citados acima, o geográfico, socioinstitucional e o interacional, regulam a forma como os intérpretes se posicionam em um evento mediado. Santos (2022) aponta também para outro aspecto que norteia a atuação do

intérprete: seu *habitus*, disposições subjetivas incorporadas durante a vida e moldadas a partir de acesso a certos tipos de capital, que incluem as histórias particulares de agentes sociais e seu posicionamento frente às estruturas de um determinado campo (INGHILLERI, 2003, p.245). Expandindo o que trata Inghilleri (2003), o *habitus* (cultural e linguístico do intérprete) é coibido pelas normas de tradução, conceito postulado por Toury (2012, p. 81, tradução nossa), para quem “Normas podem influenciar não apenas a tradução de todos os tipos, mas também todas as etapas do ato. De fato, os traços da atividade normativa podem ser percebidos em todos os aspectos do produto final<sup>62</sup>”.

Entre os tipos existentes de normas, há aquelas que determinam quais textos são traduzidos (normas preliminares), diretamente relacionadas à noção de política de tradução; e normas que direcionam decisões operadas no nível micro linguístico (normas operacionais) (TOURY, 2012, p. 83). Dessa maneira, o entendimento sobre comunicação que informa o *habitus* linguístico do intérprete, advindo de códigos de ética, derivaria, segundo Inghilleri (2003, p. 254) do modelo saussuriano de transferência linguística, que sugere que a comunicação envolve a transferência descontextualizada de pensamento de uma mensagem, da mente de uma pessoa para outra, por meio de um processo de codificação e decodificação. Em outras palavras, remete ao modelo do conduto de transferência linguística, citado ao longo deste trabalho como sendo a teoria linguística subjacente à maioria dos excertos analisados. Dessa maneira, as normas, concretizadas na atuação do intérprete, advêm de várias fontes dentro de uma cultura, desde instituições de formação, participação em uma determinada comunidade linguística ou agência, e de um conjunto de práticas e crenças sociais acerca da comunicação transcultural e das noções de exclusão/inclusão (INGHILLERI, 2003, p. 255). Ademais, essas normas são sempre reiteradas por meio de interações entre intérpretes, agentes públicos e assistidos; entre intérpretes e outros profissionais; e entre intérpretes e instituições, normas essas que moldam o que é entendido como uma “tradução legítima”. Depreende-se, assim, que a própria exigência, vista em muitos dos materiais analisados e, inclusive em materiais usados pelo governo brasileiro em matéria de refúgio, de não envolvimento ou outras postulações sobre a atuação do intérprete, configuram tipos de normas de tradução cuja

---

<sup>62</sup> Norms can influence not only translation of all kinds, but also at every stage of the act. Indeed, traces of their activity can be noticed in every aspect of the end-product.

existência e continuada reprodução não podem ser consideradas neutras, mas servem a propósitos específicos. Resta saber se esses propósitos são salvaguardar o direito de grupos minorizados ou perpetuar desigualdades já instaladas que se manifestam na manutenção de crenças monoculturais e monolíngues.

Assim, uma formação como a que a reflexão aqui trazida pretende mostrar possível por meio de iniciativas já em curso seria desprendida de ideais inalcançáveis reforçados em materiais e diretrizes aqui discutidos, e demonstraria o jogo sociopolítico e cultural, arraigado no sistema e refletido linguisticamente, e que serve de palco para as interações entre instituições representantes do Estado e pessoas que procuram algum serviço e que precisam de assistência linguística para consegui-lo. Tal abordagem formativa traria como ponto de partida o entendimento de que atos de tradução e interpretação, como aponta Inghilleri (2003, p. 249, tradução nossa), nunca são apenas atividades de produção textual, ao contrário “estão consciente ou inconscientemente envolvidos na produção e reprodução de significados ‘cultivados’. Tradutores e intérpretes estão, como todos os agentes sociais, posicionados dentro desse processo, de certas maneiras<sup>63</sup>”.

Um ponto sobre a agência do intérprete, e que ressoa com o tipo de formação vislumbrada nesta seção, pode ser encontrado em Patel (2003, p. 222) que, em sua pesquisa sobre a interpretação em ambientes terapêuticos, defende que, ao facilitar a comunicação, o intérprete não é um profissional neutro, mas é um participante ativo na luta contra violações de direitos humanos e, por conta disso, sua atuação não deve reforçar desigualdades já existentes em encontros marcados por desequilíbrios (*id*, p. 226). Apenas uma formação crítica e não assimiladora pode possibilitar a futuros intérpretes o arcabouço necessário para adotar esse papel e questionar ou alterar o *status quo* em relação a sua prática profissional (INGHILLERI, 2003, p. 247).

---

<sup>63</sup> but are consciously and unconsciously involved in the production and reproduction of ‘cultured’ meanings. Translators and interpreters are, like all social agents, positioned within this process in certain ways.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário marcadamente plurilíngue do Brasil, historicamente negado por políticas de homogeneização linguística e cultural, na tentativa de consolidar uma suposta identidade nacional, se manifesta tanto nas inúmeras línguas indígenas, que resistiram à tentativa de aniquilação ao longo do processo de colonização, nas línguas de imigração e nas línguas de sinais brasileiras (LIBRAS e outras), quanto nos traços das línguas africanas no português (o “pretuguês”) (GONZALEZ,2020). Esse rico cenário sociolinguístico traz desdobramentos em matéria de políticas linguísticas e tradutórias, especialmente no que se refere aos direitos linguísticos de comunidades minorizadas por suas línguas e culturas.

Esse cenário sociolinguístico vem se complexificando nas últimas décadas, com a diversificação dos recentes fluxos migratórios, especialmente oriundos da América Latina, em que o Brasil se torna país de passagem e de acolhimento, notadamente para solicitantes de refúgio. O status de refugiado é uma proteção garantida a pessoas que, por fundado temor de perseguição, requerem o asilo de um país. No Brasil, a entrevista que se segue ao pedido de solicitação desse status é o ponto crucial do processo de reconhecimento da condição de refugiado, já que é nela que o requerente expõe seu caso para a autoridade migratória. Todavia, para um entrevistado com pouca ou nenhuma proficiência na língua em que esse procedimento ocorre, a saber o português, é inviável apresentar uma narrativa crível, e que justifique o pedido de refúgio. É nesse tipo de situação que a intervenção de um mediador linguístico, o intérprete comunitário, se torna crucial. O direito ao refúgio, garantido por Lei no Brasil, é assim dependente dessa assistência linguística para se concretizar.

De modo geral, para que pessoas não proficientes na língua em que serviços públicos são prestados tenham acesso efetivo a eles, é necessária a implementação de sistemas integrados de assistência linguística profissional. É imprescindível pensar medidas eficazes para assegurar o direito à participação linguística em ambientes de prestação de serviços essenciais à população migrante, em especial um sistema de formação, certificação e credenciamento de intérpretes comunitários, para que apenas profissionais qualificados atuem em processos decisórios, como na entrevista de solicitação de refúgio.

Foi pensando nesse desafio que a pesquisa foi conduzida com o foco na reflexão sobre uma formação adequada ao contexto brasileiro. Para tanto, buscou-se analisar como países com históricos de acolhimento de migrantes lidam com as questões de assistência linguística.

Com base na análise de materiais, como guias e manuais referentes à atuação de intérpretes, questionou-se quais conceitos de língua e de tradução subjazem esses textos e acabam embasando possíveis formações. A partir dos dados tratados com ferramentas da Linguística de Corpus, obtivemos informações que apontam para uma visão predominante em relação às expectativas sobre a figura do intérprete: ele deve ser neutro e invisível, reduzindo-se a um mero canal de comunicação. A neutralidade, imparcialidade e precisão foram conceitos recorrentes no corpus, que indicam uma compreensão essencializada de língua, e consequentemente do processo tradutório, pautada no modelo de comunicação transferencial, em que a comunicação humana é vista como uma atividade unidirecional. Os conceitos de neutralidade e imparcialidade mobilizados pelos enunciados analisados sugerem que a tradução, enquanto processo, deveria possibilitar uma suposta integridade da mensagem, sem adições, embelezamentos ou quaisquer tipos de intervenções por parte do tradutor. Esses resultados foram obtidos a partir do estabelecimento de categorias de análise linguística, que incluíram o uso de qualificadores (adjetivos e advérbios), verbos modais injuntivos, substantivos relacionados ao papel do intérprete e a posição no espectro de Bancroft (2015).

A primeira categoria de análise de variável linguística foi a de substantivos diretamente relacionados à função do intérprete, identificados a partir de colocados que co-ocorriam com a palavra *interpreter*, altamente representativa do corpus de estudo, como os itens lexicais *role*, *competency*, *ability*, *responsibility*, *task*, *duty*, *performance*, cujas ocorrências correspondem respectivamente a 27, 7, 6, 6, 5 e 4 vezes no corpus. Esses colocados permitiram compreender o escopo de atuação de intérpretes estabelecido nos materiais do corpus de estudo; atuação essa encerrada no papel de mensageiro (nº 2, 6, 7, 9, 11, 12) e na tarefa de interpretar precisa e fielmente (nº 6, 7) sem modificar o conteúdo das enunciações.

Os qualificadores identificados a partir da investigação do corpus, e as respectivas variações morfológicas, mais recorrentes, foram *accurate* e *impartial*, seguidos por *neutral* e *faithful*. Tais qualificadores foram amplamente usados em passagens que recortavam o papel do intérprete (nº 27, 28, 29,30), reduzindo-a à tarefa de traduzir precisamente, ser neutro e imparcial e fornecer traduções fieis. Paralelamente, os exemplos acima indicados, bem como excertos similares, apontam também para o tipo de posição que os intérpretes idealizados nesses materiais ocupariam no espectro descrito em Bancroft (2015), isto é, o papel de conduto. No extremo no espectro, encontra-se o papel de conduto, em que o intérprete se

limita à atividade de traduzir, expectativa representada também por trechos que desresponsabilizam e retiram a agência do intérprete (n° 32) e que reafirmam que seu papel é o de única e exclusivamente o de comunicar mensagens de uma língua a outra (n° 33). Apesar dessa tendência, identificamos também outros entendimentos sobre o papel do intérprete, que poderia chegar a esclarecer mal-entendidos culturais (n° 34), por exemplo.

O verbo modal, que aponta para construções imperativas ou injuntivas, de maior ocorrência foi o *must*, seguindo por *should* e *shall*. O uso desses verbos aponta para imprescindibilidade de alguns comportamentos de intérpretes, retomando assim expectativas e idealizações sobre a tarefa desse profissional. Dentre as expectativas depositadas sobre a figura do intérprete, encontrou-se por exemplo, as de que intérpretes devem

1. traduzir mensagens na íntegra (n° 15,17,25);
2. ser imparciais, neutros e não demonstrarem emoção (n° 16, 19,21,23,26);

Houve descobertas que apontaram, no entanto, para o reconhecimento do estado de vulnerabilização em que alguns imigrantes se encontram (n° 18) e a importância do estudo para a aquisição de terminologia e conhecimento relevantes para a interação mediada (n° 24).

Além de dados que indicam papéis e funções que intérprete supostamente deveriam assumir, foi possível extrair do corpus concepções subjacentes de língua e tradução que explicariam o uso indiscriminado de conceitos como fidelidade, neutralidade, integridade da mensagem e precisão, por exemplo. Isto é, se o intérprete é repetidamente construído como um canal, um não-agente, resulta daí que a tradução seria um processo mecânico de decodificação e substituição de palavras de uma língua para outra, entendimento esse desbancado pela virada cultural e ideológica nos Estudos da Tradução, em que a relação entre tradução e cultura, e variáveis mais amplas de contexto, história e convenção passam a ser consideradas relevantes nos estudos de tais processos.

Se intérpretes são vistos e veem a si mesmos apenas como transmissores das palavras dos “reais interactantes”, desconsiderará sua própria interferência na construção de significados e na gestão da mediação, e, possivelmente, ignorará que as diretrizes que segue, mesmo que implícita e irreflexivamente, o fazem atuar em detrimento de pessoas já vulnerabilizadas em discursos e contextos institucionais marcados por claros desequilíbrios de poder. A observância e subserviência a materiais que impõem diretrizes um tanto quanto

rígidas sobre a figura e atuação do intérprete acaba por, ao mesmo tempo, refletir e reproduzir um *habitus* profissional que contribui para a acentuação de desigualdades inerentes a interações com os serviços públicos e autoridades de um país.

Os materiais estudados, produzidos em sua maioria por instituições públicas, refletem o sistema migratório, o posicionamento frente a imigrantes e solicitantes de refúgio e o entendimento sobre a atividade tradutória, estabelecendo, sob a pretensão de “objetividade”, o que pode ser considerada como uma interpretação legítima e impondo normas de atuação consoantes e alinhadas com certos interesses institucionais e normas tradutórias. Nesse cenário, o intérprete comunitário está posicionado no meio de entendimentos conflitantes sobre sua atuação e seu papel.

Na contramão dessas representações, pensaram-se conceitos que poderiam nortear a concepção de uma formação adequada ao contexto brasileiro, especialmente no que se refere aos solicitantes de refúgio que aqui se encontram. A Sociolinguística Interacional, que considera as interações como co-construídas por todos os participantes, fundamentou tais reflexões. Contrapondo-se a essas visões e entendimentos reducionistas de língua, essa abordagem nos mostra que os eventos comunicativos não se dão em meio a um vácuo social; muito pelo contrário, a interação é uma construção conjunta de ação-reação. Além disso, pudemos ver com Kaczmarek (2010, 2016) que os entendimentos fixos sobre competência e papel do intérprete são passíveis de expansão se considerarmos, por exemplo, a dinamicidade de eventos comunicativos e as diferentes percepções que cada participante tem diante da performance do intérprete. Dessa maneira, as acepções de competência e de papel não precisariam necessariamente ser escolhidas em um ponto no tempo e permanecerem rígidas indefinidamente, podendo, no entanto, ser flexibilizadas e avaliadas nas situações de interação.

Assim, partindo desse paradigma, sugere-se que a intervenção do tradutor/intérprete não se reduz à mera tarefa de decodificar. Suas experiências enquanto sujeito sócio-histórico afetam a maneira como interpreta e traduz. Partimos de tal pressuposto como base para uma formação que, além de visar ao desenvolvimento de habilidades performativas, levaria também em consideração questões éticas particularmente relacionadas à interpretação para populações vulneráveis. Somente uma formação crítica, contextual e dialógica pode dar conta de preparar o intérprete comunitário a enfrentar/administrar/reparar desequilíbrios de poder inerentes às interações institucionais. Para isso, é necessário considerar o impacto da sua presença, seu protagonismo e responsabilidade. Sustentando que o intérprete comunitário se

caracteriza por sua vocação social, defende-se que o contexto sociolinguístico e as situações de interação devem nortear os modelos de formação. Assim, é preciso considerar a particularidade de cada evento e rejeitar formas-padrão de atuação aplicáveis a qualquer contexto indistintamente. A formação antevista neste trabalho seria, então, ativamente engajada com relação aos aspectos humanos e sociais da interação, percebendo o intérprete como um participante pivô capaz de afetar as relações e desequilíbrios, se constituindo enquanto agente ativo na luta contra violações de direitos humanos. Se o conformismo a um conjunto de diretrizes que minimizam a atuação do intérprete e a atividade de tradução pode perpetuar a reprodução de uma ordem social que desprivilegia populações minorizadas, o inconformismo e a crítica reflexiva podem gerar mudanças nessa ordem, já que, embora todos os participantes entrem em um encontro mediado com certas estruturas culturais e sociais hierarquizadas, no curso da interpretação, essas estruturas são deslocadas e realocadas, criando a possibilidade de novas práticas sociais e discursivas (INGHILLERI, 2005 ,p.7) . Mesmo que o reconhecimento da agência de intérpretes por si só não possa garantir que solicitantes receberão representação mais adequada ou justa, intérpretes geralmente ocupam uma posição especializada no que diz respeito a conhecimentos linguístico-culturais pertinentes que são centrais para a o caso do requerente (INGHILLERI, 2005, p.13).

Ademais, o estabelecimento de programas de formação e certificação formais é um meio pelo qual intérpretes e a profissão de interpretação podem questionar a dominância social e discursiva de instituições, que geralmente mantêm o poder e o reproduzem em suas rotinas burocráticas, usando a barreira linguística como barreira para outros serviços.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACNUR ÁUSTRIA (ed.). **Handbook for Interpreters in Asylum Procedures**. Viena: ACNUR Áustria, 2017. 200 p. Disponível em: [https://www.unhcr.org/dach/wpcontent/uploads/sites/27/2017/09/AUT\\_Handbook-Asylum-Interpreting\\_en.pdf](https://www.unhcr.org/dach/wpcontent/uploads/sites/27/2017/09/AUT_Handbook-Asylum-Interpreting_en.pdf). Acesso em: 27 fev. 2021
- ACNUR. Declaração de Cartagena. Colóquio sobre Proteção Internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá: Problemas Jurídicos e Humanitários. 1984.
- ACNUR. Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados. [S. l.]: ACNUR, [1967]. Disponível em: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo\\_de\\_1967\\_Relativo\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo_de_1967_Relativo_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf) . Acesso em: 16 ago. 22.
- ALANEN, J. Language Access is an Empowerment Right: Deprivation of Plenary Language Access Engenders an Array of Grave Rights Violations. *ILSP Law Journal*, n. 93, v. 1, 2009. Disponível em: < <http://www.corteidh.or.cr/tablas/r23523.pdf> >. Acesso em: 25 mai 2022.
- ALBA-JUEZ, L. **Perspectives on discourse analysis : theory and practice**. Newcastle Upon Tyne, U.K.: Cambridge Scholars Pub, 2009.
- ANCARNO, C. Corpus-Assisted Discourse Studies. *In*: DE FINA, A; GEORGAKOPOULOU, A. (ed.). **The Cambridge Handbook of Discourse Studies**. [S. l.]: Cambridge University Press, 2020. p. 165-185.
- ANGERMEYER, P. S. Sociolinguistics. *In*: BAKER, Mona; SALDANHA, G (ed.). **Routledge encyclopedia of translation studies**
- BAGNO, Marcos. **Dicionário crítico de sociolinguística**. São Paulo: Parábola, 2017. 576 p.
- BAKER, M.; MAIER, C. Ethics in Interpreter & Translator Training. **The Interpreter and Translator Trainer**, v. 5, n. 1, p. 1–14, mar. 2011.
- BAKER, M.; SALDANHA, G. **Routledge encyclopedia of translation studies**. London: Routledge, 2019.
- BAKER, P. **Using corpora in discourse analysis**. London; New York: Continuum, 2006.
- BAKER, P.; MCENERY, T. **Corpora and Discourse Studies: Integrating Discourse and Corpora**. [s.l.] Palgrave Macmillan Ltd, 2015.
- BANCROFT, M. A. Community interpreting: A profession rooted in social justice. *In*: MIKKELSON, H.; JOURDENAIS, R. (ed.). **The Routledge Handbook of Interpreting**. 1. ed. Nova Iorque: Routledge, 2015.
- BARSKY, R. F. The Interpreter as Intercultural Agent in Convention Refugee Hearings. **The Translator**, v. 2, n. 1, p. 45–63, abr. 1996.

BARSKY, R. F. **Constructing a productive other: discourse theory and the convention refugee hearing**. Amsterdam: J. Benjamins Publ, 1994.

BARSKY, R.F. The interpreter and the Convention refugee hearing. **Crossing the potentially life-threatening boundaries between ‘coccode-e-eh’, ‘cluck-cluck’, and ‘cot-cotcot’**, [s. l.], v. 6, ed. 2, p. 131-157, 1993.

BASSNETT, S. **Translation studies**. London; New York: Routledge, 2002.

BERGER, I. R. Pluralidade linguística e políticas linguístico-educacionais no Brasil: rumo à gestão do multilinguismo. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 32, n. 62, p. 119–142, 30 jul. 2021.

BERGUNDE, A.; PÖLLABAUER, S. Curricular design and implementation of a training course for interpreters in an asylum context. **The international Journal of Translation and Interpreting Research**, [s. l.], v. 11, ed. 1, p. 1-21, 2019. Disponível em: <http://trans-int.org/index.php/transint/article/view/560/325>. Acesso em: 16 jun. 2022.

BERRY, J.W. Psychology of acculturation. *In*: GOLDBERG, N.R; VEROFF, J.B (ed.). **The culture and psychology reader**. Nova Iorque e Londres: New York University press, 1995. v. 457, p. 457-488.

BIBER, D.; CONNOR, U.; UPTON, T. A. **Discourse on the move: using corpus analysis to describe discourse structure**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Pub. Co, 2007.

BLOMMAERT, J. **Discourse: A Critical Introduction (Key topics in sociolinguistics)**. [s.l.] Cambridge University Press, 2005.

BOE, E.; BALOGH, K.; SALAETS, H. impact of context on community interpreting research, practice & training. **Linguistica Antverpiensia, New Series – Themes in Translation Studies**, v. 20, 13 dez. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 139, p. 15822-15824, 23 jul.1997.

BREZINA, Vaclav. **Vocabulary: Frequency, Dispersion and Diversity**. [S. l.]: Cambridge University Press, 2018.

BROWN, G; YULE, G. **Discourse Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

BUDÍNOVÁ, H. **The modal verb should and the variety of its functions**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Língua Inglesa e Literatura) - Masaryk University, [S. l.], 2017.

BUENO, A. M. Língua, imigração e identidade nacional: análise de um discurso a respeito da imigração no Brasil da Era Vargas. **Estudos Semióticos**, v. 9, n. 2, p. 35, 29 dez. 2013.

CARBONI, F.; BOENAVIDES, D. L. P.; BARILI, C.; MELEU, S. M. O plurilinguismo na história do brasil: considerações exploratórias. **Organon**, Porto Alegre, v. 32, n. 62, 2017.

DOI: 10.22456/2238-8915.72315. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/72315>. Acesso em: 24 jun. 2022.

CARNEIRO, W. P. O Conceito de Proteção no Brasil: o Artigo 1 (1) da Lei 9.474/97. *In*: JUBILUT, Liliana Lyra; GODOY, Gabriel Gualano de (org.). **Refúgio no Brasil: Comentários à Lei 9.474/97**. São Paulo: Quartier Latin/ACNUR, 2017. p. 95-104. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Ref%C3%BAgio-no-Brasil-Coment%C3%A1rios-%C3%A0-lei-9.474-97-2017.pdf>. Acesso em: 10 maio 2022.

CATFORD, J. **A linguistic theory of translation: an essay in applied linguistics**. New York: Oxford University Press, 1965.

CENTRE OF COMPETENCE ON HUMANITARIAN NEGOTIATION. **Interpreting in humanitarian negotiations: A guide for humanitarian negotiators and interpreters**. Genebra: [s. n.], [s.d]. 19 p.

CHATTERJEE, N. Professional Education and training for community interpreting in Switzerland. *In*: VALERO-GARCÉS, C; PENA-DÍAZ, C (ed.). **Superando límites en traducción e interpretación**. Espanha: Tradulex, 2017. v. 6, p. 34-39.

CHO, J. **Intercultural communication in interpreting: power and choices**. Abingdon: Routledge, 2021.

CICOUREL, A. V. The Interpenetration of Communicative Contexts: Examples from Medical Encounters. **Social Psychology Quarterly**, v. 50, n. 2, p. 217, jun. 1987.

CLIFFORD, A. Is Fidelity Ethical? **TTR: traduction, terminologie, rédaction**, v. 17, n. 2, p. 89–114, 20 jul. 2004.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 213. Ministro Ricardo Lewandowski. Brasília, DF. Publicada em 15 dez 2015. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/04/resoluo-n213-15-12-2015-presidencia.pdf>. Acesso em 17 jun. 22

CRAWLEY, H. **A report on the conduct of asylum interviews at ports**. Reino Unido: Immigration Law Practitioners' Association, 1999.

CREZEE, I. H. M.; JÜLICH, S.; HAYWARD, M. Issues for interpreters and professionals working in refugee settings. **Journal of Applied Linguistics and Professional Practice**, v. 8, n. 3, p. 253–273, 11 fev. 2013

DAVIDSON, B. The interpreter as institutional gatekeeper: The social-linguistic role of interpreters in Spanish-English medical discourse. **Journal of Sociolinguistics**, v. 4, n. 3, p. 379–405, ago. 2000.

OLIVEIRA, K. S.; LUQUINI, R. A. O direito dos refugiados no Brasil e a Nova Lei de Migração: as inovações da Lei 13.445/17 na proteção aos refugiados. **Revista do CEPEJ**, [s. l.], p. 215-242, 2021.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGUÍSTICOS, UNESCO, 1996.  
Disponível em:

[http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a\\_pdf/dec\\_universal\\_direitos\\_linguisticos.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf).

Acesso em 26 jul. 22

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO; ACNUR. Metodologia e técnicas para entrevistar solicitantes de refúgio: módulo de capacitação. Brasília, DF: Defensoria Pública da União, 2013.

DIETRICH, S; HERNANDEZ, E. Language Use in the United States: 2019. **American Community Survey Reports**, Estados Unidos, p. 1-37, 19 jul. 2022. Disponível em: <https://www.census.gov/content/dam/Census/library/publications/2022/acs/acs-50.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2023.

ESER, O. **Understanding Community Interpreting Services: Diversity and access in Australia and Beyond**. 1. ed. [S. l.]: Palgrave Macmillan, 2020.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. Oxon; New York: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language**. Harlow: Logman, 1995.

FAVARON, R; MERLINI, R. Community interpreting: re-conciliation through power management. **Interpreters Newsletter**, [s. l.], p. 205-226, 2003.

FRIGINAL, E; HARDY, Jack A. Corpus approaches to discourse analysis: Introduction and section overviews. *In*: FRIGINAL, E; HARDY, J. A. (ed.). **The Routledge Handbook of Corpus Approaches to Discourse Analysis**. [S. l.]: Routledge, 2021.

GARCIA, F. DE D.; GOROVITZ, S. O intérprete comunitário: sua agência na entrevista de solicitação de refúgio. **Tradterm**, v. 36, p. 72–101, 9 dez. 2020.

GARCIA, F. O papel do intérprete comunitário na entrevista de solicitação de refúgio. 2019. 126 f., il. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) —Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

GAVIOLI, L. Role. *In*: BAKER, M; SALDANHA, G. **Routledge encyclopedia of translation studies**. 3. ed. Nova Iorque: Routledge, 2020. p. 499-504.

GENTILE, A. Interpreting as a human right - institutional responses: the Australian Refugee Review Tribunal. **The Interpreters Newsletter**, Australia, v. 17, p. 157-171, 1 jan. 2012. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/41176937.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2021.

GENTILE, P. Political Ideology and the De-Professionalisation of Public Service Interpreting: The Netherlands and the United Kingdom as Case Studies. **Ideology, Ethics and Policy Development in Public Service Interpreting and Translation**, p. 63–83, 31 dez. 2017.

GONZÁLEZ NÚÑEZ, G. On translation policy. **Target. International Journal of Translation Studies**, v. 28, n. 1, p. 87–109, 20 abr. 2016.

GONZALEZ, L. 2020. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro: Zahar. 375 pp.

GOROVITZ, S; CARNEIRO, T; MARTINS, M. A Interpretação Comunitária como garantia de direitos: qual formação para qual atuação no Brasil? **Revista Belas Infiéis**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 01-33, 2023. e-ISSN: 2316-6614. DOI: 10.26512/belasinfiéis.v12.n1.2023.44480

GUIMARÃES, E. Política de línguas na linguística brasileira. *In*: Orlandi Eni (org.). *Política linguística no Brasil*. São Paulo: Pontes, 2007.

- GUMPERZ, J. J. Contextualization Revisited. *In*: AUER, Peter; DI LUZIO, Aldo (ed.). **The contextualization of language**. Filadélfia, Amsterdã: John Benjamins Publishing Company, 1992. p. 39-54.
- GUMPERZ, J. J. **Discourse Strategies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- HALE, S. Community interpreting. *In*: PÖCHHACKER, Franz (ed.). **Routledge Encyclopedia of Interpreting Studies**. Nova Iorque: Routledge, 2015. p. 65-69.
- HALE, S. Community Interpreting. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2007.
- HAMEL, R. E. Language Policy and Ideology in Latin America. *In*: BAYLEY, R; CAMERON, R; LUCAS, C. (ed.). **The Oxford Handbook of Sociolinguistics**. Estados Unidos: Oxford University Press, 2013. p. 609-628.
- HAUGEN, E. 2000. Norma Linguística, “Dialeto, língua, nação”. São Paulo: Edições Loyola.
- HEALTHCARE INTERPRETATION NETWORK. **National Standard Guide for Community Interpreting Services**. 1. ed. Toronto: [s. n.], 2007.
- INDUSTRY CANADA. **Community interpreting in Canada**. [S. l.: s. n.], 2007. Disponível em: <https://www.imiaweb.org/uploads/pages/471.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2022.
- INGHILLERI, M. Habitus, field and discourse. **Target. International Journal of Translation Studies**, v. 15, n. 2, p. 243–268, 31 dez. 2003.
- INGHILLERI, M. Mediating Zones of Uncertainty. **The Translator**, v. 11, n. 1, p. 69–85, jan. 2005.
- INGHILLERI, M. Migration. *In*: BAKER, Mona; SALDANHA, G. (ed.). **Routledge encyclopedia of translation studies**3. ed. Nova Iorque: Routledge, 2020. p.329-334.
- INGHILLERI, M. Sociological approaches. *In*: PÖCHHACKER, F. (ed.). **Routledge Encyclopedia of Interpreting Studies**. Nova Iorque: Routledge, 2015. p. 388-390.
- INGHILLERI, M; MARYNS, K. Asylum. *In*: BAKER, Mona; SALDANHA, G. (ed.). **Routledge Encyclopedia of Interpreting Studies**. Nova Iorque: Routledge, 2015. p. 19-22.
- INGHILLERI, Moira. **Interpreting Justice: Ethics, Politics, and Language**. Nova Iorque: Routledge, 2012.
- JIMÉNEZ-IVARS, A.; LEÓN-PINILLA, R. Interpreting in refugee contexts. A descriptive and qualitative study. **Language & Communication**, v. 60, p. 28–43, maio 2018.
- JØRGENSEN, M.; PHILLIPS, L. **Discourse Analysis as Theory and Method**. [s.l.] Los Angeles, Calif. Sage, 2002.
- JUNGER, G; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; SILVA, B. G. Refúgio em Números (7ª Edição). Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

KACZMAREK, L. **Modelling Competence in Community Interpreting: Expectancies, Impressions and Implications for Accreditation**. 2010. 301 p. Tese de doutorado (Doutorado em Filosofia) - Universidade de Manchester, Manchester, 2010. Disponível em: <https://www.escholar.manchester.ac.uk/api/datastream?publicationPid=uk-ac-man-scw:86535&datastreamId=FULL-TEXT.PDF>. Acesso em: 31 ago. 2021

KACZMAREK, L. Towards a broader approach to the community interpreter's role: On correspondence between role perceptions and interactional goals. **Interpreting. International Journal of Research and Practice in Interpreting**, v. 18, n. 1, p. 57–88, 2016.

KAINZ, C.; PRUNC, E.; SCHÖGLERR. **Modelling the field of community interpreting questions of methodology in research and training**. [s.l.] Wien Berlin Münster Lit, 2011.

KAUFERT, J; PUTSCH, R. Communication through interpreters in healthcare: ethical dilemmas arising from differences in class, culture, language and power. **The Journal of Clinical Ethics**, [s. l.], v. 8, ed. 1, p. 71-87, 1997.

KELLY, D. **A handbook for translator trainers: a guide to reflective practice**. New York: Routledge, 2014.

KIRALY, D. **Pathways to translation: pedagogy and process**. Kent, Ohio: Kent State University Press, 1995.

KIRALY, Donald. **A Social Constructivist Approach to Translator Education: Empowerment from Theory to Practice**. Manchester: St. Jerome, 2000.

KORNAKOV, P. Five Principles and Five Skills for Training Interpreters. **Meta: Journal des traducteurs**, v. 45, n. 2, p. 241, 2000.

KOVIAZINA, Marina; KUNILOVSKAYA, Maria. Sketch Engine: A Toolbox for Linguistic Discovery. **Sciendo**, [s. l.], p. 503-507, 23 abr. 2018. Disponível em: <https://sciendo.com/article/10.2478/jazcas-2018-0006><https://sciendo.com/article/10.2478/jazcas-2018-0006>. Acesso em: 25 mar. 2021

LAMBERT, J. How ethical are codes of ethics? Using illusions of neutrality to sell translations. **The Journal of Specialised Translation**, [s. l.], n. 30, p. 269-290, 2018.

LAMBERT, J. The cultural component reconsidered. **Translation Studies: An Interdiscipline**, p. 17, 1994.

LEÃO, F. R.R. Os refugiados sob a jurisdição brasileira: Breves observações sobre seus direitos. In: JUBILUT, L. L.; DE GODOY, G.G. (org.). **Refúgio no Brasil: Comentários à Lei 9.474/97**. São Paulo: Quartier Latin/ACNUR, 2017. p. 215-226.

LEVINSON, S. C. Activity types and language. In: DREW, P.; HERITAGE, J. (ed.). **Talk at work: Interaction in institutional settings**. [S. l.]: Cambridge University Press, 1992. p. 66-100.

LUZ FILHO, J. F. S. Os refugiados sob a jurisdição brasileira: Breves observações sobre seus direitos. In: JUBILUT, L. L.; DE GODOY, G. G. (org.). **Refúgio no Brasil: Comentários à Lei 9.474/97**. São Paulo: Quartier Latin/ACNUR, 2017. p. 172-189.

MÄÄTTÄ, S.K. Community Interpreters in Finland: A Heterogeneous Community Divided by Ethnicity. In: TAIVALKOSKI-SHILOV, K; TIITTULA, L; KOPONEN, M

(ed.). **Communities in Translation and Interpreting**. Montreal: Les Éditions québécoises de l'oeuvre, 2017. p. 183-216.

MACHADO DE SOUZA, F.; AZEVEDO DE OLIVEIRA, E. Os refugiados e a nova lei de migração. **Atuação: Revista Jurídica do Ministério Público Catarinense**, v. 14, n. 31, p. 76-96, 12 dez. 2019.

MARCHI, A. The moral in the story: a diachronic investigation of lexicalised morality in the UK press. **Corpora**, [s. l.], v. 5, ed. 2, p. 161-189, 2010

MARRA, M. Language and culture in Sociolinguistics. *In*: SHARIFAN, F. **The Routledge Handbook of Language and Culture**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2015. p. 373-385.

MARTÍ, M.I.A. **La Interpretación en los Servicios Públicos**: Caracterización como género, contextualización y modelos de formación. Hacia unas bases para el diseño curricular. 2006. Tese de doutorado (Doutorado em Tradução e Interpretação) - Universidad de Granada, Granada, 2006.

MARTÍNEZ-GÓMEZ, A. Non-professional interpreters. *In*: THE ROUTLEDGE Handbook of Interpreting. Nova Iorque: Routledge, 2015. p. 417-431.

MASON, I. On mutual accessibility of contextual assumptions in dialogue interpreting. **Journal of Pragmatics**, v. 38, n. 3, p. 359–373, mar. 2006.

MASON, I. **Triadic Exchanges**: Studies in Dialogue Interpreting. Nova Iorque: Routledge, 2014.

MAYR, A. Institutional Discourse. *In*: TANNEN, D; HAMILTON, H. E.; SCHIFFRIN, D. (ed.). **The Handbook of Discourse Analysis**. 2. ed. [S. l.]: Wiley Blackwell, 2015. v. 1, p. 755-774.

MCENERY, T.; HARDIE, A.; CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS. **Corpus linguistics: method, theory and practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

MCENERY, T.; WILSON, A. **Corpus linguistics: an introduction**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001.

MEYLAERTS, R. Translation policy. *In*: GAMBIER, Y; VAN DOORSLAER, L. (ed.). **Handbook of Translation Studies** Amsterdã, Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 2011. v. 2.

MEYLAERTS, R. Translational Justice in a Multilingual World: An Overview of Translational Regimes. **Meta**, v. 56, n. 4, p. 743–757, 11 jul. 2011.

MILAMBILING, J. The Universal Declaration of Linguistic Rights. *In*: AVINERI, N. *et al*, (ed.). **Language and Social Justice in Practice**. Nova Iorque: Routledge, 2019. p. 208-216.

MILESI, R; MARINUCCI, R. Apontamentos sobre migrações e refúgio no contexto internacional e nacional. *In*: JUBILUT, L. L; DE GODOY, G. G. (org.). **Refúgio no Brasil**: Comentários à Lei 9.474/97. São Paulo: Quartier Latin/ACNUR, 2017. p. 27-40.

- MONTESDEOCA, G.R.N. Interpreting at an immigration detention center in Las Palmas de Gran Canaria. In: PYM, A; SHLESINGER, M; JETTMAROVÁ, Z.(ed.). **Sociocultural Aspects of Translating and Interpreting**. Amsterdã, Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 2006. p. 163-171
- NICHOLSON, N. S. Community Interpreter Training in the United States and the United Kingdom: An overview of Selected Initiatives. **HERMES - Journal of Language and Communication in Business**, v. 7, n. 12, p. 127, 4 jan. 2017.
- NORD, C. **Text analysis in translation: theory, methodology, and didactic application of a model for translation-oriented text analysis**. Amsterdam: Rodopi, 2005.
- OLIVEIRA, K. S.; LUQUINI, R. A. O direito dos refugiados no Brasil e a Nova Lei de Migração: as inovações da Lei 13.445/17 na proteção aos refugiados. **Revista do CEPEJ**, [s. l.], p. 215-242, 2021.
- OLIVEIRA, A. T. R. Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças. *Rev. bras. estud. popul.*, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 171-179, abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=>
- OLIVEIRA, G. M. 2000. O direito à fala, brasileiro fala português: monolinguismo e preconceito linguístico. Florianópolis: Editora Insular.
- OLIVEIRA, G. M. **Plurilinguismo no Brasil: repressão e resistência linguística**. *Synergies Brésil*, v. 7, p. 19-26, 2009.
- OLIVEIRA, G. M.; SILVA, J. I. Quando barreiras linguísticas geram violação de direitos humanos: Quando barreiras linguísticas geram violação de direitos humanos; Gragoatá, Niterói, p. 131-153, 9 maio 2017. DOI <http://dx.doi.org/10.22409/gragoata.2017n42a909>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/download/33466/19453/111717>. Acesso em: 23 mar. 2021.
- ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. 1951. Disponível em [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatu\\_to\\_dos\\_Refugiados.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatu_to_dos_Refugiados.pdf). Acesso em 26 abr. 22
- ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em :16 jun. 22
- ORLANDI, E. (org.). **Política Linguística no Brasil**. São Paulo: Pontes, 2007.
- ORLANDI, E. P. “Espaços Linguísticos e seus desafios: convergências e divergências”. In: **RUA**, n.18, vol.2, 2012.
- ORLANDI, E. **Política linguística no Brasil**. São Paulo: Pontes, 2007. Teorias da linguagem e discurso do multilinguismo na contemporaneidade.
- OUSTINOFF, M. **Tradução. História, Teorias e Métodos**. [S. l.]: Parábola, 2011.
- OZOLINS, U. Communication Needs and Interpreting in Multilingual Settings. **Benjamins Translation Library**, p. 21, 2000.

OZOLINS, U. Factors that determine the provision of Public Service Interpreting: comparative perspectives on government motivation and language service implementation **The Journal of Specialised Translation**, [s. l.], n. 14, p. 194-215, 2010. Disponível em: [https://www.jostrans.org/issue14/art\\_ozolins.pdf](https://www.jostrans.org/issue14/art_ozolins.pdf). Acesso em: 23 maio 2022.

OZOLINS, U. Language policy. In: PÖCHHACKER, F. (ed.). **Routledge Eyclopedia of Interpreting Studies**. Nova Iorque: Routledge, 2015. p. 228-230

OZOLINS, U. **Interpreting and Translating in Australia**: Current issues and international comparisons. Austrália: Language Australia, 1998.

PACTE (2009). "Results of the Validation of the PACTE Translation Competence Model: Acceptability and Decision Making." *Across Languages and Cultures*, Vol. 10, núm. 2, 207-230.

PACTE GROUP. PACTE Translation Competence model: A holistic, dynamic model of Translation Competence. In: HURTADO ALBIR, A (ed.). **Researching Translation Competence by PACTE Group**. Amsterdã, Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 2017. p. 35-42.

PARTINGTON, A.; DUGUID, A.; TAYLOR, C. **Patterns and Meanings in Discourse Theory and practice in corpus-assisted discourse studies (CADS)**. [s.l.] John Benjamins Publishing Company, 2013.

PARTINGTON, A; MARCHI, A. Using corpora in discourse analysis. In: BIBER, D; REPPEN, R (ed.). **Cambridge Handbook of English Corpus Linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 216-234.

PATEL, N. Speaking with the silent: addressing issues of disempowerment wen working with refugee people. In: RAVAL, H; TRIBE, R (ed.). **Working with interpreters in mental health**. Sussex: Routledge, 2003. p. 219-237.

PINTER, C; BERGUNDE, A; PÖLLABAUER, S; TOPOLOVEC, I. Preface. In: ACNUR. **Handbook for Interpreters in Asylum Procedures**. Áustria: ACNUR, 2017. p. 4. Disponível em: [https://www.unhcr.org/dach/wpcontent/uploads/sites/27/2017/09/AUT\\_Handbook-Asylum-Interpreting\\_en.pdf](https://www.unhcr.org/dach/wpcontent/uploads/sites/27/2017/09/AUT_Handbook-Asylum-Interpreting_en.pdf). Acesso em: 26 fev. 2021

PÖCHHACKER, F. **Introducing Interpreting Studies**. Londres: Routledge, 2004.

PÖLLABAUER, S. "Translation culture" in interpreted asylum hearings. In: PYM, A; SHLESINGER, M; JETTMAROVÁ, Z (ed.). **Sociocultural Aspects of Translating and Interpreting**. [S. l.]: John Benjamins Publishing Company, 2006. p. 151-162.

PÖLLABAUER, S. Community Interpreting. **The Encyclopedia of Applied Linguistics**, 5 nov. 2013.

PÖLLABAUER, S. Interpreting in asylum hearings. **Interpreting. International Journal of Research and Practice in Interpreting**, v. 6, n. 2, p. 143–180, 31 dez. 2004.

POTTS, A.; BAKER, P. Does semantic tagging identify cultural change in British and American English? **International Journal of Corpus Linguistics**, v. 17, n. 3, p. 295–324, 31 dez. 2012.

REFUGEE ADVICE CENTRE. **Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters.** Helsinki: [s. n.], 2010.

RICOEUR, P. **On translation.** London: Routledge, 2008.

ROBERTS, R. P. Community interpreting today and tomorrow. **The Critical Link: Interpreters in the Community**, p. 7, 1997.

ROY, C. Interpreters, their role and metaphorical language use. In: WILSON, A.L (ed.). **Looking ahead: Proceedings of the 31st Annual Conference of the American Translators Association**, Medford, 1990. p. 77-86.

ROY, C.B. Sociolinguistics Approaches. In: PÖCHHACKER, F. (ed.). **Routledge Encyclopedia of Interpreting Studies.** Nova Iorque: Routledge, 2015. p. 387-398.

RUDVIN, M. Power behind discourse and power in discourse in community interpreting: The effect of institutional power asymmetry on interpreter strategies. **Revista Canaria de Estudios Ingleses**, [s. l.], v. 51, p. 159-179, novembro 2005.

SANTOS, L.C. **Sociologia da Tradução Aplicada à Interpretação Comunitária: Habitus, campo e capital de Bourdieu, de intérpretes comunitários em entrevistas de solicitação de refúgio.** 2022. Trabalho de conclusão de disciplina (Pós-graduação em Estudos da Linguagem) - PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2022.

SARDINHA, T. B. **Linguística de corpus.** [s.l.] Barueri Manole, 2004.

SASSO, A.; MALLI, K. Trying To Fit A Square Peg In A Round Hole: Is Community Interpreting Just Too Big For Public Policy? The Canadian Experience A Provocation. **FITISPos International Journal**, v. 1, p. 42–50, 2 abr. 2014.

SAVEDRA, M. M. G.; LAGARES, X. C. Política e planificação linguística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil. **Gragoatá**, v. 17, n. 32, 30 jun. 2012.

SCHIFFRIN, D. Interactional sociolinguistics. In: MCKAY, S. L; HORNBERGER, N. H. (ed.). **Sociolinguistics and Language Teaching.** Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 307–328.

SHOHAMY, E. **Language Policy: hidden agendas and new approaches.** New York: Routledge, 2006.

SILVA, G. J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; COSTA, L. F. L; MACEDO, M. **Refúgio em Números**, 6ª Edição. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

SILVA, G. J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; MACEDO, M. **Refúgio em Números**, 5ª Ed. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

SINCLAIR, J. **Corpus, concordance, collocation.** Oxford: Oxford University Press, 1991.

SINGY, P. GUEX, P. Gender. *In: PÖCHHACKER, F. (ed.). **Routledge Encyclopedia of Interpreting Studies***. Nova Iorque: Routledge, 2015. p. 169-170

SKETCH Engine. [S. l.], 2004. Disponível em: <http://www.sketchengine.eu>. Acesso em: 22 jul. 2022.

SPITZBERG, B.H. A Model of Intercultural Communication Competence'. *In: SAMOVAR, L.A; PORTER, R.E (ed.). **Intercultural Communication: A Reader***. 7. ed. Califórnia: Wadsworth, 1994. p. 347-359.

SPITZBERG, B.H; CUPACH, W.R. **Interpersonal Communication Competence**. Londres: Sage Publications, 1984.

SPOLSKY, B. What is Language Policy. *In: SPOLSKY, B (ed.). **The Cambridge Handbook of Language Policy***. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 3-15.

SPOLSKY, B. **Language policy**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2004.

TAGNIN, S. F.O. **Corpora na Tradução**. São Paulo: HUB Editorial, 2015.

TANNEN, D. Discourse and Interactional Sociolinguistics. **International Encyclopedia of Linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 2003. v.3 p. 451-454

TANNEN, D. Interactional Sociolinguistics. *In: BRIGHT, William (ed.). **International Encyclopedia of Linguistics***. Nova Iorque: Oxford University Press, 1992. v. 4, p. 9-12

TAYLOR, C.; MARCHI, A. **Corpus approaches to discourse: a critical review**. New York, Routledge, 2018.

TIPTON, R. Community interpreting. *In: BAKER, M; SALDANHA, G (ed.). **Routledge encyclopedia of translation studies***3. ed. Nova Iorque: Routledge, 2020. p.79-84.

TIPTON, R.; FURMANEK, O. **Dialogue interpreting: a guide to interpreting in public services and the community**. London; New York Routledge, 2016.

TITSCHER, S. *et al.* **Methods of Text and Discourse Analysis**. Londres: Sage, 2000.

TOURY, G. **Descriptive Translation Studies and beyond**. Amsterdam: John Benjamins, 2012.

TOWNSLEY, B. Interpreting in the UK Community: Some Reflections on Public Service Interpreting in the UK. **Language and Intercultural Communication**, v. 7, n. 2, p. 163–170, 15 maio 2007.

TRIBE, R; MORRISSEY, J. The refugee context and the role of interpreters. *In: RAVAL, H; TRIBE, R (ed.). **Working with Interpreters in Mental Health***. Nova Iorque: Routledge, 2003. p.198-218.

TRIBE, R; SANDERS, M. Training issues for interpreters. *In: RAVAL, H; TRIBE, R (ed.). **Working with Interpreters in Mental Health***. Nova Iorque: Routledge, 2003. p. 54-68.

U.S CITIZENSHIP AND IMMIGRATION SERVICES. RAI0 Directorate. **Interviewing: Working with an interpreter**. [S. l.: s. n.], 2019.

- U.S. DEPARTMENT OF HOMELAND SECURITY (Estados Unidos). 2012. [S. l.], 2012. Disponível em: <https://www.justice.gov/sites/default/files/eoir/legacy/2012/05/31/EOIRLanguageAccessPlan.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- UNHCR. Interpretation in UNHCR RSD Procedures. *In*: UNHCR. **Procedural Standards for Refugee Status Determination under UNHCR's Mandate**. [S. l.: s. n.], 2020. p. 46-57. Disponível em: <https://www.unhcr.org/publications/legal/4317223c9/procedural-standards-refugee-status-determination-under-unhcrs-mandate.html>. Acesso em: 6 jul. 2022.
- VALERO-GARCÉS, Carmen. Aproximaciones desde la ética en la interpretación en casos de violencia de género. **Babel**, [s. l.], v. 62, p. 67-85, 1 jan. 2016.
- VALVERDE DA SILVA, J. C. **Interpretando direitos**: Tradução de um manual de autoestudo sobre interpretação em situações de refúgio. Orientadora: Elisa Duarte Teixeira. 2021. 161 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras Tradução-Inglês) - Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Universidade de Brasília, Brasília, 2021
- WADENSJÖ, C. Dialogue interpreting. **Target. International Journal of Translation Studies**, v. 16, n. 1, p. 105–124, 31 dez. 2004.
- WADENSJÖ, C. **Interpreting as interaction**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1998.
- XIAO, R. Collocation. **The Cambridge Handbook of English Corpus Linguistics**, p. 106–124, 25 jun. 2015.

## APÊNDICE A

### Lista com excertos extraídos do corpus de estudo

-	Excerto	Material e país de origem
1	<i>An interpreter's role is to facilitate communication between two parties by relaying accurately and completely everything that is said</i>	<i>Handbook for Interpreters/Austrália</i>
2	<i>The interpreter's role is solely that of a messenger.</i>	<i>Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/Finlândia</i>
3	<i>The interpreter's role is to facilitate communication between, but not on behalf of, a client and service provider by effectively applying three-way communication skills.</i>	<i>Community Interpreting Resource Handbook/Canadá</i>
4	<i>It is the interpreter's role to simply interpret the questions asked and the responses provided.</i>	<i>Interviewing- Working with an interpreter/EUA</i>
5	<i>The interpreter's task in the asylum process is highly important.</i>	<i>Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/Finlândia</i>
6	<i>The interpreter's task is to faithfully and accurately interpret the message from one language to another.</i>	<i>Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/Finlândia</i>
7	<i>The interpreter's task is to communicate all cultural messages, both linguistic and non-linguistic, as comprehensively as possible and without changing the content.</i>	<i>Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/Finlândia</i>
8	<i>When an interpreter is involved, the interpreter's ability to effectively interpret is crucial to the success of the interview.</i>	<i>Interviewing- Working with an interpreter/EUA</i>
9	<i>The interpreter's responsibility is to convey messages in order to ensure linguistic equality between the parties.</i>	<i>Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/Finlândia</i>
10	<i>The interpreter's responsibility is to clarify misunderstandings that may be related to cultural</i>	<i>Community Interpreting Resource Handbook/Canadá</i>

	<i>differences.</i>	
11	<i>The interpreter's duty is solely and exclusively that of an interpreter; that is to say, to verbally communicate messages from one language to another.</i>	<i>Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/Finlândia</i>
12	<i>The interpreter's duty is to relay a message.</i>	<i>Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/Finlândia</i>
13	<i>Interpreters must also examine their own assumptions about what these non-verbal behaviors mean, as these assumptions may lead to stereotyping or negative responses to demonstrated behaviors during interpreting situations.</i>	<i>Community Interpreting Resource Handbook/Canadá</i>
14	<i>Interpreters must have in-depth knowledge and understanding of their working languages and an ability to mentally transpose and verbalize into the target language.</i>	<i>Community Interpreting Resource Handbook/Canadá</i>
15	<i>Interpreters must strive to render all messages in their entirety, as accurately as possible and to the best of their abilities, without addition, distortion, embellishment, or omission.</i>	<i>Community Interpreting Resource Handbook/Canadá</i>
16	<i>Interpreters must show no bias to any party involved in the interpreted encounter.</i>	<i>Community Interpreting Resource Handbook/Canadá</i>
17	<i>Interpreters must properly and fully interpret what is being said, as close as English allows.</i>	<i>Guidance: Code of conduct: interpreters working for UK Visas and Immigration/Reino Unido</i>
18	<i>Interpreters must be aware that they will be interpreting for vulnerable customers and must behave accordingly.</i>	<i>Guidance: Code of conduct: interpreters working for UK Visas and Immigration/Reino Unido</i>
19	<i>Interpreters must not show emotions - the only reactions they must express are those of the customer.</i>	<i>Guidance: Code of conduct: interpreters working for UK Visas and Immigration/Reino Unido</i>

		<i>Unido</i>
20	<i>In doing so, the interpreter must be capable of replacing syntactic and semantic elements in the source language with equivalent patterns in the target language.</i>	<i>Interpreting in a Refugee Context/Suíça</i>
21	<i>The interpreter must remember that he or she has a neutral role in the interpreting situation.</i>	<i>Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/ Finlândia</i>
22	<i>The interpreter must prepare in advance in order to achieve the objective, i.e., the successful rendering of messages and the assurance of linguistic equality.</i>	<i>Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/ Finlândia</i>
23	<i>An Interpreter must be objective and impartial.</i>	<i>Interpreter Handbook/Canadá</i>
24	<i>Interpreters should become familiar with terminology related to the topics and subject matter they are asked to do an interpretation for.</i>	<i>Community Interpreting Resource Handbook/Canadá</i>
25	<i>The interpreter shall aim to provide a comprehensive interpretation without omissions or undue additions.</i>	<i>Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/ Finlândia</i>
26	<i>The interpreter shall at all times be impartial and neutral and he or she shall not allow his or her personal attitudes or opinions to influence the performance of his or her assignment.</i>	<i>Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/ Finlândia</i>
27	<i>Your role is to accurately, directly and fully interpret what is said during the course of the proceeding.</i>	<i>Handbook for Interpreters/Austrália</i>
28	<i>You should always be objective, neutral and impartial.</i>	<i>Handbook for Interpreters/Austrália</i>
29	<i>The impartial and neutral role of the Interpreter should be maintained throughout the RSD process</i>	<i>Interpretation in UNHCR RSD Procedures/ N.E</i>
30	<i>Competent interpreters give a faithful, accurate, and complete interpretation of the message.</i>	<i>Community Interpreting Resource Handbook/Canadá</i>
31	<i>The interpreter may be able to assist in clarifying misunderstandings, which may result from cultural and linguistic differences, and bridge the communication gap</i>	<i>Community Interpreting Resource Handbook/Canadá</i>

	<i>between different cultures and languages.</i>	
32	<i>During an interpreting session, interpreters are not responsible for content and interaction, but they have the right to stop either party and ask clarifying questions to ensure accuracy.</i>	<i>Community Interpreting Resource Handbook/Canadá</i>
33	<i>The interpreter's duty is solely and exclusively that of an interpreter; that is to say, to verbally communicate messages from one language to another.</i>	<i>Volunteer Interpreter and Translator Training Guide/EUA</i>
34	<i>The interpreter's responsibility is to clarify misunderstandings that may be related to cultural differences.</i>	<i>Language interpreting and translation: migrant health guide/Reino Unido</i>
35	<i>Translation is not a matter of substituting words in one language for words in the other language to give semantic equivalence between the source language and the target language. It involves an exploration of the two languages and the two cultures along with a careful analysis of the meaning of the text.</i>	<i>Community Interpreting Resource Handbook/ Canadá</i>
36	<i>Language is the vehicle by which people express themselves.</i>	<i>Community Interpreting Resource Handbook/ Canadá</i>
37	<i>One of the popular myths is that the knowledge of a language is equivalent to the knowledge of how to interpret a language. In fact, not everyone who happens to speak a language is naturally an interpreter.</i>	<i>Community Interpreting Resource Handbook/ Canadá</i>
38	<i>Interpretation is an act of communication that includes the verbal delivery of a message interpreted from one language into another and vice versa through an interpreter.</i>	<i>Community Interpreting Resource Handbook/ Canadá</i>
39	<i>Language is what we often produce when we open our mouths.</i>	<i>Interpreting in a Refugee Context/Suíça</i>
40	<i>A language is a system of words used by a community, a people, a nation.</i>	<i>Interpreting in a Refugee Context/Suíça</i>
41	<i>Interpreters help to create the prerequisites for mutual understanding despite language and cultural barriers. In other words, the interpreter contributes to equality between the speakers, by enabling both parties to express themselves as broadly and vividly as a person only can in his or her mother tongue.</i>	<i>Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/ Finlândia</i>
42	<i>The official organises an interpreter for asylum procedures in which the asylum seeker is heard verbally. Even though the official is the one who pays for the interpreting service, the interpreter must remember that he or she has a neutral role in the interpreting situation.</i>	<i>Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/ Finlândia</i>
43	<i>By explaining clearly what you expect of the interpreter, you will be better</i>	<i>Interviewing- Working with an interpreter/ EUA</i>

	<i>able to maintain control of the interview and identify and address any problems that may arise with the interpretation.</i>	
44	<i>Regardless of the interpreter's level of experience and/or training, it is your responsibility to ensure that everyone present understands the procedures for facilitating interpretation during the interview and that the interpretation contributes to the primary goal of effectively eliciting relevant information during the interview.</i>	<i>Interviewing- Working with an interpreter/ EUA</i>
45	<i>The community interpreter is not involved in the case. He or she is there only to interpret the dialogue of the participants. The interpreter also communicates cultural nuances which are essential for the correct understanding of the message. The interpreter is responsible for relaying words, messages and ideas.</i>	<i>Interpretation in the Asylum Process: Guide for interpreters/ Finlândia</i>
46	<i>Your role is to accurately, directly and fully interpret what is said during the course of the proceeding. You must not explain meanings or words to parties (explanations should always be given by the member or registrar, not the interpreter).</i>	<i>Handbook for Interpreters/ Austrália</i>
47	<i>You must not censor or tone down what is said (even if, for example, a party is angry or rude)</i>	<i>Handbook for Interpreters/ Austrália</i>
48	<i>You must not provide cultural or other commentary (in general, the member/registrar will seek clarification directly from the party if any cultural issues arise, for instance, non-verbal signs which may be culturally specific)</i>	<i>Handbook for Interpreters/ Austrália</i>
49	<i>You should be neutral and impartial. You should take care with your demeanour and body language so that it does not show concurrence or disagreement with any party. It is important that you do not create the perception of favouring anyone.</i>	<i>Handbook for Interpreters/ Austrália</i>
50	<i>You should interpret as accurately as possible what is said. You should take care to ensure that information is not distorted by paraphrasing or exaggeration. Interpreters have an obligation to interpret precisely and accurately.</i>	<i>Handbook for Interpreters/ Austrália</i>
51	<i>Personal biases, expectations, and opinions should not shape the interpretation you give. The best service you can give is to interpret what is said with fidelity, and not to interject with thoughts, assumptions, or more information you have about the conversation at hand.</i>	<i>Volunteer Interpreter and Translator Training Guide/ EUA</i>
52	<i>Accurate interpretation is essential to enable fair and accurate decisions</i>	<i>Guidance: Code of conduct: interpreters working for UK</i>

	<i>interpreters must retain every element of information that was contained in the original message and interpret in as close to verbatim as English allows.</i>	<i>Visas and Immigration/ Reino Unido</i>
53	<i>It is expected that interpreters give a faithful, accurate, complete and contemporaneous interpretation of the message and interpret all the elements of the original message.</i>	<i>Community Interpreting Resource Handbook/ Canadá</i>
54	<i>A service provider maintains control and responsibility for the session the whole time and explains the meaning of a message, when needed, so that the interpreter can fully and accurately interpret it to the client.</i>	<i>Community Interpreting Resource Handbook/ Canadá</i>
55	<i>Languages vary and have different levels of sophistication and complexity.</i>	<i>Community Interpreting Resource Handbook/ Canadá</i>



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Justiça  
Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados (CG-Conare)

## ANEXO A

### TERMO DE RESPONSABILIDADE DO (A INTÉRPRETE)

Eu

\_\_\_\_\_  
(nome completo), portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_  
declaro que, com respeito ao meu trabalho voluntário como intérprete na Entrevista de Elegibilidade, etapa do processo de reconhecimento da condição de refugiado(a), tenho a responsabilidade de:

a) compreender e me expressar fluentemente tanto na língua do(a) entrevistador(a) quanto na língua do(a) solicitante de reconhecimento da condição de refugiado(a);

b) manter em sigilo toda e qualquer informação de que eu tome conhecimento na execução do meu trabalho;

c) não publicar qualquer relatório ou documento com base em informações obtidas durante as entrevistas;

d) realizar minhas atividades de maneira consistente com os padrões do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) em relação às questões culturais, de gênero e de idade;

e) ser imparcial e livre de julgamentos no exercício da minha função;

f) reportar qualquer fato que possa afetar minha competência em realizar o trabalho de maneira imparcial;

g) acompanhar o que é relatado durante a entrevista;

h) acompanhar as informações declaradas pelo(a) solicitante para garantir que sejam compreendidas corretamente;

i) Comprometer-me a traduzir /interpretar fielmente as perguntas do(a) entrevistador(a) e as respostas do(a) solicitante; e

j) não complementar as perguntas do(a) entrevistador(a) nem as respostas do(a) solicitante com informações novas alheias aos fatos narrados durante a entrevista. Ministério



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
 Secretaria Nacional de Justiça  
 Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados (CG-Conare)

da Justiça e Segurança Pública Secretaria Nacional de Justiça Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados (CG-Conare) Além disso, estou ciente de que:

k) é o(a) entrevistador(a) que conduz a entrevista e decide se as perguntas devem ser refeitas ou não;

l) o(a) entrevistador(a) poderá encerrar a entrevista a qualquer tempo se julgar que a tradução não é feita corretamente e poderá reagendar nova entrevista com auxílio de outro(a) intérprete; e

m) a adoção de qualquer conduta contrária às estabelecidas neste Termo de Responsabilidade poderá prejudicar o(a) solicitante e a análise de seu processo de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado(a).

Entendo que, se alguma das situações acima não for respeitada, a Coordenação-Geral do Conare pode recusar-se a aceitar meu trabalho voluntário nesta e em futuras ocasiões para fins do procedimento de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado(a).

Junto com este Termo de Responsabilidade, disponibilizo à Coordenação-Geral do Conare cópia do meu documento de identidade válido. A disponibilização pode ocorrer presencialmente ou eletronicamente, como anexo de mensagem enviada ao endereço eletrônico da Coordenação-Geral do Conare ([conare@mj.gov.br](mailto:conare@mj.gov.br)).

Telefone para contato com DDD: \_\_\_\_\_

Endereço (com CEP): \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

Correio eletrônico: \_\_\_\_\_

Cidade/ Estado: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Assinatura